

Defesa Nacional



úmero :

o Militar — Dignificante Dever — Cel Rurico Seixo de

nova estratégia para a Estatística Nacional — Ten-Cel
mo Seidl Vidal

ades Pioneiras do Exército — Ten-Cel Elber de Mello
ques

ças Armadas e as Classes Empresariais — Ten-Cel
o Pereira da Costa

ças Armadas da República Federal Alemã — 3. O
o — Cel Osny Vasconcellos

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira
Diretor-Secretário — Ten-Cel Rubens Mário Caggiano Jobim
Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Adailton Sampaio Pirassinunga
Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL — 1965

General Antonio de Souza Junior
Tenente-Coronel José de Sá Martins
Major Sady de Almeida Valle

SUPLENTES

General Armando Batista Gonçalves
Ten-Cel Jonas de Mpraes Corrêa Neto
Major Lauro de Lima Santos

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas* em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acordo com julgamento da Redação.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LI

Rio de Janeiro, GB — Set/Out de 1965

Número
603

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 1.000,
(Desconto em folha autORIZADO, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200.

Atrasado Cr\$ 250.

ENDEREÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>Serviço Militar — Dignificante Dever</i> — Cel Eurico Seixo de Britto	7
<i>Uma nova estratégia para a Estatística Nacional</i> — Ten-Cel Germano Seidl Vidal	13
<i>Atividades Pioneiras do Exército</i> — Ten-Cel Elber de Mello Henriques	25
<i>Explosão Demográfica</i> — Gen Antonio de Brito Junior	39
<i>As Forças Armadas e as Classes Empresariais</i> — Ten-Cel Octávio Pereira da Costa	45
<i>As Forças Armadas da República Federal Alemã — 3. O Exército</i> — Cel Osny Vasconcellos	61
<i>As exigências do futuro</i> — R. Boissau	73
<i>A situação internacional e suas implicações no Bloco Ocidental</i> — Prof. A. Guimarães Natal	87
<i>Aspectos atuais da Engenharia Divisória</i> — Ten-Cel Raul Mesquita	89
<i>Evolução das armas de fogo</i> — Maj João Chaves de Carvalho	101
<i>O Serviço Nacional</i> — General Gene- rey (Trad do Mal Armando P. Vas- concellos)	109
<i>Uruguiana Libertada</i> — Ten-Cel Jonas Correia Neto	124



Nada mais belo, sem dúvida, na história de um Povo, do que o culto de suas tradições e, nesse sentido, terá sido do mais alevantado significado o ato que o Governo houve por bem baixar com o Decreto n. 56.251, de 5 de maio de 1965, que Institui a Semana do Cavalo e aprova o Regulamento das Comemorações correspondentes”.

Em verdade, desde que o homem conseguiu dominar o cavalo — o que terá ocorrido a milênios, — dêle se tem servido, primeiro como arma de guerra, depois como meio de transporte, e, por fim, como instrumento de trabalho, para impor a sua vontade guerreira, para afirmar o seu espírito pioneiro e desbravador, senão para, na doce paz das conquistas realizadas, seja contra o inimigo, seja contra a natureza, assentar e desenvolver pelo trabalho, as bases das civilizações características de suas tendências de vida e de seus costumes sociais.

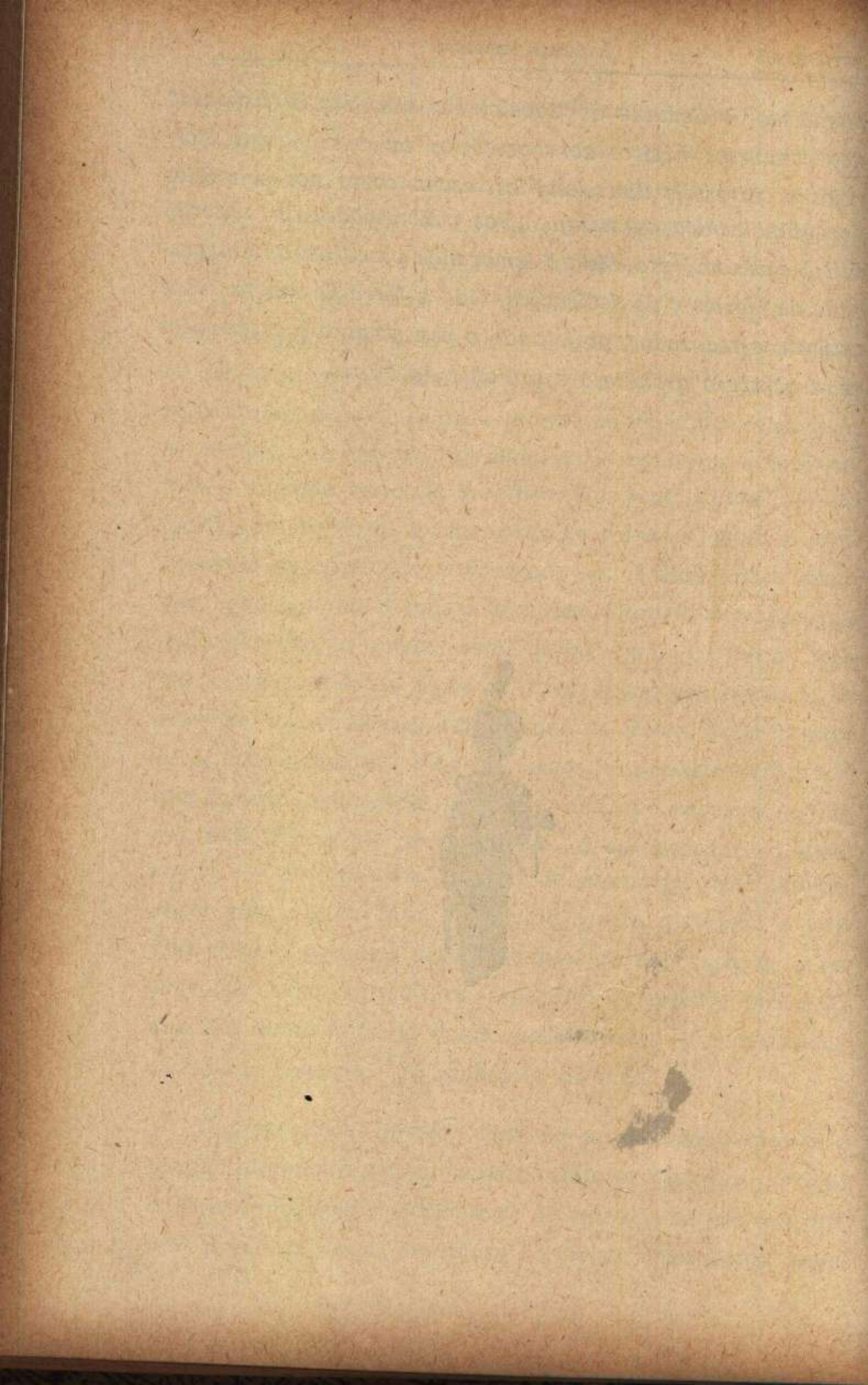
No Brasil, não há como negar a grande influência sócio-econômica do cavalo na implantação da civilização atual, nem há como desconhecer o papel dos eqüídeos na formação

histórica do país, não só como elemento contributivo de belas e gloriosas tradições nacionais, como também responsável pela formação de arraigados hábitos regionais, onde sua presença e dependência no cotidiano do homem são irrefutáveis. Trazidos em pequeno número pelos heróicos descobridores da terra, os cavalos, uma vez no Brasil, logo se adaptaram ao meio em que tinham de viver e às atividades em que tinham de ser empregados, para dar lugar, no Norte e Nordeste, ao vaqueiro de gibão de couro, e no Sul, ao gaúcho bombachudo, os homens valentes que ampliaram as fronteiras e construíram a unidade nacional, montados nos seus baguais de estimação, em correrias loucas atrás de tropas e boiadas, atravessando as caatingas nordestinas ou as campanhas platinas, equacionando o sorites histórico e bizarro das buscas de gado gerando as preias, estas propiciando conquistas que, por sua vez, criavam zonas de atrito e, em consequência, as lutas de nacionalidade, desfechadas no Norte, pelos "Terços de Milícia a Cavalo", e no Sul, pelos "Estancieiros-soldados" que levavam, embalados no eflúvio de sua coragem e galhardia, tôda a peonada da redondeza, os agregados, os guascas enfim, — que tivessem "pingo" de montaria. Mas sempre, entre uma e outra luta, aparecia o cavalo, ajudando a fazer crescer uma pecuária desordenadamente extensiva, ou a desenvolver uma agricultura específica de pródiga produção, que são ainda hoje, já então modernizadas e planificadas, elementos essenciais da economia nacional.

O propósito de prestar culto ao cavalo tem, portanto, o sentido altamente patriótico de respeito às tradições heróicas do Brasil moderno e febricitante de entusiasmo por sua própria grandeza atual, orgulhoso por sentir, nas festas come-

morativas à Semana do Cavalo, nas reuniões turfísticas e nos concursos hípicos consagratórios ou nas mostras, torneios e carrosséis diversionários, assim como nos simpósios de equinotécnica ou nas montras policromadas do material útil à equinocultura, tôda a lembrança evocativa de um passado de glórias e de dedicações, tôda a força de um presente pujante e realizador, projetando o pensamento e as emoções para o futuro grandioso e radiante da Pátria.





SERVIÇO MILITAR — DIGNIFICANTE DEVER

Coronel EURICO SEIXO DE BRITTO
CMT CPOR/BH

Um dos problemas capitais do homem, dentre os inúmeros que tem enfrentado e resolvido para a melhoria das condições de seu "habitat", da convivência em sociedade e com os demais povos, é sem dúvida o da segurança. Surgiu como imperativo de defesa, desde o aparecimento do ser humano, e o acompanhará pelos séculos em fora, através da dinâmica evolutiva da civilização, experimentando as transformações conseqüentes do progresso da ciência e da técnica.

A caminhada será infindável, pois é ilimitada a capacidade humana na aplicação de sua inteligência e saber, em busca de novos conhecimentos do universo, pela pesquisa e investigação científica, visando ao bem-estar da humanidade, em última análise. É a corrida para o ideal nunca atingido, mas sempre perseguido. Ideal que é a mola propulsora a impelir o homem, continuamente para a frente, em demanda de novas luzes no campo do saber, logo após todo êxito alcançado.

Assim é que as diferentes gerações vêm se sucedendo, cada qual levando à seguinte, melhorada e engrandecida, a estrutura de segurança social, tornando, por isso, a vida mais fácil, segura, estável e feliz, não só pelo intercâmbio de idéias, trabalho e benfeitorias, como pela confiança resultante da sensação de segurança que a coletividade oferece.

Ao organizar a sociedade, o homem estabeleceu normas morais e princípios jurídicos, sem os quais a vida em comunidade seria impossível.

Com base na lei das compensações e no postulado da Mecânica, o qual nos ensina corresponder a toda ação uma reação igual e contrária, transportado do campo das ciências matemáticas para o das ciências sociais, ficou estipulado que, na vida em sociedade, a todo direito assegurado corresponde um dever determinado. Ninguém pode reclamar direitos, sem cumprir os deveres correlativos, já que na vida tudo tem o seu preço.

Parasitar a sociedade é vexatório, desprezível e imoral!

Os espíritos bem formados, e cônscios das próprias responsabilidades e deveres para com a sua comunidade, não admitem nem toleram semelhante procedimento, por ser abjeto e nocivo, indesejável e contrário ao bem geral.

O membro da sociedade capaz de praticá-lo, perde o respeito e a consideração de seus pares, não somente por desacatar as instituições sociais vigentes, como por trair a memória de seus antepassados, que lhe entregaram um patrimônio material, espiritual e moral para ser conservado, melhorado e entregue engrandecido a seus descendentes.

A ninguém é dado o direito de descumprir os deveres que a sociedade lhe impõe. Todo cidadão há que ser útil ao meio em que vive, desenvolvendo uma atividade produtiva em seu próprio benefício e no da coletividade.

Além das obrigações normais referidas, há um dever maior do qual nenhum membro da sociedade pode eximir-se, tal é o de se tornar apto a defendê-la de armas nas mãos, se preciso fôr, quer interna quer externamente, para a manutenção de suas instituições, território e soberania.

É êle o dever de prestar o serviço militar, que é universal, e do qual nem mesmo as mulheres ficam dispensadas, como já é adotado em vários países.

Apenas ficarão dêle isentos os incapazes para a vida militar, os quais, porém, em sua maioria, desenvolvem atividades civis de alta importância social, nada ficando a dever à sociedade que integra, pelos direitos dela usufruídos.

Com o advento da Guerra Total, ou mesmo Global, e da Revolucionária, que abrange todo o território do país, bem como a sua população capaz, ou não, para o serviço militar, invadindo-o ostensivamente nos dois primeiros tipos, e sub-repticiamente no último, seja pela infiltração solerte nos órgãos do governo, seja pelo domínio do espírito, por meio da arma da propaganda, os campos do poder Nacional, com a mobilização total, vão exigir de todos uma real cooperação, de acôrdo com as respectivas possibilidades, refletindo indiscutivelmente na área do serviço militar, cujas exigências "lato sensu" passam a englobar a totalidade da população pensante, para a cooperação na defesa, a todo transe, da Pátria em perigo, contra o inimigo interno ou externo, usando arma de fogo ou de propaganda.

Ê, pois, o serviço militar o dever maior a que todo cidadão está obrigado para com a sua Pátria.

Em todos os tempos, não importa o estágio de civilização alcançado pelos povos, a segurança, em última instância, tem se apoiado num organismo militar.

Quando acôrds são denunciados, a incompreensão se generaliza e a mente dos homens de governo torna-se obnubilada pelo ódio, pela ambição ou pela ignorância, somente o Poder Militar, convenientemente apoiado pelos campos político, econômico e psico-social, pode restabelecer a normalidade. Ê o que nos tem ensinado a História da Humanidade.

As pendências entre pessoas civilizadas, geralmente, são resolvidas de modo cordial, à luz dos postulados da moral ou do direito, mas entre

as nações é mais difícil e, quase sempre, levam à guerra, principalmente quando um dos contendores é menos forte.

Confirmando a sentença de M. de Maistre de que a guerra é uma lei do mundo, assinalamos a sua presença “em quase tôdas as épocas e durante largo tempo, muito embora a filosofia, a religião e a própria razão a condenem”. Por mais que se tenha progredido em todos os ramos da atividade humana, ainda não se pôde atingir êsse grande aperfeiçoamento moral que seria a extinção da violência sôbre a face da terra. Aos congressos de paz, aos tratados de não-agressão e às convenções internacionais se têm seguido sempre terríveis períodos de guerra. Impõe-se, pois, que cada povo se precavenha contra a possibilidade de ser alvo de agressões inopinadas, cuidando de suas instituições militares e dado ao caráter total das guerras de hoje, que essa precaução se manifeste através do preparo da indústria, do povo, da sua própria mentalidade, enfim, de modo que chegado o momento de recorrer às armas, tudo esteja preparado para fazer face a qualquer tipo de agressão.

A contenção da Guerra só será viável se tôdas as nações dispuserem de um Poder Militar capaz de intimidar um possível adversário.

No mundo atual, permanentemente em guerra, nenhum país pode descuidar-se de sua defesa, pois quem deseja a paz, deve estar em situação de se defender.

O Brasil, desde a Independência, cioso de suas responsabilidades como País soberano, detentor de inestimável patrimônio moral, espiritual e material, que lhe cumpre resguardar e engrandecer, não tem descuidado da organização de suas Fôrças Armadas, as quais vão acompanhando o evoluir de suas congêneres, dentro das possibilidades e da realidade brasileira, sempre com vistas à sua destinação constitucional, isto é, de serem “instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da Lei” (art. 176 da Constituição de 1946), destinadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (art. 177 da Constituição de 1946).

O recrutamento para as suas fileiras, que era feito à base do mercenarismo, após a Independência, atingiu a forma obrigatória de hoje, representando um progresso considerável, depois da fase do sorteio. A respeito do processo atual, Caxias, o patrono do Exército, na sua clarividência de estadista e Chefe Militar, assim falava à Assembléia, em 1861: “... o único meio de conservar no Império um Exército, ainda que pequeno, mas indispensável para a sua defesa, é a chamada obrigatória para o serviço das armas, dos indivíduos que, em vossa sabedoria, julgardes que devem constituir a massa recrutável da nossa população.”

Muitos anos, porém, foram passados até que no Governo do Doutor Afonso Pena, tendo como Ministro da Guerra o Marechal Hermes da Fonseca, foi instituído o serviço militar obrigatório, pela Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, graças ao trabalho do grande Rio Branco, o qual

"estava certo que se o Brasil tivesse armas, a sua missão seria infinitamente mais fácil", pois "a regra é que país fraco não pesa nas deliberações do mundo e tem que se submeter aos pontos de vista alheios."

"Quem dirige a Diplomacia tem mais do que ninguém a oportunidade de verificar como é difícil atingir a determinados objetivos políticos sem o lastro de uma forma material adequada".

A sutileza e a sagacidade conseguem, às vezes, chegar penosamente onde o poder armado chegaria sem maior dispêndio de esforço", como assinala Austregésilo Athayde.

Apesar de estabelecido em Lei, foi necessária uma campanha de esclarecimento da opinião pública sobre o serviço militar obrigatório, dirigida com resultados surpreendentes pelo admirável poeta Olavo Bilac, o qual empregou todo o seu ardor cívico, inteligência e capacidade literária a serviço da Pátria e do Exército em prol do referido processo de recrutamento.

Com o seu verbo candente despertou o civismo e o entusiasmo pelo Serviço Militar, quebrando tolos preconceitos e unindo o elemento civil ao Exército.

Atualmente todos os brasileiros dotados de razão compreendem a importância e necessidade da prestação do Serviço Militar, como um imperativo para a defesa da Pátria.

É o maior, o mais sério e o mais dignificante dever imposto ao cidadão pela sociedade.

Ninguém, física e moralmente capaz, pode deixar de pagar este tributo à Pátria, pois o gozo dos direitos de cidadania somente lhe serão concedidos após a quitação com o Serviço Militar.

Isto não constitui inovação do Brasil. Os povos antigos já aplicavam sanções àquele que não prestasse o Serviço Militar, como na Velha Roma, onde não lhe era permitido o direito de votar.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1946, estabelece:

"Art. 181. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei.

§ 1º. As mulheres ficam isentas do serviço militar, mas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer.

§ 2º. A obrigação militar dos eclesiásticos será cumprida nos serviços das Forças Armadas ou na sua assistência espiritual.

§ 3º. Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial, fixada em lei, para a prestação do serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de ter-se alistado, ser reservista ou gozar de isenção.

§ 4º. Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os Tiros de Guerra e outros órgãos de formação de reservistas”.

Dentre estes últimos destacam-se os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, idealizados e criados pelo então Capitão Luiz de Araújo Correia Lima, em 1926, destinados à formação de oficiais da Reserva do Exército, recrutados entre os estudantes das escolas superiores e cursos científico e clássico (últimos anos), portanto em meio altamente credenciado para o fim em vista.

Foi uma solução inteligente, oportuna e de grande alcance para a formação da reserva, uma vez que o serviço militar era obrigatório de início apenas para praças, formando-se uma numerosa reserva integrada por estas, sem oficiais para o seu enquadramento.

Pela importância e dignidade do serviço militar, como vimos, dispõe o Brasil dos meios necessários à formação de uma reserva capaz e hierarquizada, já posta à prova, com eficiência e valor, durante a Segunda Guerra Mundial, participando da Força Expedicionária Brasileira, em operações na Itália.

O destaque atribuído ao serviço militar, pela nossa Constituição, mostra a precedência que tem sobre os outros tributos devidos à Pátria, caracterizando o seu sentido universal.

É, sem dúvida, o mais dignificante dever de patriotismo.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO**PROGRAMAÇÃO PARA 1965**

JANEIRO: *ESTRADAS SEM FIM*, de Severino Rocha Carvalho, Prêmio Franklin Dória, 1963.

FEVEREIRO-MARÇO: *GUERRA REVOLUCIONARIA*, pelo Ten-Cel do Exército de Portugal Hermes de Araújo Oliveira.

ABRIL: *LOGÍSTICA PARA A INVASÃO*, pelo General Sena Campos.

MAIO: *ARREMETIDA PARA A VITÓRIA*, de Robert S. Allen. Trad. Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.

JUNHO-JULHO: *DO LITORAL AO SERTÃO*, por Funchal Garcia, com ilustrações do autor.

AGOSTO-SETEMBRO: *UM ENSAIO SOBRE A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA*, pelo Ten-Cel Wilson Moreira Bandeira de Mello.

OUTUBRO: *CONVERSA SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL*, por Corina Pessoa.

NOVEMBRO: *ARTUR OSCAR (SOLDADO DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA)*, pelo Maj Eugênio de Andrade Guimarães.

DEZEMBRO: *CORUMBA, ALBUQUERQUE E LADÁRIO*, pelo Gen Raul Silveira de Mello.

Observações — A programação acima poderá sofrer alterações, de acordo com as imposições dos estabelecimentos gráficos.

UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA A ESTATÍSTICA NACIONAL

Ten-Cel GERMANO SEIDL VIDAL (1).
Conferência pronunciada no dia 29 Mai 65
no auditório do DERBa, em Salvador (Ba)

Precisamente há um ano atrás, no dia de hoje, falávamos na sessão conjunta dos Colegiados Dirigentes do IBGE, comemorativa do "Dia do Estatístico e do Geógrafo", em nome dos ilustres membros da Egrégia Junta Executiva Central (JEC) do Conselho Nacional de Estatística.

Dizíamos então, entre outras considerações:

"Hoje, mais que no passado, o Governo da República — exercido pelo ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco — sabe que o desenvolvimento e bem estar do país devem ser alcançados através da consecução de objetivos marcados pela Política de Segurança Nacional. E esses objetivos só podem ser perfeitamente definidos se conhecida for a realidade nacional nos seus campos econômico, político, psico-social e militar, o que, obviamente, é trazido pelos números que retratam o Poder Nacional através da Estatística Geral Brasileira".

E, para isto, afirmávamos, a 14 de setembro de 1964, como orador oficial da sessão solene de encerramento da VIII COINS (2) no Panamá, falando às 21 delegações de países americanos e 14 observadores de organismos internacionais lá presentes, no que toca a promoção, estímulo e apoio de medidas de aperfeiçoamento estatístico nacional:

"Penso que isso só será possível, viável e exigível na medida em que os responsáveis pelos Serviços Nacionais de Estatística, face ao desmedido incremento da demanda de estatísticas indisponíveis, façam incorporar o problema da produção inte-

(1) O conferencista exerceu, no período de 4 anos e 8 meses (1960-1964) as seguintes funções e comissões, ligadas à Estatística: Chefe e Adjunto da Subseção de Estatística do EME; representante, suplente e assessor do representante do Exército na JEC do CNE; representante do EME na CTRACE da SG/CNE; representante do EME no GT criado pelo Dec 1.283/62 na COPLAN; Secretário Geral do CNE; Diretor do SNR, representante do Brasil na VIII Sessão da COINS (Panamá) e membro eleito da Junta Coordenadora da COINS (órgão consultivo do IASI).

(2) Sigla, em Inglês, da "Comissão de Aperfeiçoamento dos Estatísticos Nacionais", cujos membros-natos são os diretores de estatística dos países americanos filiados aos Institutos Interamericano de Estatística (IASI), os quais se reúnem bianualmente.

grada de dados estatísticos aos do seu próprio Governo — como assunto da cúpula política e administrativa do país — uma vez que o seu solucionamento exige, na maioria dos casos, medidas de caráter legislativo e administrativo para possibilitar o êxito das de caráter técnico”.

Ao deixarmos o cargo de Secretário-Geral do CNE, em 2 de outubro de 1964, enfatizando aspecto relevante do problema institucional da Estatística Brasileira, asseveramos:

“A legislação orgânica do CNE não é arcaica pela sua longevidade, mas pela imutabilidade de seu conteúdo, que serve, hoje, mais para provar não ser possível possuir estatísticas básicas coordenadas, do que para capacitar a sua plena produção. O balanço constrangedor da situação das estatísticas disponíveis pode ser, sem parcialidade, deduzido da comparação com o Programa Interamericano de Estatísticas Básicas, aprovado na recente VIII Sessão da COINS. Pois bem, das 350 tabelas, consideradas essenciais pelos países americanos (inclusive o Brasil, que representávamos), dispomos somente de informações sobre 133 tabelas, ou seja 38% do necessário e indispensável aos programas de desenvolvimento econômico e social. Isto só, bastaria para atestar que estamos diante de um problema de Governo!”

Tais citações sobre o que dissemos alhures, quando a Revolução nos convocou no Estado-Maior do Exército (EME) para assumirmos o alto cargo de Secretário-Geral do CNE, não pretendem justificar a nossa presença nesta tribuna. A distinguida honra do convite que me fizeram os mais elevados dignatários do Conselho Nacional de Estatística neste Estado, Dr. Waldemar Passos, Diretor do Departamento Estadual de Estatística e Dr. Walter Cardoso Rêgo, Inspetor Regional do IBGE, se reveste de generosidade para conosco e homenagem ao Exército de Caxias que integramos, numa simbiose de sentimentos afetivos e cívicos que muito enobrece os corações dos baianos.

As nossas palavras, retiradas do passado, vêm à guisa de justificar o tema desta conferência — ato dos mais singelos entre significativos eventos da passagem do “Dia do Estatístico” e do 29º aniversário do nosso “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” — cujo assunto parece emergir dos clássicos manuais da arte militar. Acalmem-se, porém, os dignos ouvintes pois “Uma nova estratégia para a Estatística Nacional” não requererá um só princípio de guerra para apresentá-la e justificá-la. Terá somente na palavra sem brilho, mas sincera, na voz sem eco, porém firme, dum militar, a ousadia de ocupar as vossas mentes com divagações sobre o que julga deva ser urgentemente feito para “salvar o CNE e ajudar, assim, a salvar o Brasil”. (3)

(3) Trecho final da Diretriz n. 1, de 23 Abr 1964, do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística (SG/CNE).

Nossa estratégia procede etimologicamente do grego antigo, mas num moderno conceito semantico. Não é a ciência militar e a arte dos generais, mas a ação de conceber, preparar, dirigir e executar um plano, com objetivos a curto, médio e longo prazo, levando em conta todos os fatores favoráveis e desfavoráveis, de modo a assegurar a consecução daqueles objetivos com o máximo de rendimento dos recursos financeiros disponíveis e dos meios em pessoal e material empenhados.

Dissemos ser uma nova estratégia pois a criação do atual Sistema Estatístico Nacional teve eminentes estrategistas nos seus pródomos, conforme se depreenderá das manifestações seguintes:

— Daniel de Carvalho apresentando ao Congresso Nacional, em 1928, o projeto n. 152, lembrava a necessidade de “estabelecer um aparelho nacional de Estatística em que se coordenem os esforços e recursos financeiros das tres esferas da administração pública — a federal, a estadual e a municipal”.

— Heitor Elói Alvim Pessoa, assistente-técnico de Teixeira de Freitas, asseverava, em 1931, propugnando por uma “lei de estatística”: “Nunca a necessidade de boas estatísticas se faz sentir com tamanha veemencia como nos momentos de crise em que se torna mister elucidar os especialistas chamados a cooperar com a sua experiência na solução dos grandes problemas de que depende o surto normal da nacionalidade”.

— Mário Augusto Teixeira de Freitas, em 1931, como Diretor Geral de Informações Estatísticas e Divulgação do MEC (hoje SEEC), a firmava que os requisitos essenciais de que se ressentia a Estatística Brasileira são: “integralidade, atualidade, uniformidade e sistematização”, ou ainda, quando esse notável baiano, cumprindo despacho do Governo, ao justificar a conveniência de ser “decretada” a “lei de estatística” dizia ser imperioso: “possibilitar um grande levantamento estatístico sobre a atualidade nacional, de maneira que o esforço de reorganização que o país está empreendendo disponha a breve prazo da documentação estatística completa, verídica e atual, que lhe é indispensável”.

— A Comissão Inter-Ministerial, de 1933, encarregada de projetar a reorganização do Sistema Estatístico Brasileiro, propunha a criação do Instituto Nacional de Estatística para “realizar, além de todos os levantamentos que devem constituir a estatística nacional, inclusive os recenseamentos gerais, tôdas as demais pesquisas e trabalhos que se tornarem necessários, como base ou complemento dos serviços estatísticos”.

Dessa estratégia, cujo mentor e condutor inolvidável foi Teixeira de Freitas, nasceu em 1934 o Instituto Nacional de Estatística, depois Conselho Nacional de Estatística (1936), posteriormente integrado ao IBGE (1938), cujo funcionamento a partir de 1952, após profunda crise, entrou em colapso e em tempos mais recentes esteve sob as mais nocivas influências da politiquice.

A involução do órgão não encontrou o remédio heróico apesar das vozes que então se fizeram ouvir e que se substituíam no cenário na-

cional. Vamos lembrá-la como justa a história que não foi ainda contada por ser tabu falar de reformadores frustrados.

Em 1958, o I Seminário de Estatística, patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Instituto Roberto Simonsen para o Desenvolvimento Econômico, ofereceu 42 recomendações, que foram incorporadas aos fastos do IBGE mas bem pouco afetaram o incremento de suas atividades. Nos anais daquele conclave encontra-se uma valiosa apreciação global sobre o Sistema Estatístico Brasileiro apresentado por Thomas Jabine, assessor de estatística da Missão Norte-americana de Cooperação Técnica no Brasil. No que toca a reformas estruturais recomendou aquele Seminário "até que se efetivem as medidas legislativas indispensáveis à reestruturação do Sistema, seria de maior conveniência o estudo dos seguintes aspectos:

a) Revisão da Ordenação Geral dos Assuntos da Estatística Brasileira, de sorte a permitir classificação adequada e unificar os setores responsáveis pelos respectivos levantamentos estatísticos;

b) A criação da "Central de Apuração Mecânica", para executar os trabalhos da estatística oficial e de particulares, organizada em regime industrial assemelhado ao adotado para o Serviço Gráfico;

c) Revisão do plano das "Campanhas Estatísticas", de forma a alcançar uniformidade de esquemas e métodos, aprofundando-se o campo de pesquisa em relação aos inquéritos de interesse do desenvolvimento econômico do país;

d) Transferência à Secretaria-Geral do CNE, mediante acôrdo, da execução dos levantamentos estatísticos de competência dos serviços federais, que não venham sendo apurados ou tenham sua divulgação retardada;

e) Revisão, por assunto, da coletânea de dispositivos constantes de leis, regulamentos, resoluções e instruções, para consolidação da matéria legislativa atinente aos levantamentos estatísticos".

Em 1962, por decisão do Poder Executivo, foi constituído pelo Decreto n. 1.283, de 25 Jun 62, na Comissão Nacional de Planejamento, um Grupo de Trabalho, (4) de que participamos, para propor a reorganização das estatísticas nacionais "com o objetivo de possibilitar a sua ampliação e atualização, em função das necessidades do planejamento econômico e social do país". O extenso Relatório Final do referido Grupo

(4) Integrado dos seguintes membros: Secretário da COPLAN, Secretário-Geral do CNE, Representante da JEC do CNE, Representante do EME, Chefe do Centro das Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento (SNR), Chefe do Departamento Econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Representante do Grupo de Planejamento do Estado de São Paulo e Representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

foi encaminhado ao então Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa e é agora um marco histórico, sem ter produzido qualquer fruto das sementes lançadas. Nesse trabalho ficou patente ser necessário:

- a) Centralizar num só órgão a responsabilidade do planejamento, execução e divulgação das estatísticas que interessam ao país, determinadas num Plano Nacional de Estatística;
- b) Atribuir, igualmente ao novo órgão oficial, responsável pela Estatística Brasileira, a coordenação das demais, estatísticas, através da revisão e controle de todos os questionários elaborados por órgãos federais destinados à coleta direta e através da fixação de normas uniformes para as demais estatísticas a serem divulgadas sob cunho oficial;
- c) Assegurar recursos financeiros, suficientes e estáveis, para a execução do Plano Nacional de Estatística;
- d) Dar organização permanente aos serviços censitários dentro da nível instituição.

Logo, ao assumirmos a Secretaria-Geral do CNE sugerimos à Presidência do Instituto a conveniência de convidar eficiente técnico brasileiro, dos quadros do IBGE — afastado do país desde 1952 e dirigente máximo do Instituto Inter-americano de Estatística (IASI) e Diretor do Departamento de Estatística da OEA desde 1952 — a contribuir com sua valiosa parcela para o equacionamento do problema estatístico nacional. Tuio Hostílio Montenegro, acatado, respeitado e consultado por vários países do Continente, veio ao Brasil por conta da OEA e teve assim oportunidade, num labor intensíssimo de trinta dias bem vividos, assempar-se da nossa difícil situação e apresentar, exatamente nesta data, há um ano atrás, um Relatório de excepcional valor, divulgado durante nossa administração em duas pequenas edições.

Dêse Relatório extraímos para meditação do auditório as suas três recomendações gerais:

“Primeira: Conclusão, dentro do menor prazo possível, dos levantamentos dos dados estatísticos que, por sua natureza, sejam considerados essenciais e urgentes pelos órgãos de segurança e planejamento nacionais, bem como apuração dos dados de igual natureza que se encontrem, no momento, no Serviço Nacional de Recenseamento, Secretaria-Geral do CNE e órgãos centrais do sistema estatístico.

Segunda: Execução integral, de forma consecutiva sob a responsabilidade direta da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, de dois Programas Nacionais de Estatística em Caráter de Emergência, a fim de atender à demanda mais premente de informações estatísticas por parte dos órgãos da segurança e planejamento nacionais, e de submeter os órgãos centrais da organização federal do sistema e, principalmente, a re-

ferida Secretaria-Geral e os órgãos que lhe estão subordinados a um teste de sua própria capacidade para levar a termo levantamentos projetados em bases diferentes das atuais.

Terceira: Constituição de uma Comissão de Alto Nível para efetuar o estudo cuidadoso dos meios cuja aplicação se requeria para eliminar ou, pelo menos, reduzir os efeitos desfavoráveis dos fatores que afetam a estrutura e o funcionamento do sistema, e consequente proposição aos Podêres Públicos das medidas necessárias à reformulação de suas bases e à reorientação de suas atividades."

Analisando a terceira das recomendações aquêle ilustre ibegiano sugere o estudo da viabilidade e conveniência de manter o sistema estatístico baseado em mecanismos convencionais resultantes da livre determinação dos Governos Federal, Estadual e Municipal se, "em que pesem as prerrogativas e competências constitucionais das Unidades da Federação e Municípios, o desenvolvimento econômico e social do país exige seu planejamento global e regional e com freqüência coloca os interesses nacionais ou regionais acima dos interesses das Unidades da Federação e dos Municípios que as constituem".

Menciona, ainda, o precioso Relatório, sugestões sôbre as mudanças estruturais e funcionais do órgão estatístico nacional, indagando se tem sentido atual a prevalência das "razões que determinaram a reunião, numa mesma instituição, do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, desde que à luz da experiência, não parece subsistir justificativa para a conjugação, cada vez mais tênue e limitada, dos dois Conselhos e órgãos a êles vinculados".

Dá, finalmente, Tulo Montenegro, outros substanciosos subsídios para a reformulação legislativa, com base em aperfeiçoamento do funcionamento do órgão estatístico nacional, aprimoramento e valorização de seu pessoal e introdução de moderna metodologia na seleção, planejamento e execução das pesquisas estatísticas de interesse nacional e regional.

Em vista de termos caracterizado, ao expender essas considerações, que o fazíamos como justiça a história dos reformadores frustrados, devemos mencionar que no interregno dos estudos antes mencionados dispôs o Congresso Nacional de dois projetos ligados ao assunto, de iniciativa de membros do legislativo federal. São êles os Projeto 3.112, de 1957, da autoria do Deputado A. Antunes de Oliveira, que propôs uma "Reforma Básica do Sistema Estatístico Nacional" e o Projeto, de 1958, do Deputado Lino Braun, que propugna a instituição do "Fundo Nacional de Estatística".

Nós, que somos ibegianos pelo coração, uma vez que nos faltam credenciais para pretender outros títulos, somos inconformados com a obra inclusa de Teixeira de Freitas por terem-na mantida estática enquanto crescia o país, ampliava-se o conhecimento tecnológico, modificavam-se as relações de trabalho, racionalizava-se a produção (ingressam-

do, inclusive, na moderna industrialização), sublimava-se a consciência do valor do planejamento, enfim, preparava-se o país para galgar a posição de desenvolvido.

Em maio de 1962, como representante do EME na Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE) propuzemos uma "heresia", a de modificar o Esquema Fundamental da Estatística Brasileira, válido desde 1936 sem uma só emenda! E a JEC em Resolução n. 763, de 7 Jun 63 aprovou um novo Esquema que veio servir de base à publicação do IASI, "América em Cifras" de 1963! A redistribuição de encargos do Esquema recém-aprovado foi objeto da Resolução JEC n. 814, de 24 Jun 64 que chegou a ser argüida de ilegal por distribuir tarefas não constantes dos Regulamentos dos Órgãos Centrais Federais!

Em fins de 1963, representando o Exército na JEC, ao examinarmos a proposta orçamentária do CNE, sugerimos o exame por aquela Egrégia Junta de três aspectos básicos das atividades do Conselho, os quais foram afetos, pela Resolução JEC n. 797, de 5 Fev 64, a três Grupos de Trabalhos, encarregados de opinar sobre:

- Planificação das pesquisas estatísticas;
- Centralização do processamento de dados;
- Revisão da rede de coleta. (5)

(5) O "BOLETIM DE SERVIÇO" N. 627, de 10 Jul 64, do IBGE publicou a respeito os seguintes tópicos:

125. PLANIFICAÇÃO DAS PESQUISAS ESTATÍSTICAS

No propósito de criar novas condições de eficiência para o sistema estatístico brasileiro, o Conselho Nacional de Estatística (IBGE) criou um Grupo Especial de Trabalho para estudar a planificação das pesquisas estatísticas. Essa equipe de especialistas deverá propor medidas técnicas para que o Conselho, a curto prazo, possa: a) abranger as estatísticas do atual esquema fundamental da estatística brasileira; b) definir as estatísticas consideradas básicas para o planejamento nacional e que devam ser tratadas segundo escalões de prioridade; e c) incrementar a elaboração de estatísticas secundárias pelos órgãos do Conselho em benefício dos planejamentos governamentais, quer da União, quer das Unidades da Federação.

O GT é constituído de 5 professores: João Lira Madeira (Presidente), Paulo Rangel, Jessé Montello, Maurício Rangel Reis e Ângelo de Souza.

126. PROCESSAMENTO DE DADOS NO IBGE

O Conselho Nacional de Estatística (IBGE), com o objetivo de melhorar o padrão das pesquisas estatísticas do País, criou um Grupo Especial de Trabalho para estudar o problema da centralização de processamento de dados.

O Grupo deverá examinar, a curto prazo, os elementos que possibilitem a plena utilização do equipamento de processamento de dados existentes no IBGE, como órgão central de apuração estatística. Assim sendo, terá que: a) levantar todas as necessidades anuais de processamento de dados do sistema estatístico, quanto às apurações das pesquisas rotineiras

Finalmente, como Secretário-Geral do CNE encaminhamos à JEC projeto de Resolução criando um 4º GT para proceder ao inventário dos levantamentos estatísticos e ao relacionamento dos registros administrativos oficiais que permitam apuração estatística, o que foi aprovado pela Resolução JEC n. 816, de 1º Jul 64.

Inserimos no Relatório referente à nossa curta gestão de 6 meses à frente da Secretaria-Geral do CNE, a que demos o pretensioso título "Uma nova filosofia de administração", o seguinte trecho nas considerações finais referentes ao setor técnico:

"O que se impõe fazer, na cúpula do CNE, é uma corajosa revisão dos atuais inquéritos, de modo a:

- fugir da obrigação de pesquisas para todos os Municípios, considerados igualmente para fins estatísticos;
- sanear o elenco dos atuais inquéritos, excluindo aqueles de interesse aleatório;
- intensificar a aplicação das pesquisas, por amostragem, particularmente, nas estatísticas agropecuárias e industriais; e
- explorar, ao máximo, os registros administrativos que permitam apuração de dados estatísticos essenciais".

Estava delineada uma ação que, baseada no inconformismo com a estagnação e na luta contra a tradição da rotina, insinuava uma mudança de atitudes para resolver o crônico problema da falta de estatísticas oportunas, fidedignas e essenciais.

anuais; b) relacionar as despesas anuais dos órgãos do Conselho sediados na Guanabara com equipamento de tratamento estatístico mecanizado; c) estudar a disponibilidade de mão-de-obra especializada nos vários órgãos do sistema estatístico, com possibilidade de aproveitamento nas funções de operadores e programadores; e d) sugerir a adoção de medidas para a racionalização dos trabalhos de processamento de dados no CNE, com o máximo de rendimento do pessoal e equipamentos disponíveis e maior economia para os órgãos do sistema.

O GT está constituído dos srs. Cmt Geraldo Nunes da Silva Maia, Elson dos Santos Matos, Ovídio de Andrade Júnior, Francisco da Costa Antunes e Altamiro de Miranda.

127. REVISÃO DA REDE NACIONAL DE COLETA ESTATÍSTICA

O Conselho Nacional de Estatística (IBGE), visando a fixar melhores condições de trabalho para o sistema estatístico e possibilitar a melhoria das pesquisas em andamento, tomou a iniciativa de criar um Grupo de Trabalho com a incumbência de examinar a atual distribuição, no País, das agências de estatísticas, nos seus aspectos administrativos e jurídicos.

Esse GT, constituído dos srs. Maj Eduardo de Ulhoa Cavalcanti, José de Souza e Silva, Gilberto Lima, Wilson Távora Maia e Nilton Mendonça Fonseca, deverá propor, a curto prazo, as medidas adequadas e melhoria da coleta estatística e maior rendimento dos recursos financeiros a ela destinados".

A nova estratégia foi esboçada, apreendida e posta em ação e esperamos seja mantida, apesar de se perceber indícios de sua desvinculação com a formulação inicial, como, por exemplo, a criação do Serviço Nacional de Processamento de Dados (Decreto n. 55.827, de 11-3-1965), a tentativa de tornar permanente o SNR com base na organização aprovada pelo Dec. n.º 55.309, de 30-12-1964 fora do âmbito da Secretaria-Geral do CNE e o desconhecimento dos resultados a que chegaram os GT instituídos pelas Resoluções JEC 797 e 816/64.

São os Senhores os primeiros a ouvir quem nada tem a ver agora com essa estratégia, voltados que estamos para nossas atividades profissionais, no âmbito do Exército, para analisá-la, defendê-la, submetê-la à vossa inteligência e crítica e, queira Deus, fazê-la ouvida por quem a possa aproveitar.

Após a Revolução, havia necessidade de despolitizar o CNE, órgão eminentemente técnico, da influência perniciosa da política de campanário que no passado, infestou os Municípios, contaminou os Estados e corroeu a União, com reflexos negativos na administração pública. Ao rigoroso e inflexível critério para a nomeação dos cargos em comissão, seguiu-se o restabelecimento do princípio de autoridade e de disciplina compreensiva, sólida e conseqüente, que fez estremecer todos os canais de comando até o Agente de Estatística. Para terminar com as "pressões" de denúncias dos Convênios por questões irrelevantes, mais afinadas com interesses individuais, propôs-se medidas que revitalizassem os Convênios, as quais aprovadas pela JEC e acolhidas pelo Governo, se traduziram no Dec. n. 53.974, de 5 Jun 64.

Em seguida, tornava-se imperioso acabar de uma vez por tôdas com a desfaçatez de pessoas físicas ou jurídicas que negam informações estatísticas porque temem (desconhecendo, aliás, a garantia do sigilo estatístico aos dados individualizados) a ação fiscal nos seus negócios escusos e optam pelo pagamento simbólico das multas previstas na atual legislação. Retomou-se estudo iniciado em 1952 e, finalmente, foi encaminhado pela Presidência do IBGE ao Poder Executivo um novo projeto de lei de obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas.

Em seguida, foi estudado, por categorizada Comissão e submetido à Presidência do IBGE, um projeto de magna importância relativo à Emenda Constitucional capacitando a União a definir Diretrizes e Bases da Estatística em termos nacionais.

Foi ainda submetido à apreciação da Presidência do IBGE projeto de lei disciplinando a Divisão Territorial Municipal, assunto que deu margem a constatação de municípios fantasmas no Estado de Amazonas e que assegura a estabilidade da base física dos levantamentos estatísticos.

Na conduta dessa nova estratégia restou apresentar os projetos de Decretos regulamentando as Diretrizes e Bases antes mencionadas e estabelecendo o Programa Nacional de Estatística de Emergência e o projeto de lei que daria nova organização à Estatística Nacional, documentos

por si só considerados os mais importantes do trabalho iniciado e não suficientemente amadurecido para êsse lance final.

Acrescente-se a essas medidas a lei que regulamenta a carreira de Estatístico, cujos estudos estavam em curso, a qual vem de ser incluída na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

Procurou-se através de Convênios bilaterais e multilaterais acelerar a produção das estatísticas contando com a cooperação de seus grandes usuários, como sejam SUDENE (colaboração técnica), MIC-BNDE e FGV (estatísticas industriais), DASP (Censo do Servidor Público), MEC (Censo escolar), IBC (estatísticas agrícolas) e Sindicato das Empresas da Indústria de Automóveis (Censo automobilístico).

Lançou-se dois inquéritos novos de inegável valor: "Indústria de Construção" e "Obras Públicas Paralisadas ou Concluídas e sem Utilização", êste último segundo o projeto Piloto de Artur Ferreira, que exerceu por 16 anos o cargo de Inspetor Regional da Bahia com excepcional dedicação à causa pública.

Buscou-se e incrementou-se a cooperação técnica internacional. O Brasil levou ao Panamá a tese da cooperação recíproca para aplicação do PIEB (6) e viu vitorioso seu ponto de vista na aceitação pela VIII COINS e conseqüente sugestão para discussão na V IASC (7) a se reunir êste ano em Caracas, por exigir definição dos Governos americanos.

Também, pudemos estabelecer os contatos iniciais e encaminhar o convite oficial para a vinda, por conta da FAO, de conceituado técnico em pesquisas agro-pecuárias, PEI-CHIN-TANG, que já veio ao Brasil e deixou aqui registradas suas judiciosas observações. Gestões foram iniciadas com o Dr. CALVER L. DEDRICK, do "Bureau of the Census", dos EE.UU., para estágio de nossos técnicos na parte de processamento de dados e com a Sra. CARMEM E. MIRÓ, do Centro Latino-americano de Demografia (CELAIDE), em Santiago (Chile), para aproveitamento de bolsas de estudo.

A ênfase dada às falhas do funcionamento atual do CNE teve em vista criar o quadro para a estratégia almejada que, como vimos, cabe aos mais altos escalões daquele Conselho executar. Ao pessoal integrante do Sistema Estatístico Nacional, dedicado aos afazeres quotidianos em todos os rincões pátrios, reconhecemos mérito, entusiasmo, honestidade e capacidade técnico-profissional dignos de especial destaque, tantas são as dificuldades a vencer para pôr em andamento a "máquina emperrada", o que vem confirmar o valor do espírito ibgeano que aprendemos a respeitar e admirar. A êsses servidores neste dia, mais uma vez, a nossa homenagem e o nosso desvanecimento e saudade pelo agradável convívio durante quase um lustro.

(6) Programa Interamericano de Estatísticas Básicas.

(7) Sigla, em Inglês, da "Conferência Interamericana de Estatística", que se reúne bienalmente, integrada de representantes dos Governos americanos e sob os auspícios do IASI.

Tantas considerações a cansar tão seletos auditórios chegam ao seu epílogo para dar oportunidade ao orador de afirmar que há fatores adversos estorvando o melhoramento de nossas estatísticas, os quais já desafiaram o tempo e os homens capazes de darem a eles o tratamento urgente que exigem.

Ouvimos, em dia recente, a própria voz do Sr. Presidente da República, a dizer, com a autoridade e vigor que a caracteriza:

“É intenção do Governo aprofundar o sistema nacional de planejamento, dotando-o de estrutura mais permanente e de meios mais precisos de informação e controle. O primeiro passo, nessa direção, previsto no anteprojeto de Reforma Administrativa, deverá consistir na institucionalização do Ministério do Planejamento. Outro, de não menor importância, será o aperfeiçoamento de nosso sistema de informações estatísticas, o qual foi virtualmente conduzido ao colapso, pelas administrações anteriores à Revolução. Cumpre esclarecer muitos pormenores que ainda se encontram obscuros, por falta de informações. É preciso, por outro lado, que o sistema estatístico se torne suficientemente rápido e flexível, de modo a fornecer aos executores da política econômica os meios necessários à adequada ação a curto prazo”. (8)

O desafio entre a inércia e a nova estratégia não poderia ter maior estímulo para que se busquem as soluções definitivas e ideais que urge adotar, pois não se compreende manter o IBGE a fabulosa rede de coleta que consome 43% dos recursos do CNE sem adequada e integral utilização; não se admite que o SNR disponha de equipamento eletrônico (9), cujo valor excede a 3½ milhões de dólares, sem total funcionamento para atender de modo centralizado a apuração estatística do Sistema e realizar processamento de dados dos Órgãos do Governo e sem estar plenamente ocupado na apuração do Recenseamento de 1960. É, finalmente, estultice pensar em disciplinar o sistema atual por medidas administrativas sem consentâneo amparo técnico.

Uma nova estratégia deve ser assim definida e executada sem esmorecimentos, contando com “todos aqueles que julgam ser as falhas da estatística brasileira resultantes de pecados que, embora venais, condenam os Podêres Públicos à permanente e malsinada improvisação”. (10)

(8) Trecho do discurso do Exmo. Sr. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco ao presidir a abertura do Curso de Programação Econômica, do Escritório de Pesquisa Econômica, do Ministério de Planejamento.

(9) Computadores eletrônicos — de grande porte UNIVAC 1105 e de porte médio USS 80 — ambos da Remington Rand, além de numeroso equipamento periférico eletromecânico da IBM, todos de propriedade do IBGE.

(10) Da dedicatória do autor em “Uma Nova Filosofia de Administração” SG do CNE — Out 64.

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

ATIVIDADES PIONEIRAS DO EXÉRCITO

Ten-Cel ELBER DE MELLO HENRIQUES
Oficial de Estado-Maior

I

Todos os pesquisadores da História são concordes em assinalar as imensas dificuldades que se antepõem a seus trabalhos. Attingir a origem de um acontecimento e acompanhar sua evolução exige competência, paciência, serenidade, imparcialidade, interpretação segura e, finalmente, sorte.

O pesquisador tem que se dedicar à intensa procura nas bibliotecas, fazer indagações, visitar organizações etc.

No caso do Brasil, a situação piora porque os arquivos de todo o nosso período colonial estão quase sempre em Portugal. Essas considerações foram feitas para deixar bem claro que o que se segue serve somente como motivação a pesquisas complementares. É um documento aberto a retificações e acréscimos.

Queremos deixar consignado nosso agradecimento ao Exmo. Sr. Gen Bda João Costa, que teve a idéia inicial dessa pesquisa quando exercia a Chefia da 5ª Seção do EME.

II — DEMARCAÇÃO E CARTOGRAFIA

Coube ao Exército, através de seus oficiais, o pioneirismo na confecção da cartografia pátria.

No período colonial, os principais cartógrafos pertenciam aos quadros do Exército português.

Assim é que a primeira rigorosa Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro foi de autoria de Manoel Leão, sargento-mor e governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião do Rio de Janeiro (1767).

Em 1774, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, comandante da praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemy, fez a carta da região que vai de São Paulo até aquela praça, percorrendo os rios Tieté, Paraná e Iguatemy.

A cartografia no Brasil está ligada à demarcação das fronteiras e, nessa atividade, os militares do Exército também levaram a palma de pioneiros, e seus trabalhos possibilitaram o aparecimento da importante "Carta Geográfica de Projeção Esférica Ortogonal da Nova Luzitânia". Essa Carta, bastante rica na localização de rios, serras

e outros acidentes geográficos, é um imperecível documento sobre o trabalho e a abnegação dos militares portugueses a percorrerem, na época, as selvagens regiões lindeiras do N e do W do Brasil.

Ao ser fundada a Academia Real Militar, em 1810, foi determinado que seus alunos se exercitariam em trabalhos geodésios "que anualmente se farão em grandes dimensões nos lugares que anualmente a Junta Militar destinar para o mesmo fim, e que serão executados com a maior perfeição".

Em 1836 foi publicado o mapa da Província de Goiás, obra do Marechal Cunha Matos.

Em 1846 o coronel Jacob Conrado de Niemeyer organizou a "Carta do Império do Brasil". Essa carta foi reeditada em 1857 por ordem de Caxias, então Ministro da Guerra.

Em 1862 o Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan foi o principal membro da Comissão encarregada de executar a Carta Geral do Império. Essa Comissão teve o mérito de realizar a primeira triangulação geodésica do Brasil no Distrito Federal (à época Município Neutro), atual Estado da Guanabara. Ela publicou a "Carta do Império" em 1875, ainda cheia de omissões e incorreções, mas a única da época.

Em 1781 o oficial do Exército Ricardo Franco de Almeida Serra procedeu ao reconhecimento dos Rios Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé e Paraguai, tendo terminado êsses trabalhos no fim do ano seguinte. Posteriormente fez reconhecimentos parciais e levantamentos topográficos. Foi acometido de sezões, atacado pelos índios e quase morreu afogado.

De Ricardo Franco trabalhando em equipe sob sua chefia, ou a êle atribuído, por ser o chefe do serviço cartográfico na época (quando o Governador assinava uma carta topográfica o nome do autor nela não aparecia) foram publicados:

"Mapa Geográfico da Capitania do Grão-Pará, Maranhão, Piauí e São José do Rio Negro".

"Configuração do Rio Japurá".

"Plano Geográfico do Rio Branco"... (e outros).

"Nova Carta Geográfica de Parte do Rio Paraguai".

"Mapa do Rio Madeira".

"Carta Geográfica do Rio Guaporé".

E muitos outros mais, todos entre 1780 e 1809, data de seu falecimento.

Terminada a Guerra do Paraguai, coube a uma Comissão de Oficiais do Exército a penosa tarefa de demarcação de nossas fronteiras com a Nação guaraní:

Barão de Maracaju

Barão de Parima

Joaquim de Oliveira Pimentel

Antero Tavares da Silva

Muitos outros militares deram durante o Império o melhor de suas forças para a cartografia brasileira.

Entre outros:

Barão de Caçapava

Pedro Alcântara Bellegarde

João Paulo de Santos Barreto

Galdino Justiniano Pimentel

Gregório Taumaturgo de Azevedo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em parecer publicado em 1901, sobre o trabalho do Estado-Maior do Exército na confecção da Carta Geral da República, afirma:

"A outros oficiais do Exército Brasileiro coube a glória de, no decurso do século XIX, empreender e realizar os mais vastos trabalhos de geografia matemática que se tenham executado no Brasil".

Em 1900, já no período republicano, o Exército deu início ao planejamento da Carta Geral da República e em 1903 iniciou o trabalho de triangulação do Rio Grande do Sul, dentro do programa da Carta Geral. Nessa ocasião sobressaía o nome do Gen Tasso Fragoso.

O General Bertoldo Klinger declara:

"No dia 24 de abril último (1919) foi empreendida pelo Capitão Alípio Virgílio di PRIMIO a primeira demonstração da fotogrametria aeronáutica, levantando esse oficial, num aeroplano pilotado pelo Capitão VERDIER, da missão francesa, uma faixa de terreno de 1.700 metros de largura por 9.000 de comprimento, mais ou menos; desde MADUREIRA até além da VILA MILITAR, sendo a duração do vôo útil de 4 minutos e meio".

"Fôra o Cel BENTO RIBEIRO, quando prefeito do Distrito Federal quem levava para a Prefeitura o major Alfredo VIDAL, que então introduziu no Brasil a estereofotogrametria, para isso promovendo viesse da Áustria o mestre na especialidade, de renome mundial, WOLF".

"Quando mais tarde Bento Ribeiro, General, foi chefiar o EME, levou VIDAL e o fez chefe do Serviço Geográfico Militar, para onde ele levou então a fotogrametria e completou a sua obra pioneira com o contrato de mais mestres austríacos, topógrafos, que fizeram a modelar Escola do Morro da Conceição".

Em 1922 o então Major Alfredo Vidal fez o levantamento, o desenho e a impressão da Carta do Distrito Federal.

Em 1923 o mesmo oficial deu início ao primeiro levantamento fotogramétrico da Ilha do Governador, utilizando o processo estéreo-fotogramétrico terrestre.

CONCLUSÃO

Pelo histórico feito torna-se patente a atividade pioneira do Exército na Cartografia Nacional e na Demarcação. O sacrifício feito no perلustrar de regiões desconhecidas e inóspitas bem merece o respeito dos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

- CARTA DO BRASIL (projeto elaborado pelo EME). Anuário 1951-1952 da Diretoria do Sv Geográfico do Exército.
- TRIANGULAÇÕES, MAPAS E PLANOS CARTOGRAFICOS (Cel Djalma Polli Coelho).
- PARADA E DESFILE DUMA VIDA DE VOLUNTARIO DO BRASIL — Klinger.
- UM HOMEM DO DEVER (Cel Ricardo Franco de Almeida Serra). Pelo General Raul Silveira de Mello. Edição da Biblioteca do Exército.

III — ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Em Portaria de 10 de janeiro de 1922 o Ministro CALÓGERAS criou o Centro Militar de Educação Física a funcionar na Vila Militar, junto à Escola de Sargentos de Infantaria, cujo comandante seria seu diretor.

O Aviso n. 529 de 3 de julho de 1929 criou o Curso Provisório de Educação Física anexo à Escola de Sargentos de Infantaria para “difundir, unificar e intensificar o ensino de Educação Física no Exército” e para “tornar praticamente conhecido dos oficiais o moderno método francês de Educação Física”.

Ainda em 1929, o Ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos nomeou uma Comissão para elaborar um anteprojeto de lei de Educação Física que previu a criação de uma Escola Nacional Superior de Educação Física.

Em 1929 funcionou pela primeira vez um Curso Provisório de Educação Física (civil) na Escola de Sargentos de Infantaria, tendo como instrutores o Tenente Ignácio de Freitas Rolim e o Tenente Médico Virgílio Alves Bastos. Esse curso era inspirado na experiência do Centro Militar de Educação Física.

Nesse mesmo ano o Curso formou a primeira turma especializada em Educação Física.

Em 11 de janeiro de 1930 foi organizado o Centro Militar de Educação Física, a funcionar na Fortaleza de São João.

Em 19 de outubro de 1933 o Centro foi transformado em Escola de Educação Física do Exército com as seguintes finalidades:

- formar instrutores e monitores de Educação Física;
- formar mestres de armas e monitores de esgrima;
- proporcionar aos médicos especialização em educação física;
- formar massagistas desportivos;
- dar aos oficiais conhecimentos indispensáveis à direção da educação física e da esgrima;
- *formar, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de Educação Física, recrutados no meio civil; etc.*

O artigo 13 desse decreto diz:

“Na Escola de Educação Física do Exército, será permitida a matrícula de civis”...

Em 1937 foi criado no Ministério da Educação e Saúde uma Divisão de Educação Física, sendo seu primeiro diretor o Major do Exército João Barbosa Leite.

Essa Divisão planejou um curso de emergência para civis na Escola de Educação Física do Exército no ano de 1939, que veio a diplomar 168 alunos, dos quais 107 do Instituto de Educação da Prefeitura do Distrito Federal.

Finalmente, em 17 de abril de 1939 foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Coube ao oficial do Exército João Barbosa Leite gerir a Escola até a sua instalação na Rua Alcindo Guanabara, de onde passou para o Instituto Nacional de Surdos e Mudos.

A Escola teve como primeiro diretor o major do Exército Ignácio de Freitas Rolim que, em memorável solenidade no Campo do Fluminense Futebol Clube recebeu a bandeira da Escola Nacional de Educação Física das mãos do Coronel Otávio Saldanha Mazza, na época comandante da Escola de Educação Física do Exército, como a testemunhar a continuidade do espírito da Educação Física que passava das mãos exclusivas dos militares do Exército para os civis de todo o Brasil.

CONCLUSÃO

Educação Física no Brasil é, conforme ficou comprovado, uma iniciativa pioneira do Exército.

BIBLIOGRAFIA

ORAÇÃO DOS VINTE ANOS — Waldemar Areno.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS — Inezil Penna Marinho.

Em 1923 o mesmo oficial deu início ao primeiro levantamento fotogramétrico da Ilha do Governador, utilizando o processo estéreo-fotogramétrico terrestre.

CONCLUSÃO

Pelo histórico feito torna-se patente a atividade pioneira do Exército na Cartografia Nacional e na Demarcação. O sacrifício feito no perلustrar de regiões desconhecidas e inhóspitas bem merece o respeito dos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

- CARTA DO BRASIL (projeto elaborado pelo EME). Anuário 1951-1952 da Diretoria do Sv Geográfico do Exército.
- TRIANGULAÇÕES, MAPAS E PLANOS CARTOGRAFICOS (Cel Djalma Polli Coelho).
- PARADA E DESFILE DUMA VIDA DE VOLUNTARIO DO BRASIL — Klinger.
- UM HOMEM DO DEVER (Cel Ricardo Franco de Almeida Serra). Pelo General Raul Silveira de Mello. Edição da Biblioteca do Exército.

III — ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Em Portaria de 10 de janeiro de 1922 o Ministro CALÓGERAS criou o Centro Militar de Educação Física a funcionar na Vila Militar, junto à Escola de Sargentos de Infantaria, cujo comandante seria seu diretor.

O Aviso n. 529 de 3 de julho de 1929 criou o Curso Provisório de Educação Física anexo à Escola de Sargentos de Infantaria para “difundir, unificar e intensificar o ensino de Educação Física no Exército” e para “tornar praticamente conhecido dos oficiais o moderno método francês de Educação Física”.

Ainda em 1929, o Ministro da Guerra Nestor Sezefredo dos Passos nomeou uma Comissão para elaborar um anteprojeto de lei de Educação Física que previu a criação de uma Escola Nacional Superior de Educação Física.

Em 1929 funcionou pela primeira vez um Curso Provisório de Educação Física (civil) na Escola de Sargentos de Infantaria, tendo como instrutores o Tenente Ignácio de Freitas Rolim e o Tenente Médico Virgílio Alves Bastos. Esse curso era inspirado na experiência do Centro Militar de Educação Física.

Nesse mesmo ano o Curso formou a primeira turma especializada em Educação Física.

Em 11 de janeiro de 1930 foi organizado o Centro Militar de Educação Física, a funcionar na Fortaleza de São João.

Em 19 de outubro de 1933 o Centro foi transformado em Escola de Educação Física do Exército com as seguintes finalidades:

- formar instrutores e monitores de Educação Física;
- formar mestres de armas e monitores de esgrima;
- proporcionar aos médicos especialização em educação física;
- formar massagistas desportivos;
- dar aos oficiais conhecimentos indispensáveis à direção da educação física e da esgrima;
- *formar, eventualmente, para fins não militares, instrutores e monitores de Educação Física, recrutados no meio civil; etc.*

O artigo 13 desse decreto diz:

“Na Escola de Educação Física do Exército, será permitida a matrícula de civis”...

Em 1937 foi criado no Ministério da Educação e Saúde uma Divisão de Educação Física, sendo seu primeiro diretor o Major do Exército João Barbosa Leite.

Essa Divisão planejou um curso de emergência para civis na Escola de Educação Física do Exército no ano de 1939, que veio a diplomar 168 alunos, dos quais 107 do Instituto de Educação da Prefeitura do Distrito Federal.

Finalmente, em 17 de abril de 1939 foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Coube ao oficial do Exército João Barbosa Leite gerir a Escola até a sua instalação na Rua Alcindo Guanabara, de onde passou para o Instituto Nacional de Surdos e Mudos.

A Escola teve como primeiro diretor o major do Exército Ignácio de Freitas Rolim que, em memorável solenidade no Campo do Fluminense Futebol Clube recebeu a bandeira da Escola Nacional de Educação Física das mãos do Coronel Otávio Saldanha Mazza, na época comandante da Escola de Educação Física do Exército, como a testemunhar a continuidade do espírito da Educação Física que passava das mãos exclusivas dos militares do Exército para os civis de todo o Brasil.

CONCLUSÃO

Educação Física no Brasil é, conforme ficou comprovado, uma iniciativa pioneira do Exército.

BIBLIOGRAFIA

ORAÇÃO DOS VINTE ANOS — Waldemar Areno.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS — Inezil Penna Marinho.

IV — O TELEGRAFO NO BRASIL

Igualmente a inúmeras outras atividades, coube ao Exército o pioneirismo na instalação do telégrafo em nosso país.

A Escola Militar da Córte adquiriu, para suas aulas de Física, aparelhos telegráficos tipo "Breguet", que eram manipulados pelo lente da matéria o Capitão honorário de Engenheiros Guilherme Such de Capanema.

O Ministro da Justiça, Euzébio de Queirós, queixava-se da falta de ligação, rápida e a grande distância, entre as autoridades governamentais e resolveu designar o Coronel Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão para fazer a ligação telegráfica entre o Quartel da Polícia de que era Comandante (Rua Evaristo da Veiga) e o morro do Castelo.

Lembrou-se o Coronel dos aparelhos "Breguet" da Escola Militar e os obteve por empréstimo do Capitão Guilherme Such de Capanema.

A ligação feita com fiação rudimentar e com gargalos de garrafa à guisa de isoladores não deu resultados.

O Coronel Polydoro devolveu os aparelhos ao Capitão Capanema declarando que os mesmos não funcionavam.

Surpreso com a informação, o Capitão Capanema pediu ao Coronel permissão para fazer uma experiência com êle próprio em salas separadas. Em breve o Coronel recebia uma mensagem e modificava sua impressão.

Sabedor do ocorrido, o Ministro da Justiça (Euzébio de Queirós) mandou chamar o Capitão Capanema e lhe pediu o material necessário a ser adquirido na Europa para fazer a ligação entre a Quinta da Boa Vista (residência do Imperador) e o Quartel-General do Exército.

Meses após chegava o material e a 11 de maio de 1852 foi inaugurado oficialmente o telégrafo no Brasil.

Na construção dessa linha trabalharam afanosamente os presos da Casa de Correção.

Nascido sob o signo do Exército, foram os eventos bélicos que o desenvolveram.

A guerra do Paraguai possibilitou a extensão da linha telegráfica ao Rio Grande do Sul e, quando Caxias assumiu o Comando das operações no Paraguai providenciou imediatamente a instalação de linhas telegráficas entre os pontos mais importantes do teatro de operações.

No período republicano mais se acentuou a influência dos militares no desenvolvimento da telegrafia no Brasil.

Em 1905 o Capitão Felix Fleury de Souza Amorim chefiando uma Comissão Militar ligou Guarapuava à Colônia Miranda, de Foz de Iguaçu (Paraná).

Uma equipe militar chefiada pelo Tenente-Coronel João de Deus Martins, ligou Cruz Alta à Colônia Militar do Alto Uruguai.

Ainda outra Comissão Militar, chefiada pelo Capitão Cândido Mariano da Silva Rondon, levou os postes telegráficos de Cuiabá a Cuiumbá (Mato Grosso).

Em 1906 também Bela Vista se ligou a Pôrto Murtinho graças ao trabalho e à dedicação dos militares.

Em 1907 o já Major Cândido Mariano da Silva Rondon iniciou a linha telegráfica que veio a ligar Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira no Amazonas. Essa linha-tronco e seus ramais (Parecis-Barra dos Bugres, Cáceres-Mato Grosso e Pôrto Velho-Guajará-Mirim) consumiu 2.270 quilômetros de linha numa extensão de 700 quilômetros em matas virgens.

CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro tem, com justo orgulho, o pioneirismo no Telégrafo Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

MEMÓRIA HISTÓRICA DA REPARTIÇÃO GERAL DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS — Dr. Edgard B. de Barros.

O CORREIO BRASILEIRO — Notícia Histórica por Domingos da Costa Lopes.

SYNOPSIS DO TELÉGRAFO NO BRASIL — Repartição Geral dos Telégrafos.

MEMÓRIA HISTÓRICA SOBRE OS CORREIOS — M. Torres.

MEMÓRIA HISTÓRICA — D.C.T.

V — SIDERURGIA

Não propriamente iniciativa pioneira do Exército, mas muito a ele devendo, a Siderurgia no Brasil surgiu sob a influência das necessidades bélicas.

Assim é que vemos ainda no século XVII D. Rodrigo José de Menezes, Governador da Capitania das Minas Gerais empenhar-se para que o ferro fôsse fabricado no Brasil.

Em 1765, "preocupado que estava em ter armas e munições para a guerra contra os espanhóis no Sul", o Governador de São Paulo concedeu permissão para produzir ferro.

"Em 1800, o Coronel Xavier de Almeida e o químico Manço Pereira fizeram estudos e tomaram providências para o estabelecimento da Fábrica de Ipanema".

Essa fábrica contribuiu muito para o progresso de São Paulo produzindo "material para a lavoura, as moendas, as máquinas para olarias, serrarias, engenhos de arroz e de algodão".

Em 1 de novembro de 1818 correu em Ipanema, e pela primeira vez no Brasil, ferro fundido de um alto forno.

Em 1864, segundo Guilherme Capanema, podia-se fundir nessa fábrica, um canhão de 60, por dia.

Posteriormente a Fábrica de Ipanema foi transferida do Ministério da Guerra para o da Agricultura.

No século passado o Arsenal Militar examinava o aço produzido nas usinas, conforme consta de um parecer assinado pelo tenente Onofre, "que a amostra de aço que V.S. me remeteu para ser experimentada neste Arsenal, sofreu os mais rigorosos exames pelos respectivos mestres, os quais declaram ser este aço..."

No governo do Marechal Hermes da Fonseca foram aprovados decretos de alta significação para a indústria siderúrgica, como redução de fretes, isenção de impostos etc.

A 1ª Grande Guerra deu um forte impulso ao problema do ferro pela dificuldade em que se viu o país de abastecer-se.

Em 1917 surgiu a Companhia Siderúrgica Mineira, que, em 1921 passou a denominar-se Belgo-Mineira (Monlevade).

Em 1931 o Exército criou a "Comissão para o estudo da Capacidade Industrial Militar da Metalurgia Nacional" e, logo após o Governo criou a "Comissão Nacional de Siderurgia", que funcionou no Ministério da Guerra.

A iminência da 2ª Grande Guerra uniu todas as forças progressistas da Nação e, tendo à frente o Exército, resolveram dotar o país de uma siderurgia pesada, sobressaindo então o nome do Major Edmundo de Macedo Soares.

E assim surgiu no começo da década de 40 a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

CONCLUSÃO

As necessidades bélicas fizeram com que o Exército estimulasse sempre o Governo para a implantação da Siderurgia, cabendo-lhe, por tanto, um lugar de destaque como pioneiro.

BIBLIOGRAFIA

E. M. DE CASTRO E SILVA

INFORMAÇÕES SOBRE A INDÚSTRIA SIDERÚRGICA — Gonzaga de Campos.

BOLETIM DO EXÉRCITO N. 108, de 25 Nov 1917.

O PROBLEMA SIDERÚRGICO SOB O PONTO DE VISTA DAS INDÚSTRIAS MILITARES — Jayme da Silva Lima.

DISCURSOS — Edmundo de Macedo Soares.

VOLTA REDONDA — Gênese de uma idéia — Macedo Soares.

A CONQUISTA SIDERÚRGICA NO BRASIL — Humberto Bastos.

O PROBLEMA SIDERÚRGICO BRASILEIRO SOB O PONTO DE VISTA DOS MILITARES — Jayme da Silva Lima.

VI — ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA

A actual Escola Nacional de Engenharia tem suas raízes na Academia Real Militar.

Acompanhemos as anotações históricas:

ACADEMIA REAL MILITAR

Assinada pelo Conde de Linhares foi aprovada em 4 de dezembro de 1810 uma Carta de Lei que dizia:

"D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem público dos meus vassallos, e à defesa e segurança dos meus vastos domínios, que se estabeleça no Brazil e na minha actual Córte e Cidade do Rio de Janeiro, um curso regular das Sciencias exactas e de observação, assim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e praticos que formam a sciencia militar em todos os seus dificeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem habeis Officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Officiaes da classe de Engenheiro geographos e topographos, que possam também ter o util emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canaes, pontes, fontes, e calçadas: hei por bem que na minha actual Córte e Cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares em toda a sua extensão, tanto de tactica como de fortificação, e artilharia..."

Em 22 de janeiro de 1811, o Brigadeiro João Manoel da Silva, Inspector de Engenharia, foi encarregado de fazer a adaptação do Edifício da Sé para aí funcionar o arquivo e as aulas e os gabinetes de Física, Química, História Natural e Mineralogia.

Em 23 de abril do mesmo ano, na Casa do Trem, na Ponta do Calabouço, foi inaugurada a Academia Real Militar. Esse edificio veio a ser, mais tarde, o Arsenal de Guerra e hoje é a sede do Museu Histórico Nacional.

No dia 1 de abril de 1812 foi ela transferida para o edifício originariamente construído para ser a Catedral do Rio de Janeiro no Largo de São Francisco.

Em 1823 foi permitido aos civis frequentarem as aulas da Academia Imperial Militar, nome que tomou a partir da Independência (12-10-822).

Em 9 de março de 1832 foi a ela anexada a Academia de Guardas-Marinha, tomando o nome de Academia Militar da Côrte. Essa união durou somente até 22 de outubro de 1833, por ter a experiência mostrado que ela não correspondia aos fins a que se propunha.

Em 1835 (23 de janeiro) a Regência determina que a Academia de Guardas-Marinha fique "de todo" desligada da Academia Militar da Côrte.

Por decreto de 14 de janeiro de 1839 a Academia Militar da Côrte passou a chamar-se Escola Militar da Côrte.

O Decreto n. 140, de 9 de março de 1842, instituiu o ensino de engenharia civil. Declara D. Pedro II nesse Decreto que a Escola Militar da Côrte tem como "salutar fim" o preparo de oficiais de todas as armas do Exército e de Engenheiros hábeis para o serviço público e particular.

O Decreto n. 2.116 de 1 de março de 1858 transformou a Escola Militar da Côrte em Escola Central e foi destinada ao ensino das Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais, e também ao de *Engenharia Civil*.

Durante a Guerra do Paraguai a Escola foi muito prejudicada por ter a quase totalidade de seus instrutores e alunos partido para a campanha.

Pelo Decreto n. 2.261, de 24 de maio de 1873, a Escola Central deixou de fazer parte do ensino militar passando para a jurisdição do Ministério do Império.

Em 25 de abril de 1874 foi publicado o Decreto n. 5.600 que reorganizou a Escola Central, dando-lhe o nome de Escola Politécnica. Esta Escola passou a possuir seis cursos:

Curso de Ciências Físicas e Naturais

Curso de Ciências Físicas e Matemáticas

Curso de Engenheiros Geógrafos

Curso de Engenharia Civil

Curso de Minas

Curso de Artes e Manufaturas

Sobrevindo a República, naturalmente, a Escola Politécnica sofreu reformas, sendo, inclusive, instituída a livre docência. A Escola foi composta de um curso fundamental comum e dois cursos superiores:

Engenharia Civil
Engenharia Industrial

Após sucessivas reformas a Escola Politécnica passou a chamar-se (1937) Escola Nacional de Engenharia, incorporada à Universidade do Brasil.

CONCLUSÃO

Pelo histórico acima mencionado verifica-se que a atual Escola Nacional de Engenharia é oriunda do desdobramento da Escola Militar da Corte (1858), sendo uma iniciativa pioneira do Exército Brasileiro.

VII — A VETERINÁRIA

É evidente que nos tempos coloniais já havia uma medicina veterinária divulgada por meio oral entre os criadores de gado. Esse empirismo só veio a terminar com a oficialização do ensino.

Em 5 de dezembro de 1810 foi criado no 1º RCG o cargo de veterinário.

A mais antiga referência ao ensino oficial da veterinária no Brasil foi encontrado no Decreto de 31 de janeiro de 1818 mandando "criar uma aula de Alveitaria no 1º Regimento de Cavalaria do Exército".

Em 12 de julho de 1824 a Secretaria do Estado da Guerra fixou em 300 reis diários o soldo do veterinário militar.

No plano de organização do 6º Corpo de Artilharia Montada (28 de janeiro de 1828) aparece funcionalmente o veterinário.

Dai em diante tornou-se o veterinário orgânico nas Unidades montadas.

O país não possuía porém uma Escola de Veterinária e os chamados médicos veterinários não eram profissionais, sendo muitas vezes contratados "sem concurso e sem critério".

Na guerra contra Rosas, observou Caxias a deficiência da assistência sanitária aos animais, o que motivou alguns insucessos na campanha. Por isso, quando Ministro da Guerra, contratou na França um veterinário profissional que iniciou aqui o ensino veterinário responsável.

Em 1883 dizia na "Revista do Exército Brasileiro" o Capitão de Artilharia Araújo Corrêa:

"A ausência de Escolas de Veterinária e a extrema necessidade de que delas temos, acentua-se cada vez de um modo mais pronunciado entre nós, não só por meio de graves prejuízos para as indústrias criadoras como para a higiene e alimentação pública".

Em 1894, sendo calamitosa as condições sanitárias dos animais dos corpos militares, resolveu o Exército contratar o veterinário inglês Radcliff, que iniciou seus trabalhos no 2º Regimento de Artilharia comandado pelo futuro Ministro da Guerra e Presidente da República General Hermes Rodrigues da Fonseca.

Finalmente, a Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908 (Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra), cria a Escola de Veterinária do Exército, sendo contratados na França os veterinários Ten-Cel Dr. Dupuy e Capitão Dr. Paul Ferret (Missão Francesa).

Somente a 17 de julho de 1914 foi instalada a Escola de Veterinária do Exército.

CONCLUSÃO

A Veterinária é uma atividade cujo pioneirismo cabe ao Exército. Somente a ele coube tomar tôdas as providências iniciais para o exercício efetivo dessa profissão e foi em seu meio que surgiu a primeira Escola de Veterinária do País.

BIBLIOGRAFIA

CAXIAS — Affonso de Carvalho.

REVISTA MILITAR DE MEDICINA VETERINARIA — Janeiro de 1938.

VIII — CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros do atual Estado da Guanabara teve sua origem nos Arsenais de Guerra e Marinha:

DECRETO N. 1.775 — DE 2 DE JULHO DE 1856

Dá Regulamento para o serviço de extinção dos incêndios.

Hei por bem decretar o seguinte:

SECÇÃO I

Do serviço da extinção de incendios.

Art. 1º. O serviço de extinção de incendios será feito por bombeiros, sob o commando de hum Director, com auxilio das Autoridades policiaes, e coadjuvação da fôrça publica, na fôrma designada no presente Regulamento.

SECÇÃO II

Dos bombeiros e sua organização.

Art. 2º. Em quanto não for definitivamente creado hum corpo de bombeiros com organização conveniente, será o trabalho da ex-

tinção de incendios executado por operarios dos Arsenaes de Guerra e Marinha, das Obras publicas e da Casa de correção, alistados, exercitados e commandados na fórma abaixo indicada.

Art. 3º. Em cada huma das Repartições mencionadas no Artigo antecedente, será creada ou organizada huma secção de bombeiros, composta dos operários que forem mais ageis, robustos e moralisados, preferidos os mais amestrados em qualquer dos officios de machinismo ou construcção.

Art. 4º. As quatro secções assim creadas comporão o Corpo provisório de bombeiros, para cujo commando será nomeado hum Official superior do Corpo de Engenheiros, que será o Director geral do serviço dos mesmos, vencendo por isso a gratificação que lhe for marcada no Decreto de sua nomeação.

Art. 5º.

Com a Rubrica de Sua Majestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo

O sinal de fogo era dado por tiros de Artilharia e por toques de sino.

O Corpo de Bombeiros foi equipado com bombas "Letestu". "H. Fland" e "Lenoir" bem como bombas fabricadas no Arsenal de Guerra que "pouca differença faziam das importadas da Europa".

Desde o início ficou evidenciado que o Corpo de Bombeiros deveria ser uma organização de carácter militar, baseado na hierarquia e na disciplina.

O relatório do Comando do ano de 1856 diz:

"Entretanto, o bombeiro da Repartição das Obras Públicas é de ordinário (assim o são quase todos) homem que não tem officio, ou que não quer trabalhar por elle, e que foi alistado para estar de promptidão junto às bombas que a repartição possui num armazem do largo da Carioca e no pavimento terreo do edificio que serve de secretaria na rua do Senhor dos Passos".

"A Inspetoria não tem meios de corrigir faltas e delictos offensivos da disciplina especial que cumpre manter na secção; não tem meios para prevenir que esses homens sejam ociosos e inuteis na maior parte do tempo que passam, vencendo um estipendio dos cofres publicos".

"Entendia e entendo que seria vantajoso ao serviço publico suprimir-se a secção das Obras Publicas e crear-se uma secção aquartelada com a companhia de pedestres, no edificio da Secretaria da Policia".

A participação nula da Repartição das Obras Públicas e o fato do Corpo de Bombeiros ter sido tradicionalmente comandado por Oficiais do Exército, evidenciam a preponderância do Exército na primazia da criação do Corpo de Bombeiros.

CONCLUSÃO

Coube ao Exército o papel preponderante na criação do Corpo de Bombeiros da Capital da República.

BIBLIOGRAFIA

LEIS DO BRASIL.

BREVE NOTÍCIA SOBRE A FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO
CORPO DE BOMBEIROS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.



GUERRA DO PARAGUAI

A Subseção Comercial da Biblioteca do Exército possui à disposição dos interessados a monumental obra do Gen Augusto Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai", revista e anotada pelo Ten-Cel Francisco Ruas Santos.

5 volumes — 3.228 páginas — 96 mapas.

Preço: Volumes e mapas — Cr\$ 3.000,00.

Capa colecionadora de mapas Cr\$ 250,00.

Pedidos pelo reembolso postal à Subseção Comercial, Biblioteca do Exército, Palácio da Guerra, 3º andar da Ala Marcílio Dias.

Rio de Janeiro — GB, ZC-55

Enderêço telegráfico: BIBLIEX

EXPLOSAO DEMOGRAFICA

Gen Div R/1 ANTONIO DE BRITO JUNIOR

Há cerca de duzentos anos, já fins do século XVIII, em 1798, o pároco inglês Thomas Robert Malthus concluía de seus estudos que a população mundial tendia a aumentar em progressão geométrica, ao passo que os recursos em alimentos aumentavam apenas em progressão aritmética.

Segundo o professor e sociólogo norte-americano Donald Pierson, a essência da teoria malthusiana é que a população aumenta muito mais rapidamente que as provisões.

Malthus profeticamente previa que a fome controlaria o crescimento das populações.

E isto é inteiramente verdadeiro, como procuraremos justificar.

Na ocasião em que foi lançada, a tese malthusiana só mereceu críticas, o que facilmente se compreendia, uma vez que, então existiam extensas áreas de terras inaproveitadas à disposição de uma população quase três vezes menor que a atual.

Hoje, estão revendo com cuidado essa tese porque a explosão demográfica, digamos, a bomba N (dos nascimentos sem controle) é tão ameaçadora para a humanidade como a bomba atômica H.

O equilíbrio alimentos-população só pode ser mantido com o controle dos nascimentos e com o aumento das provisões.

Mais provisões serão obtidas:

- combatendo-se os parasitas e doenças das culturas;
- utilizando-se o solo com todos os recursos da técnica e da ciência, como fez o povo inglês durante a última guerra, conseguindo um aumento de produção de alimentos da ordem de 40%;
- poupando-se a terra com o controle à erosão e com rotação das culturas;
- aumentando-se a superfície útil pela recuperação do solo com adubação intensiva e obras de irrigação e drenagem;
- aperfeiçoando-se a agricultura e a pecuária com novas variedades de plantas e melhoramento de raças;
- mecanizando-se a lavoura;
- utilizando-se com liberalidade os atuais e novos fertilizantes;
- facilitando-se o escoamento dos produtos de origem vegetal e animal das zonas de produção para os centros consumidores com uma boa rede de comunicações, transportes, depósitos e silos;

- realizando-se trocas de produção diversas entre as nações;
- utilizando-se a energia atômica, como a maior fonte de energia até agora conhecida;
- voltando-se as vistas sobre o mar, talvez o futuro e grande celeiro da humanidade;
- diminuindo-se o número de consumidores pelo controle mundial da natalidade, a exemplo do que já se faz no Japão e na Índia.

O mais eficiente destes recursos é o de mais difícil execução: a limitação da natalidade. O pároco Malthus a despeito de sua teoria, teve três filhos...

Tôdas estas providências somadas às migrações pacíficas das populações de países densamente povoados para os de baixa densidade de população, só poderão proporcionar um alívio temporário e precário para o crescimento da humanidade.

Em contraposição, os progressos da medicina e o combate às doenças, promovem a limitação da mortalidade infantil e prolongam a vida, agravando os problemas da superpopulação.

POPULAÇÃO MUNDIAL

Em 1900 — 1,5 bilhão;

Em 1950 — 2,5 bilhões;

Em 1960 — 3 bilhões;

Em 2000 — estimada em 5 a 6 bilhões.

De 1900 a 1950 o aumento foi da ordem de 1 bilhão, prevendo-se para igual intervalo de tempo, de 1950 a 2000, um aumento mínimo de 1,5 bilhão.

Em 100 anos, de 1830 a 1930, a população mundial cresceu de um bilhão, enquanto que em apenas 30 anos, de 1930 a 1960, cresceu da mesma quantidade.

Em média, na Terra a densidade é de 22 h/Km².

As maiores densidades são observadas, por ordem decrescente, na Europa, Ásia, América, África e na Oceânia; os países mais saturados são Holanda, Bélgica, Japão, Inglaterra, Alemanha, Itália, Suíça, quase todos os países da América Central e a Índia.

Presentemente, os maiores reservatórios humanos (população absoluta) são, em números aproximados:

a China com 700 milhões;

a Índia com 450 milhões;

a Rússia com 230 milhões;

os EUA com 190 milhões;

a Indonésia com 105 milhões;
o Paquistão com 98 milhões;
o Japão com 95 milhões;
e o Brasil com 80 milhões.

É interessante assinalar os seguintes fatos:

- o hemisfério sul apresenta maior crescimento populacional que o hemisfério norte;
- o grau de fertilidade dos povos ocidentais está na razão inversa do seu desenvolvimento, ou a taxa de natalidade decresce com a elevação do padrão de vida;
- a alta densidade de população, nem sempre traduz pobreza: por ex.: a Holanda e a Inglaterra;
- independente do regime político, os povos da América Latina, Ásia e África, crescem numericamente de modo mais acentuado que os da Europa (Rússia, inclusive) e da América do Norte;
- a proporção entre europeus e asiáticos que em 1900 era de 1 para 2, será nos fins deste século de 1 para 4;
- a população da América Latina possivelmente dobrará nos próximos 25 anos;
- depois da 2.^a Grande Guerra, no período de 1945 a 1952, a população mundial cresceu de 12% enquanto o crescimento alimentar foi de 9%;
- as provisões terão um crescimento limitado, enquanto a população mundial cresce e continuará sempre crescendo com a ameaça sinistra da fome, das guerras e das ditaduras, porque as democracias políticas dependem da democracia dos alimentos.

O crescimento da população mundial é impressionante; cada dia mais milhares de bocas para serem satisfeitas.

Para muitos países, o maior problema já é a satisfação alimentar de sua elevada população, face aos seus próprios recursos:

- a Itália encaminha para todo o mundo e em particular para os países novos, as suas volumosas sobras demográficas;
- a Índia, saturada, tem a situação grandemente agravada por desumanos preceitos religiosos que marginalizam os párias, ou intocáveis, (mais de 3 milhões) e proíbe o aproveitamento de seu numeroso gado; procura remediar o grande mal desenvolvendo a agricultura e limitando a natalidade;
- o Japão exerce severo controle da natalidade, incentiva a emigração e aproveita todas as suas áreas cultiváveis, tão limitadas pelo acidentado do seu solo (75% montanhoso);
- a China com sua imensa população e elevada taxa de crescimento, realiza melhor aproveitamento de seus recursos, mas ainda não cogita da limitação da natalidade; retornou ao antigo princípio de que número é poder, conveniente aos seus futuros planos expansionistas.

O fantasma do excesso da população é real.

É sabido que dois terços da humanidade sofrem os estigmas da fome e o outro terço dorme com medo dos que comem".

A gravidade do assunto é palpável e, para os menos avisados, lembramos que o mesmo já foi oficialmente incluído nos programas da Organização Mundial de Saúde e da Assembléia Pan-Americana sobre População; entrou nas cogitações do Vaticano e tem sido objeto de pronunciamentos de ilustres personagens: Presidente Kennedy; Fischer; Osborn ("Nosso saqueado Planeta"); Glycon de Paiva; Castro Barreto; Bernardo A. Houssay (Prêmio Nobel de Medicina, em 1947) e Huxley que profetiza que as nações civilizadas serão, dentro de poucas décadas, submergidas por hordas de bárbaros.

POPULAÇÃO BRASILEIRA

Hoje somos quase 80 milhões, o que nos confere o oitavo lugar entre todas as nações do mundo; — o primeiro lugar entre as nações latinas; — e o segundo lugar entre todas as nações americanas.

Já é a população absoluta brasileira superior à soma das populações de todos os países da América do Sul, conforme dados colhidos na Biblioteca Barsa.

Apresenta esta população uma densidade aproximada de 9 habitantes por km², muito desigualmente distribuída; mesmo não se considerando o Estado-cidade da Guanabara, temos o Estado do Rio de Janeiro com 81 h/km², enquanto o Estado do Amazonas tem apenas 0,6 h/km².

É uma população com uma distribuição geográfica gritantemente sem uniformidade: maiores concentrações na região costeira, com os maiores contingentes no triângulo econômico Rio-S. Paulo-Belo Horizonte e Nordeste Oriental; 45% do vazio demográfico se localiza na Amazônia.

Na base do censo 1940-1950, apresenta uma das mais elevadas taxas de crescimento do mundo, da ordem de 2% por ano.

Graças a este surpreendente crescimento, em 1970 deverá nossa população atingir a 100 milhões; — no primeiro quartel do próximo século deverá ultrapassar a população dos Estados Unidos; — já é o dobro da população do México, enquanto há apenas um século atrás, era inferior à população deste país; — cada vez mais se distancia da população da Argentina.

São eloquentes em seus números os recenseamentos, ou estimativas, feitos em:

Ano de 1800 —	3,3 milhões;
Ano de 1808 —	4 milhões;
Ano de 1872 —	10 milhões;
Ano de 1890 —	14 milhões;
Ano de 1900 —	17 milhões;
Ano de 1920 —	30 milhões;

Ano de 1940 —	41	milhões;
Ano de 1950 —	50	milhões;
Ano de 1960 —	71	milhões;
Ano de 1965 —	80	milhões (?)
Ano de 1970 —	100	milhões (?)
Ano de 2000 —	220	milhões (?)

Interessa sobretudo a esta população o concurso de uma imigração qualitativa e não quantitativa, como tem sido feita.

É, apesar da complexidade das suas origens formativas, uma população praticamente homogênea no que se refere ao idioma, religião e tradições; conforme a região considerada, apresenta algumas diferenças raciais que não chegam a afetar o princípio de unidade nacional e que tendem a se diluir com o intercâmbio favorecido pelo adensamento dos meios de comunicações e ausência de preconceitos raciais.

Poderá esta população se expandir em apreciável espaço útil, talvez o segundo do mundo, de forma compacta, com quase todos os climas e capaz de acomodar 900 milhões de brasileiros, segundo Fischer, abalizado geógrafo alemão. É um número respeitável pelo que preferimos ficar com as estimativas bem mais modestas indicadas pelo nosso engenheiro Glycon de Paiva que subordina a capacidade de habitantes em uma determinada área da Terra, a vários fatores: extensão territorial; pluviosidade; temperatura; capacidade alimentar dos solos; tendência das atuais densidades demográficas; capacidade de compras externas de combustíveis minerais e disponibilidade de energia elétrica em quota específica adequada.

De acôrdo com tal critério, apresentou o Dr. Glycon de Paiva o seguinte quadro:

CAPACIDADE DE POPULAÇÃO DO BRASIL

CRITÉRIOS ADOTADOS	População em milhões de hs.	Observações
Extensão territorial	390	
Pluviosidade	180	
Temperatura	106	
Capacidade alimentar	144	
Tendências das atuais densidades demográficas	98,1	Com. ext. band. brasileira
Capacidade de compras externas de combustíveis minerais ..	62,5 ou 41,5	Idem, com bandeira estrangeira
Disponibilidade de energia elétrica em quota específica adequada	64,8	

Finalmente, quanto à qualidade da massa de nossa população, com prazer repetimos aqui, como insubstituíveis, as palavras do brilhante professor Castro Barreto:

— “As abusões do clima e as patranhas da raça que seriam respectivamente inóspito e inferior, foram destroçadas pela geografia humana e pela ciência experimental. O racismo é um estratagema do colonialismo que viveu parasitando e escravizando; é uma perversão política”.

CONCLUSÃO

Estudiosos do assunto são unânimes em apontar os dois grandes problemas demográficos brasileiros, ainda em equação:

1. Elevação do nível cultural da população, em particular no que se refere à alimentação, saúde e instrução.
2. Melhor distribuição da população, em particular no que se refere à ocupação da Amazônia, ocupação econômica fazendo de cada habitante um instrumento ativo, criador de riqueza.

Se a superpopulação é uma das principais causas da miséria, a re-
fração demográfica é antieconômica.

Mais que um problema demográfico é esta ocupação um imperativo da segurança nacional.

O mundo faminto volta suas vistas para os espaços vazios e, destes, o melhor quinhão é, sem dúvida, a Amazônia.

A lei das necessidades, confirmada por tantos e recentes exemplos, não explica, mas justifica o expansionismo pela força.

Muito já se fez a favor da Amazônia e muito mais ainda há que fazer.

O atual governo, numa demonstração de acurado senso administrativo e consciência do problema, voltou suas atenções para a Amazônia. O Sr. Presidente da República encaminhará, breve, ao Congresso um projeto de reformulação da política de valorização da região, visando integrar aquela extensa área no organismo brasileiro.

É uma tarefa de alto valor social e econômico para a Nação.

Numa perfeita comunhão de idéias com o articulista de “Integração”, do *Diário de Notícias*, edição do dia 27 de julho próximo passado, fazemos nossas suas palavras que são textualmente:

— “A integração da Amazônia é historicamente o maior compromisso da nossa geração com o futuro da Pátria”.

AS FORÇAS ARMADAS E AS CLASSES EMPRESARIAIS

Palestra feita pelo Tenente-Coronel OCTAVIO PEREIRA DA COSTA às classes empresariais do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 3/12/64, na oportunidade da visita da ECEME.

"O povo rio-grandense é fanático da liberdade, mas hostil à desordem, à descrença, aos desmandos dos nihilistas, que, com o nome de liberdade, encapotam a licença, e, com o pretexto da reconstituição radical da sociedade, mascaram o amor da destruição. Já muitas vezes, no decurso de dois séculos de existência social afirmastes a vossa independência; e muitas vezes para defendê-la, derramastes o vosso sangue, arriscando os vossos lares, a vossa propriedade e a vossa vida. Mas sempre, nessas crises de febre, o sentimento, que alimentava a vossa coragem e a vossa cólera, foi o da conservação do nome e da dignidade do país e o da salvaguarda dos vossos credos políticos, e nunca o da anulação da idéia da pátria, e do aniquilamento da harmonia social sacrificada ao império das cobiças ou dos despeitos individuais".

Foram estas, senhores, as palavras de que nos valem para lançar uma ponte para o diálogo com os eminentes representantes das classes produtoras do Rio Grande do Sul, na oportunidade da visita da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército a esta heróica unidade da federação.

As palavras de Olavo Bilac — o grande mestre do civismo — à mocidade gaúcha, em 1916, quando, profundamente impressionado com a decadência do sentimento patriótico, com o nosso despreparo militar e com a indiferença das autoridades, liderou a extraordinária campanha cívica, que resultou na adoção do serviço militar obrigatório, que êle considerava como "o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo".

Em verdade, jamais alguém conseguiu superar o poeta no identificar e ser fiel à alma rio-grandense, tanto assim que essa admirável síntese do vosso fanatismo pela liberdade e do vosso horror à desordem projetou-se através dos tempos e quase meio século depois vem ajustar-se precisamente aos nossos dias e ser ainda o retrato mais exato do indômito povo gaúcho.

Este é o povo que estamos visitando, que saudamos e homenageamos agora na pessoa de seus homens de empresa e a que dirigimos a nossa mensagem de compreensão, de esperança e de fé.

Oficiais do ofício da segurança nacional, aqui estamos, os componentes da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, empreendendo

a viagem de coroamento dos trabalhos do 3.º ano escolar — que tem a honra de irmanar brasileiros, bolivianos e paraguaios — com a finalidade principal de realizar estudos sócio-econômicos da região Sul, com vistas à segurança interna, dentro da missão geral da ECEME, de formar oficiais para as funções de Estado-Maior de Grandes Unidades das Forças Terrestres em campanha; de dar os conhecimentos essenciais para a formação de comandantes de Grandes Unidades das Forças Terrestres, e de realizar ensaios doutrinários para o Estado-Maior do Exército.

Nessa viagem de estudos, além dos debates, no âmbito dos órgãos especificamente responsáveis pela segurança nacional, foram programados contatos com algumas das mais variadas e representativas parcelas do povo gaúcho, tais como círculos operários, organizações femininas, centros de pesquisas educacionais, obras sociais, associações culturais, órgãos do governo e, nesta oportunidade, o encontro entre as Forças Armadas — por meio do Exército e da ECEME — e as classes empresariais do Rio Grande do Sul, tão bem representadas aqui pelas ilustres personalidades que nos honram com a sua atenção.

Este contato está profundamente marcado de contrastes e de identidades, que precisam de ser bem entendidos para a melhor compreensão de nossa mensagem.

O contraste entre homens de empresa e soldados. Uns dirigindo as suas energias e preocupações primordialmente para as tarefas do desenvolvimento, outros para as da segurança nacional, convergindo tôdas na busca do bem-estar da nação brasileira. Nós, operando no círculo restrito das atividades estatais e vós, outros, no campo ilimitado da livre empresa, base dos empreendimentos frutíferos e duradouros. Nós, soldados, buscando proporcionar a ordem, para que vós outros, homens de empresa, empreendendo, arriscando, criando, produzindo, multiplicando, possais nos dar o progresso.

Acreditamos, porém, que os motivos dêste encontro estão muito mais em nossas identidades do que em nossos contrastes.

A identidade de nossas responsabilidades perante a pátria e o povo brasileiro. Da nossa consciência das injustiças sociais, e dos nossos propósitos e ações no sentido de superá-las, num clima de harmonia, sem ódios, sem preconceitos e sem temores, dentro das grandes linhas da doutrina social cristã.

A identidade de esforços no levantamento dos nossos níveis culturais, formando elites e líderes capazes de contribuir para o debate e equacionamento de nossos problemas fundamentais.

De nossa dedicação à luta em prol da liberdade e da democracia, nessa luta empenhando nossa mente, nosso coração, nossa alma, nosso sangue, certos de que a democracia é uma fé, um sistema de vida e um objetivo universal.

Da identidade nas afrontas, nos aleivos e nas injustiças que sofremos.

Perdoai, se abordando cada um dêsses pontos, fale um pouco de nós mesmos e ouse tentar fixar a nossa e a vossa posição.

Um ministro da maior confiança do governo passado — hoje exilado num país sul-americano — comentando os acontecimentos por ele vividos tão intensamente, nos idos de março e na queda de abril, assim sintetizou a participação da Escola que vos visita, na revolução de 31 de março:

“Da Escola de Estado-Maior veio, não apenas o chefe da revolução, como também o atual Presidente da República. Da Escola de Estado-Maior surgiu todo o comando revolucionário. Da Escola de Estado-Maior surgiram os planos de ação. Da Escola de Estado-Maior deve ter surgido tôda a filosofia do movimento revolucionário”.

Queremos dizer-vos, nesta oportunidade, que não nos envaidece e ilude a pretensa homenagem, pois temos a noção exata do nosso papel, do Exército e das Fôrças Armadas, antes, durante e depois dos acontecimentos de março-abril, não apenas através da palavra credenciada de seus chefes, mas, também, do que julgamos ser o pensar e o sentir da grande maioria dos integrantes de seus quadros permanentes.

Permiti recordar-vos que êsse papel situou-se e situa-se ainda no contexto da definição e da destinação constitucional das Fôrças Armadas, constantes dos artigos 176 e 177 da Constituição Federal.

Definem-se como “instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei”.

Destinam-se a defender a pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Há naquela definição uma clara dependência da autoridade, da hierarquia e da disciplina ao primado da lei, também presente em sua destinação.

A lei não é, porém, um fim em si mesma, mas um instrumento destinado a preservar o patrimônio territorial, material, moral e espiritual da nação, assim como a harmonia das relações entre todos os membros da comunidade.

A lei é mutável e variável, mas êsse patrimônio é constante, permanente, intocável e sagrado. Não nos pertence, porque não pertence à nossa geração, como não pertenceu às que nos precederam e, na superação de quaisquer antagonismos, haverá de chegar, intato às que nos sucederem.

A Constituição — a lei das leis — é, portanto, um conjunto de preceitos que ordenam o regime e o sistema de vida da nação, que são, afinal os reais valores a preservar.

Está na consciência de todos os homens que amam a verdade a ameaça que pairava sôbre êsses valores, sob o pretexto do imperativo das reformas estruturais.

Valendo-se do ideal reformista, velha bandeira democrática que há mais de trinta anos os revolucionários da Aliança Liberal levaram dêstes pagos e desfraldaram vitoriosamente pelo Brasil afora, comunistas e oportunistas conseguiram mistificar parcelas bastante representativas do povo brasileiro, principalmente entre os moços generosos e os ansiosos trabalhadores do campo e da cidade.

Bem sabeis que o processo da subversão se tornava extremamente explosivo nos primeiros meses do ano e que o calculado solapamento da disciplina em tôdas as hierarquias civis e militares, agindo simultaneamente com a hiperinflação e com o desmoronamento da estrutura econômica estava prêstes a levar a nação, aturdida e indignada, ao caos e, conseqüentemente, à vitória do comunismo.

Foi quando as Fôrças Armadas, extremamente sensíveis à vontade soberana do povo — não o povo fragmentado em facções, mas o povo uno e indivisível, na expressão de sua maioria e não de uma minoria ativista — fizeram-se, uma vez mais, intérpretes de suas autênticas aspirações.

A êsse propósito, dizia há pouco o Dr. Bento Ribeiro Dantas, ao empossar-se na presidência do Centro Industrial do Rio de Janeiro:

“Perdura-se aquêlê clima de inquietação em que vivíamos até março e certamente as classes produtoras já estariam destruídas e o proletariado, em regime de trabalho escravo, e a maioria dos industriais já teria mudado de profissão, ou não teria mais profissão alguma. Esta soleidade não se realizaria, porque não existiriam associações de classe. Felizmente os senhores continuam industriais e êste Centro está de pé mais ativo e atuante, tudo se devendo à transformação profunda por que passou o país, transformação que não se deve a um homem, a um clã, a um grupo, ou uma classe, mas à consciência nacional que despertou e comandou a reação na hora exata”.

Vitoriosa a revolução e preservados o regime e o sistema de vida da nação, foi possível constituir-se um govêrno honrado, forte e patriota, integrado por eminentes homens públicos não comprometidos com a subversão ou a corrupção, capacitado a ensejar a discussão — serena e desapassionada — das principais teses reformistas, antes tumultuada pela paixão, pela radicalização das posições, pelo ódio e pelo preconceito.

Assim é que foi possível discutir e solucionar problemas explosivos, como o da maioria absoluta — visando a assegurar a fidelidade à vontade do povo — o voto do analfabeto e dos sargentos, encaminhando-se promissôramente a decisiva questão da reforma agrária.

Assinale-se e remarque-se, no entanto, que êsses problemas e tantos outros já resolvidos ou por se resolver não são da competência do poder militar, mas do poder político, cabendo-nos, tão-sòmente assegurar-lhe o clima de tranqüilidade indispensável à discussão e solução democráticas.

A proporção que os encargos policiais-militares, determinados pelo Ato Institucional visando à depuração do organismo nacional, à morali-

zação dos costumes administrativos e à defesa da revolução vão chegando ao fim, voltam os militares, orgulhosa e jubilosamente, ao anonimato e humildade de suas obrigações quotidianas. É que não nos arrogamos em árbitros de tôdas questões, não somos fomentadores de pressões, não disputamos lugar sob a luz dos refletores e estamos profundamente empenhados e desejosos de contribuir sempre mais para o fortalecimento do poder civil.

É esta, portanto, a filosofia da ECEME, do Exército e das Forças Armadas, que aquele ministro não soube compreender — a filosofia do estrito cumprimento do seu dever constitucional.

Ninguém, aliás, situou melhor esse dever do que o atual Presidente da República, antes e depois de 31 de março.

Antes, como Chefe do Estado-Maior do Exército, protestava, desasombradamente, contra a participação do Exército no maifadado comício do dia 13 e profligava o alciamento e o suborno de militares subalternos em favor das teses da subversão e da violência, contra os seus superiores hierárquicos, contra o Congresso dos representantes do povo e contra a Constituição. E dizia: "Os meios militares nacionais permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declarar solidariedade a este ou aquele poder. Se lhes fôsse permitida a faculdade de solidariedade com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e outros. Não sendo milícias, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência".

Escutai-o, agora, na mesma linha de coerência, já como Presidente, falando a capitães: "Agora, parece que me é permitido de vos falar e mesmo de vos perguntar qual é a vossa posição. Será a de solidariedade ao governo? Não. Porque o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade ao Governo ou a quem quer que seja. Que tem o direito de apresentar também desaprovação. O governo espera vosso apoio? Não. O Exército Nacional não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a este ou aquele elemento, porque também terá o direito de desapoiar. Acho que a vossa posição será aquela que ides encontrar no dever militar. Daqui a pouco, estareis na tropa, com outros oficiais, com os soldados vossos comandados. E, então, desempenhando as vossas funções de comandantes, tereis, sem dúvida realizado aquilo que o governo preconiza e vos lembra, mas que o Brasil espera: a garantia da segurança nacional. O governo procura cumprir suas obrigações, e não desonrar o vosso dever militar".

E note-se que essa tendência para os desvios da destinação militar não é fenômeno exclusivo de países totalitários ou de democracias de países subdesenvolvidos. Na mesma linha do pensamento profissional de Castelo Branco, já em 1951, o General Douglas Mac Arthur advertia

a nação americana: "Vejo que existe um nôvo e até então desconhecido conceito de que os membros de nossas Fôrças Armadas devem fidelidade principalmente aos que exercem temporariamente a autoridade do ramo executivo do govêrno, e não ao país e sua Constituição, que juraram defender".

E, ainda, o Presidente, no Dia do Soldado:

"Não pode o dever militar amesquinhar-se na defesa de um govêrno inoperante ou prepotente, entregue a injunções sem moral política ou à corrupção, dividido pela subversão ou desnacionalização. O govêrno passado ofendeu gravemente o dever militar das Fôrças Armadas e estas, junto com o povo e o Congresso Nacional fizeram a revolução para o bem do Brasil."

Sintetizando-vos a definição do nosso papel no quadro da vida nacional, desejo dizer-vos, ainda, que, como é óbvio, no pós-revolução, a defesa da revolução e dos seus ideais de fortalecimento da democracia situa-se exatamente no quadro de nosso dever constitucional e não hesito em enfatizar-vos que haveremos de assegurar, unidos e coesos, contra quaisquer ameaças, o clima de tranqüilidade de que tanto necessitamos para reconstruir e construir.

No entanto, se a filosofia das Fôrças Armadas é a do cumprimento de seu dever constitucional, não decorre daí a inexistência de um pensamento revolucionário brasileiro e que o govêrno revolucionário não tenha uma dinâmica de direção política perfeitamente definida. Não só o atual Presidente da República, mas também a maioria da cúpula governamental, representa a colheita do excelente trabalho de semeadura que há pouco mais de uma década vem realizando a Escola Superior de Guerra. No longo trato do Presidente com os problemas daquele instituto, participou da discussão das mais difíceis questões brasileiras, entre homens de diversas convicções, sem que a Escola tivesse jamais tentado impor ou defender uma solução dogmática. Ali se enseja o livre debate das idéias, inculcando-se tão-somente o hábito de trabalho de equipe, a mentalidade de planejamento e ensaiando-se uma metodologia para a segurança nacional. Há de ter sentido Sua Excelência no curso dêsses trabalhos e estudos, e, mais ainda, ao longo de uma vida inteira dedicada à arte de conduzir homens, em contato direto com tôdas as categorias sociais de todos os nossos Brasis, que a mais legítima aspiração do povo brasileiro na presente conjuntura é a reforma das estruturas sócio-econômicas, sem pressões e sem paixões, com Deus e a liberdade.

Daí porque as tônicas do govêrno revolucionário são o renascimento do princípio de autoridade em todos os setores da vida nacional, a moralização dos costumes políticos e administrativos e o restabelecimento do primado da lei, tudo visando aos grandes objetivos de recuperação econômica, de fortalecimento da democracia, de retomada do desenvolvimento e realização de reformas sociais, num clima de paz e harmonia.

Os inconformados com a queda de abril e mesmo alguns analistas sinceros e desapaixonados têm criticado a revolução como sendo a revolução do contra e perguntam, enfaticamente, para que, afinal, veio a revolução, a favor de que e de quem.

Dentre as críticas mais justas que se possam fazer ao atual governo, talvez uma das mais procedentes seja a de que o governo se informa, mas não informa e esclarece convenientemente. E que, extremamente austero e seguro de sua missão, visceralmente avesso às práticas totalitárias de controle da opinião pública, com a memória fresca do famigerado DIP, repugna-lhe tudo o que pareça propaganda organizada, mesmo disfarçada pelo eufemismo das relações públicas.

Está certo de que o bem e a verdade se impõem por si próprios e por isso tem a coragem de cumprir o seu dever, correndo o risco da impopularidade.

Interpretando a ação e a palavra, aqui e ali expressa por este ou aquele membro da equipe governamental, podemos responder-lhes que a revolução é a favor do Brasil, exclusivamente a favor dos legítimos interesses nacionais.

Podemos dizer-lhes e dizer-vos, como já dissemos alhures, que o pensamento e a ação do governo revolucionário são a favor da dignidade e da decência, da superioridade moral e da elevação de propósitos, há muito perdidos no entrechoque e radicalização das paixões partidárias e no lento trabalho comunista de desmoralização e desesperança.

Que o governo revolucionário, com a ajuda dos quadros políticos e o diálogo sereno e patriótico das classes empresariais e trabalhadoras, assim como da cultura e da mocidade, resolverá o problema agrário, com a solução adequada a cada região do país, promovendo a valorização do trabalhador do campo e o aumento da produção; dando terra aos sem terra, sem o recurso de assalto à propriedade privada; mas, sobretudo, ajudando aos que produzem, com a técnica, com a mecanização e com a assistência social.

Que, no campo econômico, vencerá, em breve, o decisivo combate à inflação, que nos ameaçava engolir, recuperando a moeda aviltada e degradada. E promoverá a organização da ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho e a justiça social. E deterá a crescente estatização, incentivando o empreendimento particular bem controlado e a serviço da comunidade.

Que no campo político, zelará pela federação e promoverá as reformas que fortaleçam a democracia e tornem a representação popular mais fiel, infensa à injunções econômicas, à fraude e à demagogia, a fim de que realmente "todo poder emane do povo e em seu nome seja exercido".

Que no campo social, levará a bom termo o problema habitacional já alvissareiramente equacionado. E combaterá a miséria, a doença, a fome, e o desemprego, impedindo a exploração eleitoral desses flagelos, mas pela higiene, pela saúde e pela criação de riquezas, aumentando o

mercado de trabalho. E promoverá a sindicalismo autêntico, profissional e apartidário. E encaminhará a previdência social para os seus reais e nobres objetivos.

Mas deverá estar permanentemente voltado para o campo da educação e da cultura, no sentido de que a inteligência brasileira seja fundamentalmente democrática. Para isso, eliminará o proselitismo comunista levado à adolescência e enfrentará o analfabetismo, preparando cidadãos democratas e não robôs comunistas, como na farsa do método milagroso.

E deverá estar sempre lembrado da velha advertência de Gilberto Amado: "Entre as reformas a serem empreendidas quando o Brasil começar a organizar-se e a criar a sua técnica, em concorrência com a formação científica, o pensamento puro, a filosofia que o exprime, as letras que o valorizam; as artes que o ilustram, nenhuma sobrelevará àquela de formar um corpo de sábios, de pensadores, de humanistas, de homens.

A civilização não pode resolver-se na máquina, prolongamento ou multiplicação do braço. A civilização precisará sempre de uma luz, que não será captada pela máquina e de um espírito que a máquina nunca poderá produzir".

Desejamos abordar, agora, o tema da identidade de nossas responsabilidades perante a pátria e o povo brasileiro.

Os pregoeiros da subversão fartaram-se de dizer ao povo que as classes empresariais e as classes militares, ao lado da igreja, são as forças mais retrogradadas e reacionárias da sociedade e que a "revolução dos caranguejos" teria sido feita para sustar a evolução social e para defender os privilégios das classes ricas e poderosas.

Nada mais injusto e ofensivo. É fora de dúvida que a igreja católica que, desde Leão XIII, se preocupava com a questão social, fixou com João XXIII os rumos para a evolução de sua doutrina social e para a paz dos povos, e que Paulo VI rompe os novos caminhos da igreja, aprofundando a consciência de si mesma, renovando-se e lançando-se efetivamente ao grande diálogo.

Por outro lado, no Brasil, e focalizando os outros dois termos da acusação — Forças Armadas e classes empresariais — vemos que, vitoriosa a revolução que teria sido feita para proteger as classes patronais; na ânsia de conter a hiperinflação e de sanear as finanças, fez-se incidir sobre as empresas o peso de uma série de medidas que, isoladamente acertadas ou mesmo perfeitas, constituíram, por sua simultaneidade e convergência, um terrível gravame que vem sendo suportado com ingentes sacrifícios.

A atualização das contribuições da Previdência Social, a correção monetária e dos débitos fiscais, as alterações do imposto de renda, as obrigações compulsórias, as majorações do imposto do selo, do imposto de consumo, a criação do salário-educação, a extensão do salário-família e as restrições creditícias são algumas dessas medidas que, se por um lado,

podem ser discutidas quanto à sua simultaneidade de aplicação, por outro, medem a vossa capacidade de compreensão e de colaboração na hora presente e provam que a revolução não foi feita contra os pobres, para defender os interesses dos ricos.

O que não pode um instante sequer passar por vossas mentes é o pensamento de que o governo revolucionário teria tomado o rumo da subversão ou as vestes dos demagogos.

O que por outro lado todos teremos de compreender é que a revolução não foi feita para defender privilégios, nem para beneficiar esta ou aquela classe. Mas para servir aos objetivos supremos de toda a nação.

E que, por isso mesmo, cada categoria social deve ter capacidade de absorção de sua quota de sacrifício — na proporção de suas possibilidades e garantido o lucro razoável, que é a mola do empreendimento — e não transferir todos os sacrifícios para os mais desfavorecidos e indefesos.

Com este pensamento e com esta convicção, precisamos de sopitar vaidades e interesses feridos, ver em cada restrição ou em cada sacrifício um problema de prioridade ou de alcance maior, confiando em que a nação que se salvou a si mesma da implantação do comunismo, também terá força de caráter suficiente para suportar sacrifícios e restrições e alcançar, afinal, a sua recuperação econômica.

Nossas responsabilidades para com a pátria e o povo brasileiro são no sentido de sermos constantemente fiéis aos legítimos interesses e aspirações do povo e intransigentes na consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais permanentes de nossa pátria, configurados principalmente em termos de soberania, integridade territorial, independência econômica, liberdade, unidade nacional, regime democrático representativo, bem-estar social e ativa projeção internacional num mundo de compreensão e de paz.

As vossas responsabilidades referem-se, sobretudo, ao imperativo de produzir e exportar mais e melhor. Para isso, é da vossa defesa e de vosso dever fazer chegar ao poder político as vossas ponderações sobre aquelas medidas, que, no afã de acelerar o saneamento financeiro, possam resultar num prejuízo maior, na diminuição da capacidade de produção, e exportação e, mesmo, no agravamento do problema social.

É ainda do nosso dever comum, perante a pátria e o povo, dedicarmos nossa maior atenção ao homem brasileiro, que, embora estiolado, inculto e empobrecido, é a principal riqueza deste país. Estender-lhe a mão, curá-lo, nutri-lo, vesti-lo, alfabetizá-lo, capacitá-lo profissionalmente, encorajá-lo, educá-lo, valorizá-lo enfim é uma das responsabilidades da caserna e da empresa, perante o povo e a pátria.

A identidade de esforços no levantamento dos nossos níveis culturais.

A maior revolução militar de todos os tempos, iniciada nos instantes finais da 2.^a Guerra Mundial, com a explosão atômica de Hiroshima,

acarretou, em conseqüência, a segunda revolução industrial, que apenas estamos vislumbrando, com as máquinas eletrônicas e os processos automáticos, que transformarão a produção industrial e poderão modificar fundamentalmente a estrutura das sociedades.

Essa revolução militar levou as grandes potências à convicção de que, na eventualidade de uma nova guerra, as primeiras horas poderão ter importância tão decisiva, que não haverá tempo para a transformação da força industrial em força militar. Daí a criação, em tempo de paz, como um imperativo de defesa, nos Estados Unidos da América, de um poderoso complexo industrial-militar, capacitado à ação imediata, mas tão violentamente atacado por pacifistas sinceros como Bertrand Russel, por sociólogos e historiadores, como Wright Mills em sua "Elite do Poder" e, mais ainda, como Fred Cook no seu impressionante "O Estado Militarista", cujas idéias vêm sendo habilmente exploradas pelas esquerdas de todo o mundo.

Relembrai Wright Mills, na "Elite do Poder":

"O caminho para a compreensão do poder da elite americana não está apenas no reconhecimento da escala histórica dos acontecimentos nem na aceitação do testemunho pessoal dos homens que aparentemente tomam decisões. Atrás destes e atrás dos acontecimentos da história, ligando uns aos outros, estão as principais instituições da sociedade moderna. Essas hierarquias do Estado, empresas e Exército, constituem os meios do poder, e como tal são hoje de uma importância sem antecedentes na história humana — e em sua cúpula, estão os postos de comando da sociedade moderna, que nos proporcionam a chave sociológica da compreensão do papel das altas rodas na América. Dentro da sociedade americana, a base do poderio nacional está hoje nos domínios econômico, político e militar. As demais instituições são marginais para a história moderna e, ocasionalmente, subordinadas àquelas três".

E a terrível e surpreendente conclusão de Fred Cook: "A América foi mudada, sem que o fato fôsse reconhecido publicamente, de uma democracia isolacionista e amante da paz para um Estado Militarista, cuja verdadeira intenção, confessada em muitas ocasiões e em toda a espécie de loucura, não é a preservação da paz, da lei e da ordem no mundo, mas sim a extensão do nosso próprio sistema capitalista ao mundo inteiro, à custa do sistema comunista. Tornamo-nos imperialistas num sentido ideológico. Abraçamos de um ponto de vista capitalista, o conceito marxista-leninista da batalha inevitável, até a morte, entre sistemas incompatíveis".

Mas a grande realidade é que, enquanto tantos talentos pacifistas e isolacionistas tentavam minar dentro da própria América, para gáudio dos comunistas, a indispensável estrutura da Segurança Nacional, estigmatizando-a com a pecha de Estado Militarista, o comunismo iniciava, ao fim da 2.^a Guerra Mundial a sua grande fase de expansão. Fortalecido pela vitória ao lado das nações democráticas contra o nazi-fascismo,

pelo domínio da China Continental e pelos progressos no campo da energia nuclear, retomava a estratégia de Lenine, fazendo incidir a direção do esforço principal da guerra fria sobre a Ásia, a África e a América Latina.

O espantoso aperfeiçoamento das armas nucleares, gerando o equilíbrio do terror, pelo qual as grandes potências, temendo a destruição total da humanidade, evitam a guerra, beneficiou a estratégia comunista da guerra fria, que incorporou também as técnicas e táticas da guerra revolucionária de Mão-Tse-Tung. Daí a sua generalização a todas as partes do mundo, especialmente às subdesenvolvidas. Dêse misto de guerra e paz procura valer-se o comunismo, explorando os descontentamentos, as fraquezas, as ambições e a miséria, e beneficiar-se da liberdade de que desfrutaram nos regimes democráticos para assumir o poder, sem mobilizar um soldado sequer.

É assim a guerra fria um produto da revolução militar e industrial do nosso tempo.

No Brasil, escolheu judiciosamente o seu ponto de aplicação. Numa civilização, como a brasileira, que, segundo Tristão de Atayde, se caracteriza pela primazia do espiritual, do emotivo, do cordial, do contemplativo, do antiutilitário e do desperdiçado, o campo de ação mais proveitoso para a sua expansão teria de ser o da educação e da cultura.

O dinamo propulsor dessa ofensiva foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde, com a ajuda governamental e a colaboração indireta de intelectuais inatacáveis e sinceramente interessados nos estudos brasileiros, pôde uma minoria comunista, ativa e brilhante, estabelecer sólida base operacional, que, em certo momento, lhe permitiu até empalmar o Ministério da Educação e ainda hoje exerce enorme influência sobre a opinião pública, principalmente na imprensa, nas universidades, e nas câmaras legislativas. E quanto mais estudamos a doutrina marxista-leninista, e quanto mais meditamos sobre a democracia e a liberdade, tanto menos entendemos o paradoxo que representa o verdadeiro fascínio que essa doutrina parece exercer — talvez pelo gosto do excêntrico e do exótico, talvez por uma espécie de esnobismo intelectual, talvez pela inversão dos conceitos tradicionais do bom e do belo, talvez ainda pela sedução do risco e do perigo — sobre os homens de cultura, conhecidas que são as limitações e restrições impostas pelo totalitarismo comunista no campo da cultura.

Entre nós êsse fascínio chegou ao ponto de fazer com que algumas das mais altas expressões de nossa inteligência se deixassem atrelar no carro do comando dos trabalhadores intelectuais, à grande composição do comando geral dos trabalhadores.

Haveria de ser também no campo da cultura, e terá de ser mais intensamente no campo da cultura que se enrijeceriam e se fortificarão as resistências da democracia para deter a avalanche e vencê-la.

Também no âmbito da universidade, da imprensa e das câmaras legislativas despertou a consciência democrática, travando-se o duelo da inteligência, cujas vozes esclareceram o povo e por êle foram ouvidas, fazendo-se ouvir, afinal, nas ruas, na esmagadora maioria de homens e mulheres.

É mister destacar, ainda, que soldados e homens de empresa, foram buscar no campo da cultura e da inteligência as armas para a defesa da liberdade e da democracia.

Como o ISEB para os comunistas, a Escola Superior de Guerra foi o dínamo do pensamento democrático. Nela se reuniram, ano após ano, personalidades civis e militares, que estudaram e debateram livremente os grandes problemas brasileiros, habituaram-se aos trabalhos de equipe, convenceram-se das vantagens do planejamento e formaram uma consciência de segurança nacional. A consciência de segurança nacional que conseguiram plasmar seria de tal forma e em tal medida que não correremos o risco de comprometer pela incúria, por mal compreendê-la ou subestimá-la, o patrimônio das futuras gerações. E, por outro lado, nos deixasse atentos aos excessos no sobre-excitá-la impedindo a psicose de segurança nacional, que levou tantas nações ao militarismo e à guerra. A justa medida de segurança nacional de uma verdadeira democracia.

Eram professores, juristas, diplomatas, engenheiros, médicos, agrônomos, economistas, bacharéis, industriais, homens de empresa, altos funcionários e chefes militares, que continuavam vinculados à instituição, por intermédio da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, difundindo por todo o Brasil os conceitos ali formulados.

No campo militar, sua ação foi ainda mais objetiva. As idéias provenientes da ESG, a compreensão da revolução militar que se operava, a conceituação da guerra revolucionária, o imperativo de ampliar cada vez mais o horizonte cultural dos quadros permanentes, a reformulação das anacrônicas hipóteses de guerra, os novos conceitos estratégicos e o impacto de tudo sobre a doutrina militar passavam a empolgar as escolas de estado-maior das forças singulares, daí se irradiando, com maiores ou menores reflexos, para as escolas de formação, especialização e aperfeiçoamento, para os estabelecimentos, oficinas e quartéis.

No âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército essa influência se fez sentir em mais objetividade no estudo dos temas táticos, ajustando-os melhor à realidade, em maiores preocupações com a segurança interna e, sobretudo, em aumento da dosagem dos assuntos de cultura geral nos currículos escolares.

Rem sabemos o quanto tendes feito no mundo empresarial no que se refere à cultura. As vossas organizações culturais, as vossas associações, as vossas publicações têm dado um tratamento especial ao estudo dos problemas brasileiros e particularmente à questão social. Isso sem falar na contribuição à educação, nos setores do ensino primário, médio e profissional.

A vossa preocupação pelas questões fundamentais da nacionalidade vem superando de muito o círculo estreito dos interesses e ambições pessoais e de grupos. Agora mesmo na Guanabara, nos chegaram os ecos do notável trabalho realizado pela ADESG, em Pôrto Alegre, com a ativa participação de tantos representantes vossos, sob a dinâmica orientação de meu eminente colega na Escola Superior de Guerra, o Dr. Armindo Beux.

Podeis vos orgulhar de estar contradizendo o aleive lançado por Wright Mills sobre empresários americanos, quando afirma que "a leitura dos livros não é uma das características dos diretores americanos, exceto os livros sobre administração e história de detetive. Entre eles estão os que não gostam de ler um relatório ou uma carta com mais de uma página, sendo generalizado esse desgosto pelas palavras. Os discursos longos lhes parecem suspeitos, exceto quando os oradores são eles mesmos, e naturalmente não têm tempo para isso. Pertencem à idade dos resumos, das condensações, das cartas de dois parágrafos".

Se a caserna e a empresa muito têm feito no campo da cultura, em seu proveito próprio e no benefício da nação, forçoso é reconhecer-se que muito mais terão a fazer.

Para nós, soldados, não se trata, apenas, de promover e estimular empreendimentos culturais do tipo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, de real participação no quadro de nossa cultura científica. Trata-se fundamentalmente de restabelecer maior contato com a mocidade estudantil.

É que, nos últimos anos, como decorrência de nossa incrível explosão demográfica e da inexistência de uma suficiente rede de centros de preparação de oficiais da reserva, temos limitado a parcelas inexpressivas e nosso diálogo com a mocidade universitária. E os muitos dispensados de servir alimentam sentimentos de desconfiança ou hostilidade contra as Forças Armadas por não conhecerem a sua destinação e o seu sacerdócio democrático. E deixamos o caminho livre e abandonamos a nossa mocidade à demagogia inconsequente, à pregação e ao ativismo dos líderes comunistas. Além disso, teremos de estimular sempre e cada vez mais o recrutamento para a formação de nossos quadros permanentes entre todas as categorias sociais, pois Forças Armadas como as nossas, em que os Chefes procedem das camadas humildes da população ou da classe média, em que a maioria dos militares é filho de civis, e em que existe total igualdade de direitos, e de oportunidades segundo o mérito de cada um, não podem ser acusadas de casta, nem de serem militaristas.

Teremos, ainda, de juntos, empresa e caserna, estimularmos de todos os modos o advento de uma mentalidade tecnológica e científica, que empolgue a mocidade e sem a qual, em nosso século, nenhum povo alcança a maioridade e pode marchar para a consecução dos seus reais objetivos.

Mas nesse trato com a mocidade, que são os nossos próprios filhos, tão sensíveis às grandes causas, tão generosos e tão cheios de idealismo,

devemos nos guiar, sob pena de perdê-los definitivamente, por aquela sublime advertência de Manuel Bandeira:

"Vossos filhos não são vossos filhos.

São os filhos e filhas da saudade que a vida sente de si mesma.

Vêm por meio de vós, mas não nos pertencem

Podeis dar-lhes o vosso amor, não o vosso pensamento.

Pois eles têm o seu próprio pensar.

Podeis dar agasalho aos seus corpos, não porém às suas almas.

Porque suas almas se vão acolher num amanhã que não podeis
[visitar nem mesmo em sonhos.]

Podeis desejar ser como eles, mas não tentar fazê-los parecidos
[convosco.]

Porque a vida não retrocede nem se detém no dia de ontem."

A identidade de nossa dedicação à luta em prol da liberdade e da democracia está na medida em que vos dispuserdes, como um imperativo de sobrevivência coletiva, a formular e a cumprir um voto de desambição, de combate e de renúncia aos interesses e privilégios pessoais, de grupo ou de classe, em proveito do bem comum e em que, nós outros, soldados, nos dispusermos a morrer por elas.

A identidade das afrontas, dos aleives e das injustiças será verdadeira na medida em que possais compreender e negar, mais pela ação do que pela palavra, afrontas como esta de Fred Cook: "Estamos tentando, em troca do nosso auxílio econômico, induzir reformas agrárias e econômicas; mas ainda falta ver quanto poderemos realizar. Os proprietários de gigantescas fazendas não se separam de boa vontade dos seus acres; os milionários não querem pensar em dividir os seus milhões ou privilégios. Contudo, nas vastas áreas da América Latina essa mudança, é imperativa e dar-se-á pacificamente com a nossa ajuda, ou, então, violentamente, sem ela".

Ou, ainda, esta outra, de pensador brasileiro: "Cabe-nos, com amor — pois só o amor contrói — despertar os ricos que ao menos em nosso continente, não só detêm oitenta por cento das terras, mas quase sempre controlam os parlamentos e têm o grau de idealismo e de fé no futuro medido por seus depósitos nos bancos da Europa e dos Estados Unidos. É preciso que eles entendam, enquanto é tempo, que se não agirem por idealismo e convicção religiosa, ao menos devem agir por inteligência para evitar atitude suicida".

E, por outro lado, será verdadeira também na medida em que, servindo, anonimamente, à segurança nacional e à defesa da revolução, estejamos garantindo sempre mais e melhor os poderes constitucionais, a lei e a ordem; fortalecendo o poder civil e acatando a soberania da vontade popular, para, orgulhosos de nossa formação e vocação democráticas, repelirmos o labéu infamante do militarismo.

Ao fim da análise dos nossos contrastes e confrontos, queremos dizer-vos com tôda a nossa convicção e tôda a nossa confiança no vosso patriotismo, que, nos dias de hoje, a defesa da revolução democrática está muito mais nas vossas mãos do que nas nossas. A espada intimidada, ameaça, protege, resguarda e, se preciso fôr, repele a agressão e destrói o agressor. Mas especificamente não constrói. No tempo de reconstruir e construir, valem mais o agricultor que ara a terra, o pastor que guarda o gado e o operário que dirige a máquina. De vós outros, homens de empresa, dependem agricultores, pastôres e operários. Formai com êles a comunhão do amor e do trabalho e procurai absorver em vossos ombros a vossa etapa de sacrifícios, que dos sacrifícios de todos e de cada um depende a recuperação econômica do Brasil.

Numa análise que fêz dos militares disse Gaetano Mosca que se lhe dermos gênio e oportunidade histórica, teremos um Napoleão; se lhe dermos oportunidade e nada mais, teremos um Mussolini; se lhe dermos determinado pôsto numa hierarquia social, teremos um soldado profissional; e se lhe dermos um grande ideal teremos um Garibaldi.

Quanto a nós, outros, que servimos ao Exército e ao Brasil na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, acreditamos interpretar o pensamento da imensa maioria de nossos companheiros de terra, mar e ar, quando vos afirmamos que, individualmente, nada mais somos e nada mais desejamos ser do que simples soldados. Mas que, coletivamente, desejamos desfraldar o grande ideal de Garibaldi, num apêlo à união e à concórdia de todos os brasileiros, em tôrno do verdadeiro patriotismo e de trabalho construtivo.



FOI TRANSFERIDO? Mantenha-nos informado de seu nôvo enderêço, para evitar atrasos no recebimento de sua Revista.

VALE DO RIO DOCE INVESTE US\$ 100.000.000 PARA EXPORTAR 20 MILHÕES DE TONELADAS

A Cia. Vale do Rio Doce espera exportar este ano 9,5 milhões de toneladas de minério de ferro, para as quais já tem mercado assegurado. Em 1964 o volume exportado atingiu 7 milhões 821 mil 487 toneladas métricas contra 6 milhões 515 mil 370 em 1963.

A política da Companhia é incrementar ao máximo a exportação de minério. Entende seu presidente, Prof. Oscar de Oliveira, que o minério de ferro, abundante no território brasileiro (35 bilhões de toneladas medidos somente 50 metros abaixo da superfície) é um recurso natural inerte que deve ser transformado naquele poder aquisitivo que vai permitir a expansão da indústria nacional, a melhoria da assistência sanitária, da educação, em suma, das condições de vida do país.

Seguindo essa diretriz a Companhia elaborou e vem executando um Plano de Expansão orçado em 100 milhões de dólares, que abrange um conjunto de empreendimentos destinados a elevar harmoniosamente até 20 milhões de toneladas anuais a capacidade das instalações de mineração, transporte ferroviário e carregamento marítimo, bem como promover a aglomeração, sob forma "Pellets", dos finos ricos naturais ou dos excedentes de finos artificiais.

As despesas em cruzeiros previstas nesse programa serão custeadas com recursos próprios da Cia. Vale do Rio Doce.

Suas possibilidades de investimentos foram exaustivamente examinadas e pesquisadas pelos técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento por ocasião da concessão do empréstimo desse estabelecimento à Companhia no valor de 28 milhões e 800 mil dólares.

Os dois maiores investimentos programados dentro do Plano de Expansão, são o Pôrto de Tubarão e a usina de peletização. Os "Pellets", de que a CVRD espera produzir 3 milhões de toneladas anuais a partir de 1967, vêm tendo seu emprego difundido em todo o mundo em virtude da economia que permite na produção do aço.

Até 1967 prevê-se estejam operando no mundo 42 usinas de peletização com capacidade de 63 milhões 602 mil toneladas.

O Pôrto de Tubarão destina-se a permitir a atracação de navios até 100 mil toneladas e uma operação de embarque em ritmo acelerado, o que resultará em uma apreciável causa de redução de preço do minério FOB. Daí representar, em última análise, maior capacidade competitiva para a Vale do Rio Doce.

Por outro lado, deverá dispor o pôrto de equipamento e instalações para desembarque de carvão e outros produtos a granel, como o petróleo, o trigo cujo preço CIF Tubarão será muito superior ao preço CIF Rio e CIF Santos. A redução se deverá ao menor custo das operações de desembarque e de frete, chamado frete-retorno pois os navios que levam minério é que trarão aquelas mercadorias a grosso.

AS FORÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ

(BUNDESWEHR)

Cel OSNY VASCONCELLOS

Oficial de EM

3 — O EXÉRCITO

A — A TROPA

As forças de terra da Bundeswehr, isto é, o exército (HEER) compõe-se de 12 divisões, elementos da reserva geral e forças auxiliares. Afora a Divisão de Montanha e a Aeroterrestre as demais são do tipo mecanizado: blindada (PANZER) ou infantaria blindada (PANZER) — GRENADIER). Estas divisões são organizadas em brigadas (três). A brigada é uma indivisível e existem somente dois tipos de brigada: a blindada (PANZER BRIGADE) e a de infantaria blindada (PANZER GRENADIER BRIGADE). As divisões, organizadas à base de três brigadas, são denominadas: Divisão blindada, quando constituída de duas brigadas blindadas e uma de infantaria blindada. Divisão de infantaria blindada quando constituída de duas brigadas de infantaria blindada e uma brigada blindada.

Esta é a organização normal pois na realidade a Divisão, através de seus órgãos de comando, poderá enquadrar até cinco brigadas de qualquer tipo, podendo constituir-se numa espécie de superdivisão.

A brigada é a verdadeira unidade de emprêgo. Ela tem organização fixa, inalterável e é sempre empregada como um todo.

Ela é auto-suficiente, possuindo seus próprios meios logísticos. Através de seu Batalhão de Serviços orgânicos ela vai à retaguarda buscar as suas necessidades em suprimentos de toda classe. A Divisão não entra na cadeia logística. A Brigada vai direta ao Corpo ou ao Exército ou mesmo à ZA. Os elementos divisionários são supridos paralelamente às Brigadas. Para isso a divisão possui as Companhias de Transporte e Material Bélico. Em certos aspectos, a Divisão se assemelha ao clás-

sico Corpo de Exército e a Brigada por analogia à Divisão. As Brigadas são constituídas basicamente por Batalhões e da seguinte forma:

- A Brigada Blindada por dois Batalhões Blindados e um de Infantaria Blindada;
- A Brigada de Infantaria Blindada por dois Batalhões de Infantaria Blindada e um Batalhão Blindado e mais um Batalhão Motorizado.

É oportuno esclarecer logo esta constituição da Brigada de Infantaria Blindada. O quarto Batalhão que aparece na Brigada de Infantaria Blindada, o Batalhão Motorizado, tem função específica. Ele substitui a Infantaria clássica. Qualquer missão normal de "infante a pé" é atribuída ao Batalhão Motorizado. Assim, na defensiva, ele se aferra ao terreno estabelecendo Centros de Resistência e Pontos de apoio. Isto quer dizer que na defensiva ele se "enterra" e resiste "de qualquer forma", naturalmente defendendo pontos vitais do terreno. Na ofensiva é empregado quando o terreno ou a situação impõe a solução do emprego tradicional do Infante, isto é, progredindo a pé e aproveitando o terreno. Enfim, o Batalhão Motorizado somente é empregado quando é necessário uma ação clássica de Infantaria. Seu meio de transporte é a viatura QT de 2,5 Toneladas, capaz de transportar aproximadamente meio pelotão. Seu efetivo em pessoal é maior que o dos Batalhões PANZER GRENADIER (abreviação — Pz Gren), suas Companhias ultrapassam de 200 homens.

Mas o verdadeiro infante no conceito alemão atual é o Granadeiro blindado (PANZER GRENADIER), isto é, o componente do Batalhão de Infantaria Blindado. Ele pode atuar em íntima ligação com os carros. Para isso usa uma viatura blindada sobre lagartas armada de canhão automático de 20 mm. Transporta um Grupo de combate de 7 homens. Atualmente utilizam a viatura HS — 30, motor Hispano-Suíço e até fins de 1963 mostravam-se satisfeitos com a viatura (1).

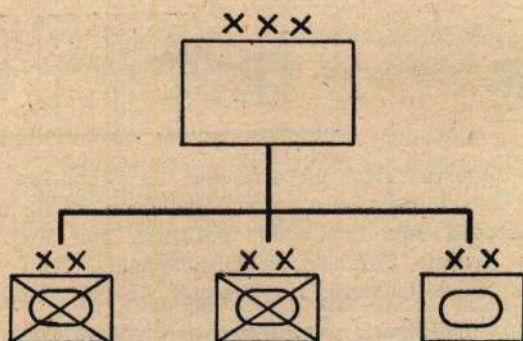
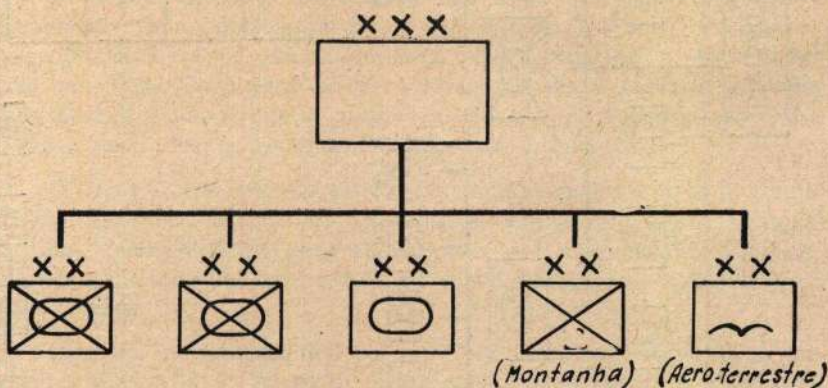
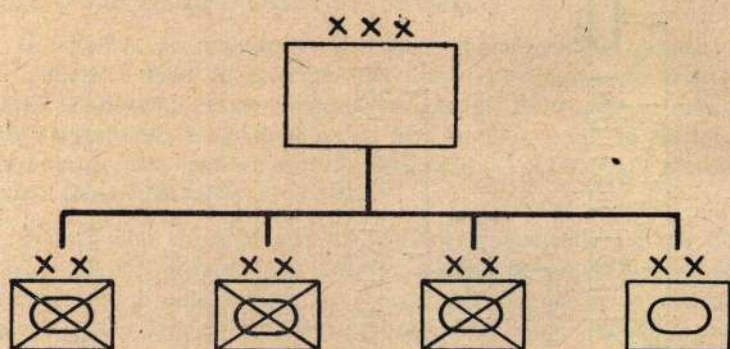
Estas viaturas, como frisamos, acompanham os tanques até o objetivo e o granadeiro só desembarca em último caso. Se possível conquista seu objetivo, sem sair de dentro da couraça. Durante o deslocamento para o objetivo, além do fogo da arma do carro, os granadeiros atiram com suas armas portáteis e a Metralhadora do Grupo de Combate sobre a borda do carro em todas direções, sendo a disciplina do fogo controlada pelo sargento Comandante do Grupo de Combate que é também Comandante do Carro. Este sistema, dizem eles, foi testado na 2ª Guerra Mundial, plenamente aprovado e, com o material atual, deve aumentar ainda mais sua eficiência.

Os organogramas abaixo, obedecida a simbologia adotada na OTAN, dão a organização do Exército Alemão e de sua atual Divisão:

(1) Esta viatura tem as seguintes características:

Capacidade de transporte: 7 homens; comprimento 5,56 m; Largura 2,50 m; Altura 1,85 m; Peso 14,6 Ton; Armamento 1 can aut 20 mm em torre; Motor de tração a retaguarda; 5 rodas acionando a lagartia. As aberturas da parte de cima podem ser fechadas mediante tampões rebatíveis.

CONSTITUIÇÃO DOS TRÊS CORPOS DO EXÉRCITO



Regimento de Artilharia, e as Companhias de Transporte, Material Bélico, Polícia Militar e Comando e Serviços.

O Batalhão de Aviação da Divisão é orgânico e seu pessoal, inclusive pilotos, é todo do Exército (da arma de Aviação do Exército — HERES FLIEGER). Como Material dispõe de Helicópteros leves e pesados (transporte) e aviões leves do tipo Dornier 27 de reconhecimento. A graduação dos pilotos varia desde cabo (UNTER OFFIZIER) até capitão (HAUPTMANN).

O Regimento de Artilharia da Divisão é comandado por um Coronel e dispõe de dois grupos. Um grupo a 4 Baterias, sendo 3 com material 175 mm Leve e uma Bateria de Obuses 203 mm. O outro Grupo é de foguetes sendo este do tipo Honest John americano. Possui 3 baterias a 2 lançadores cada. Tanto a Bateria 203 como os foguetes podem ser dotados de ogivas atômicas.

Os Grupos orgânicos das Brigadas são autopropulsados e seu calibre atualmente varia por Brigada desde 105 mm até 150 mm. Pretendem, segundo doutrina da Escola do Estado-Maior, unificar o calibre em 120 mm. Consideram este calibre o ideal para apoio direto a unidades blindadas. É evidente que os grupos pertencentes às Brigadas não empenhadas, normalmente, reforçam o Regimento divisionário.

O Carro de combate das divisões era originalmente o M 48 A 2 americano cujas características são: guarnição 4 homens; armamento: 1 canhão 90 mm, 1 metralhadora anti-aérea 12,7 mm e 1 metralhadora 7,62 mm; comprimento 6,90 m; largura 3,63 m; altura (com torre) 3,22 m e peso 45 toneladas.

Ouvimos muitas opiniões de que este carro não resistiria a um confronto com o T 54 russo, considerado, pelos alemães, superiores em silhueta, armamento, couraça e mobilidade. Por isso ansiavam por um novo carro alemão cujo desenvolvimento estava sendo ultimado.

Assistimos, em junho de 63, à apresentação do novo carro denominado até então: STANDART PANZER e que hoje já foi distribuído às unidades sob o nome de LEOPARD.

Suas características são as seguintes: guarnição 4 homens; comprimento 6,91 m; largura 3,26 m; altura 3,27 m (torre); peso 39 toneladas; velocidade 65 km/h; armamento 1 canhão 105 mm; 1 metralhadora anti-aérea 7,62 mm; 1 metralhadora 7,62 mm. Com este carro pretendem enfrentar, se for o caso, com sucesso, o T 54.

Este carro é de planejamento e construção inteiramente alemão e é o primeiro carro que constroem depois da guerra. Somente o canhão não é alemão. Foi adquirido na Inglaterra na fábrica Vickers-Armstrong. Isto porque não se fabrica atualmente armamento pesado na Alemanha por razão de certa forma pitoresca. É que os antigos fabricantes de

armas como Krupp, etc., não querem mais trabalhar com armas. Alegam êles que preferem construir locomotivas, caminhões, etc. pois já por duas vêzes foram submetidos a julgamento como fomentadores de guerra e não querem enfrentar a mesma situação novamente. Preferem portanto dedicar-se a outras atividades.

A mentalidade da tropa é totalmente blindada e podemos mesmo caracterizar o exército como blindado. A grande planície norte-europeia que se estende da Holanda até as Montanhas Urais é o terreno adequado para a guerra mecanizada. Como carro ideal, consideram o tanque meio e desprezam o carro pesado. O carro de combate, segundo êles, deve apresentar de forma harmoniosa o trinômio proteção, mobilidade e potência de fogo. Daí seu tanque de 40 Toneladas e armado de canhão 105.

Citam, para justificar a doutrina, a experiência do AFRIKA KORPS e principalmente a campanha da Russia. A êste propósito notamos encrecas a preocupação de exaltar GUDERIAN a quem colocam sempre em plano superior a ROMMEL. Embora enalteçam êste como chefe militar é àquele que tributam as honrarias de criador, organizador e maior conauidor da arma blindada alemã.

A Divisão de Montanha, velha tradição alemã, tem seus aquartelamentos nos Alpes bávaros.

Trata-se de tropa de elite com grande espirito de Corpo em que entra também grande parte de regionalismo pois é constituída totalmente de montanhese bávaros que desprezam os que não sabem escalar montanhas e esquiar. Cultuam o alpinismo desde o berço como nosso gaúcho o hipismo e o arrivista ignorante no "metier" é o "baiano" do Rio Grande de antigamente. Usam terminologia própria recolhida do dialeto bávaro e como distintivo ostentam orgulhosamente no blusão e na cobertura típica o EDELWEISS, flor branca encontrada somente nos mais altos picos alpinos. Cultuam o General DIETL que na 2ª Guerra conquistou e defendeu com apenas uma Brigada de montanha o longínquo porto norueguês do NARVIK localizado ao Norte do Cículo polar ártico.

A tropa de montanha, constituída também de 3 Brigadas, além de especializada em regiões montanhosas, pode ser empregada como infantaria comum. É porem altamente eficiente em terreno montanhoso ou em regiões frias do ártico. É em parte motorizada com viaturas especializadas mas ainda faz amplo emprêgo de muares. Seu armamento e leve sendo sua atilharia especializada isto é desmontável. É ricamente dotada de morteiros. Tivemos oportunidade de assistir a interessante exercício de uma Brigada de Montanha vivendo uma situação que foi cercada e isolada pelo inimigo, sendo seus suprimentos de classe III e V realizados por helicópteros pesados e somente à noite. Os supri-

mentos em questão eram efetivamente transportados para dentro do bolsão, tendo a Brigada posteriormente realizado ação de ruptura (2).

B — AS ARMAS

O conceito de arma e Serviço no exército alemão é algo diferente do nosso. Como veremos adiante, eles denominam de armas (WAFFEN-GATTUNGEN) as 13 organizações abaixo, onde notamos inicialmente que a Cavalaria está substituída pela Arma de Reconhecimento Blindado e os Serviços de Intendência e Material Bélico aparecem como Tropas Técnicas (TECHNISCHENTRUPPEN).

2) O nosso contato com a tropa de montanha alemã, levou-nos a pensamentos que, na oportunidade, aqui expressamos: o Brasil é de certa forma um país montanhoso, sendo provável portanto que, operações realizadas em grande parte do território nacional, adquiram o aspecto de guerra de montanha. É bem característico neste ponto o chamado triângulo econômico Rio—São Paulo — Belo Horizonte. Lembramos mesmo as operações realizadas na denominada Revolução constitucionalista de 1932 na qual, segundo testemunho de muitos militares ainda na ativa, realizou-se verdadeira guerra de montanha no vale do Paraíba, Mantiqueira região dos Túneis e Serra do Mar (Parati, Cunha Bananal). Idêntico aspecto apresentou a chamada frente sul de São Paulo no Vale do Ribeira extremamente encaixotado.

É também significativo que a única tropa brasileira empenhada em guerra extracontinental, a nossa 1ª DIE, foi empregada como tropa de montanha. Segundo testemunho dos feblanos o terreno dos Apinícos apresentava sensível semelhança à nossa Mantiqueira, Serra do Mar, etc.

Entretanto, quer nos parecer que em nosso Exército nunca se cogitou de dar à nossa tropa instrução especializada da luta em terreno montanhoso ou mesmo de organizar tropas especializadas. Cremos talvez que, por uma falsa interpretação, há a tendência de se confundir tropa de montanha com os tradicionais caçadores alpinos que lembram a neve inexistente no Brasil. É evidente que não podemos pensar em treinamento em montanhas nevadas, embora o nosso combatente poderia receber algumas noções teóricas que facilitassem a futura adaptação à neve caso o TO apresentasse estas condições. Lembramos a propósito que a FEB teve que enviar contingentes às escolas especializadas.

Mas o que achamos indispensável é preparar a tropa brasileira para atuar em terreno montanhoso. É óbvio que esta preparação é complexa e árdua. Trata-se entre outros problemas de: escalar equipado paredão de pedra usando meios especializados como grampos metálicos, cordas e cabos; realizar o transporte de suprimentos e equipamentos em terreno julgado inabordável; construção de cabos aéreos de emergência; utilização do mui no transporte em trilhas; emprego de armas de tiro vertical; utilização de posição defensiva em contra-encosta; construção de galeria de minas, túneis, abrigos, etc., etc. Somente aí verificamos o quanto pode ser realizado neste setor e qual a sua importância.

No caso brasileiro poder-se-ia organizar um Centro de Instrução especializado ou mesmo um Núcleo de Divisão de Montanha que seria uma tropa de alto gabarito é grande espírito de corpo, podendo se constituir em mais um corpo de elite. Além disso não é onerosa pois seu equipamento é rústico e portanto de fácil fornecimento pela indústria nacional.

Achamos finalmente que a utilização ou a adaptação do atual Batalhão D. Pedro II (1º BC) em centro ou núcleo de tropa de montanha seria a solução fácil e barata, dadas as características do terreno dos arredores de seu quartel. O antigo 1º BC, ou pelo menos seu aquartelamento, poderia servir de berço aos futuros caçadores de montanha brasileiros.

Classificam as Comunicações, Aviação do Exército e Polícia do Exército como Armas de Comando. As demais como Armas de Combate. Não usam distintivo de Armas mas cada uma é caracterizada por uma cor que aparece no uniforme de passeio, como fundo nos espelhos da gola e na costura da calça sob a forma de uma lista também da cor da arma.

— **Infantaria (INFANTERIE)** — Cor verde. Os infantess podem ser: Infantess Motorizados (MOT. INFANTERIE), Granadeiro Blindado (PANZER — GRANADIER), Caçador de Montanha (GEBIRGSJAEGER) e Caçador Aeroterrestre (LUFTLANDEJAEGER). Cada qual tem sua missão específica e são aperfeiçoados em escolas especializadas.

— **Artilharia (ARTILLERIE)** — Cor vermelha. A artilharia da divisão mecanizada é normalmente autopropulsada e blindada. Os canhões variam de 105 mm até 203 mm. Na Divisão de montanha existe o 105 desmontável em fardos. Além disso, doutrinariamente, o artilheiro deve ser, como o infante, um combatente individual prevendo a situação de observador avançado e na defesa aproximada das posições.

Como especializados na Artilharia temos a Tropa de Topografia (TOPOGRAPHIETRUPPE) que está em condições de elaborar cartas topográficas, aerofotogramétricas e integrar as baterias e grupos de observação.

— **Engenharia (PIONIERE)** — Cor preta. Por definição, é "preparadora do terreno e auxiliar de todas as tropas. O pioneiro é simultaneamente combatente e técnico".

Existem as seguintes especificações de tropas de Engenharia: Pioneira leve, Pioneira especial e Unidades de Serviços de Pioneiros, além dos Estados-Maiores de Pioneiros.

— **Reconhecimento blindado (PANZEAUFKLAERER)**. É, segundo o conceito alemão, "olho e ouvido" do comando superior. É a rápida e ligeiramente blindada arma do Exército". Ela herdou as tradições da cavalaria hipo e seus componentes procuram exaltar esta origem e mantêm vivo o espírito da arma. Seus oficiais e sargentos mais antigos começaram suas carreiras em Unidade Hipo.

— **Blindadas (PANZER)** — Cor Rosa. É, segundo os alemães, a "arma decisiva do exército. Na ofensiva constituem o cerne do escalão de ataque. Na defensiva formam a mais importante reserva de choque do comando".

Seus componentes revelam exagerado espírito de arma e com razão consideram-se a base do exército.

— **Defesa antiaérea (FLA, abreviação de FLUGABWEHR)** — Cor vermelho-coral. Realiza a defesa antiaérea do exército por todos os meios, inclusive artilharia. Em situações especiais pode ser empregada contra inimigo terrestre.

— **Comunicações (FERMELDE)** — Côr amarelo-limão. Esta arma “estabelece comunicações e as mantém. O soldado de comunicações é também simultaneamente um técnico e um combatente e atua também contra as comunicações do inimigo”.

— **Defesa contra A B C (A B C ABWEHR)** — Côr “bordeaux”. “Providencia a defesa contra os efeitos de armas atômicas, biológicas e químicas, denominadas armas ABC”. Segundo suas atribuições classificam-se em: tropas ABC combatentes e tropas ABC de Serviços.

— **Aviação do exército (HEERESFLIEGER)** — Côr cinza-claro. “Os aviadores do exército apóiam comando e tropa através de vôos de observação, ligação e transportes. Seus aviões e helicópteros caracterizam-se pela utilização de pistas de pouso de tamanho e comprimento restrito e pela mobilidade e conseqüente ampla possibilidade de observação e transporte rápido de suprimento e pequenos elementos de tropa”.

— **Tropas técnicas (TECHNISCHETRUPPE)** — Côr azul médio. “Apóiam tôdas as demais armas através da manutenção, órgãos aprovisionadores e transportes. Elas asseguram através de suprimento, evacuação e fornecimento de material a capacidade combativa das demais tropas”. Ela se constitui nas seguintes unidades especializadas: Unidades de manutenção, Unidade de suprimento de material que fazem a manutenção e o suprimento de todo material exceto comunicações e unidades de transportes que constituem reserva de transporte de material e pessoal do comando.

— **Polícia do Exército (FELDJAEGER** — literalmente caçador de campanha) — Côr alaranjada. “Regula o trânsito, apóia o comando na manutenção da disciplina e auxilia a tropa no recolhimento e evacuação de prisioneiros de guerra”.

— **Saúde (SAENITAETSTRUPPEN)** — Côr azul-escuro. “O Serviço Sanitário zela pela conservação e restabelecimento da saúde dos soldados. Como soldados, não são considerados combatentes mas apenas auxiliares. Eles somente poderão usar suas armas portáteis em caso de uma ataque injustificado contra os feridos e doentes sob sua guarda ou no caso de defesa pessoal”.

— **Músicos Militares (MILITAERMUSIK)** — Côr branca. São os componentes das corporações musicais militares.

C — OS QUARTÉIS

Encontramos no território alemão três tipos distintos de quartelamentos.

— Os quartéis construídos no fim do século passado (depois de 1871) e princípio dêste século. São as construções correspondentes à ampliação do exército imperial depois da unificação alemã. Construídos no estilo predominante na época, constituem enormes prédios em retângulo com grandes pátios internos. Ostentando paredes de tijolos crus

de côr marrom-escuro, sem rebôco, integram-se na paisagem escura e austera. O perímetro externo é materializado por altos muros também de tijolos sem revestimento. Sua cobertura é de telhas escuras ou então por telhado constituído de fôlhas de cobre azinhavrado o que lhe dá uma bonita côr verde-limão. Os pátios revestidos originalmente por paralelepípedos são em sua maioria hodiernamente asfaltados. Na verdade não são muitos os quartéis dêste tipo que sobram da hecatombe da guerra.

De acôrdo com as tradições alemãs tôdas as casernas têm um nome próprio independente da unidade que abrigam. Assim êstes quartéis ostentam nomes da história militar alemã: GNEISENAUKASERNE, SCHARNHORSTKASERNE, AUGUSTAKASERNE (em homenagem à imperatriz Augusta), DOUMONTKASERNE, PRINZ EUGENKASERNE, etc., etc. Estas casernas já abrigaram várias unidades mas o nome permanece. Hoje a maioria dêstes quartéis aloja unidades estrangeiras da OTAN, principalmente americanas, inglesas e francesas. Isto é consequência do tempo da ocupação quando os quartéis serviram às tropas vencedoras. A Bundeswehr, criada mais tarde, preferiu construir seus próprios quartéis deixando os antigos com os já então aliados da OTAN. Êstes quartéis têm ainda o grande inconveniente de serem localizados na zona urbana das cidades e dificultam as modificações que as atuais organizações exigem.

Os alemães denominam estas casernas de tipo Bismarck (BISMARCK-KASERNEN).

— O segundo tipo de quartel alemão é do “tipo nazista”, pois foram construídos pelo govêrno hitleriano quando do rearmamento alemão de 1935 em diante. O estilo arquitetônico caracteriza bem o regime. Edificações espetaculares predominando o cubismo e a rigorosa simetria. São poucas as casernas dêste tipo que sobraram. As que não foram destruídas pelos bombardeios o foram pela tropas ocupantes pois lembravam demais o regime combatido. Seus nomes em maioria também não puderam ser mantidos pois enalteciam o regime como GROSSDEUTSCHLANDKASERNE, HORST WESSELKASERNE, ADOLF HITLER, etc., etc.

Dentre os quartéis construídos pelo nazismo destacavam-se os da LUFTWAFFE de Goering que, aproveitando-se de seu prestígio de mandatário, providenciava para sua “Fôrça Aérea em formação o que havia de melhor. Conhecemos alguns quartéis originários da Fôrça Aérea nazista com verdadeiros requintes de luxo; refeitórios revestidos de mármore, baixos-relevos artísticos, etc. A propósito, ainda na época do nazismo, os militares das outras fôrças já criticavam que “o Herman gostava do bom e do melhor para si e para os seus”.

— O terceiro tipo de quartel alemão é o atual, construído pela Bundeswehr e portanto denominado BUNDESWEHRKASERNEN. Constituem atualmente o maior número. Localizados normalmente fora das cidades a maioria tomou o nome do acidente geográfico, aldeia ou subúrbio em questão localizados como: LANGENDAMMKASERNE, PPFAL-

FENDORF, etc. Outros têm o nome dos militares alemães sacrificados pelo nazismo como BECKKASERNE, VON FRITSCHKASERNE, STAUF-FENBERGKASERNE, etc., etc.

São quartéis modernos, de arquitetura funcional e não se assemelham às clássicas casernas. Muito práticos com jardins floridos cercando os pavilhões envidraçados e alegres.

Cada quartel possui, além dos pavilhões normais como alojamentos, refeitórios, dependências de comando a administração, grandes áreas de manobras de viaturas e um local de pouso de helicópteros isolado e demarcado.

As viaturas são guardadas em enormes parques abertos de um lado para facilitar uma rápida saída. Estes parques se assemelham a enormes "marquises" que protegem pouco da chuva e neve. Apesar disto o aspecto externo das viaturas é limpo.

Para a prática da Educação física e esportes existem estádios e, o que é indispensável em função do clima, um ginásio (SPORTHALLE) coberto, pois no inverno não é possível praticar esportes ao ar livre, exceto, é lógico, os chamados esportes de inverno.

Cada quartel possui uma linha de tiro. São perfeitos os estandes que conhecemos. Permitem tiro até 400 metros, com parabolas de terra apoiado em parede de concreto. Lateralmente são protegidos por altos taludes de terra revestidos de grama. Trincheiras e abrigos de concreto, acionamento de alvos a distância e ligações telefônicas. Muita disciplina de tiro e conseqüente segurança absoluta.

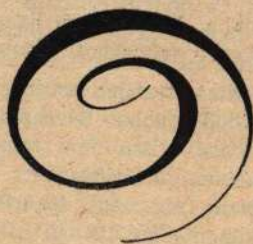
Chamou-nos a atenção nestes estandes um interessante dispositivo que permite realizar tiro reduzido de canhão de carro de combate. A distância de 30 metros do parabala existe uma trincheira cimentada onde se coloca o tanque que fica em desenfiamento de torre. Na alma do canhão do carro está adaptado um fuzil. O artilheiro do carro aciona este fuzil conjugado naturalmente ao canhão. O alvo é uma miniatura ou silhueta de um tanque que se desloca, acionado por um sistema de fios, no parabala do estande. Uma paisagem reconstituída com arte no parabala dá ao atirador do carro uma sensação muito real do terreno percorrido pelo tanque em miniatura que vai sendo alvejado.

Os quartéis também possuem em suas proximidades uma área de terreno de aproximadamente um a dois quilômetros quadrados para instrução de combate. Estes terrenos, além da instrução normal do combatente, permite realizar até exercícios táticos no escalão pelotão.

Finalmente, a propósito de quartéis, queremos adiantar, embora voltaremos ao assunto quando abordarmos o problema da administração, que a faxina dos quartéis é feita por civis contratados pelo administrador. São geralmente homens velhos talvez operários aposentados que fazem trabalhos de jardinagem, varredura, remoção de lixo, etc. Nunca vimos soldados empregados neste mister. No interior dos prédios o mesmo tra-

balho é realizado por mulheres, também de idade que varrem, lavam o chão das dependências, inclusive o alojamento dos homens que dormem em grupos de seis em quartos com camas superpostas.

O rancho dos oficiais, sargentos e praças que comem em refeitórios separados, porém sujeitos ao mesmo cardápio também é servido por mulheres. O rancho no quartel bem como as cantinas são de civis que mediante concorrência, realizam um contrato e são fiscalizados pelo administrador. A refeição do oficial é paga no ato, não diretamente mas através de talões que ele adquire na tesouraria. O dinheiro que ele gasta para refeição no quartel é recebido como adicional aos vencimentos. Quando não come no quartel a etapa reverte para ele. O preço do almoço, por exemplo, era de 1,10 marcos; a refeição mais barata em restaurante civil é da ordem de 3 a 4 marcos. O controle e a fiscalização destes serviços são feitos pelo administrador do quartel, um civil, funcionário do Ministério da Defesa, mas que no quartel exerce funções semelhantes ao nosso tesoureiro-aprovisionador. Quando porém as unidades vão para o campo levam então suas cozinhas de campanha as quais fornecem a alimentação como se fôsse em caso real.



A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua** **tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

AS EXIGÊNCIAS DO FUTURO

R. BOÏSSAU

(Revue Militaire d'Information)
Transcrito da Revista Militar, Portugal,
novembro de 1964

Depois do último conflito mundial, todos os exércitos se encontram em transformação. Visam a adaptar-se, simultaneamente, às necessidades da guerra atômica e da guerra em superfície... Estes tipos de guerra têm, em comum, um domínio — segundo o Capitão Liddel Hart — de saber fazer a guerra indireta.

Num estudo anterior (1), esforçamo-nos por definir os conceitos estratégicos e táticos que, de forma constante, inspiraram a arte dos príncipes e dos grandes capitães do Oriente e de pôr em evidência a preferência deles por um modo de guerra raramente utilizado no Ocidente e sobre o qual Liddel Hart se tornou um teorista moderno: a guerra indireta. Importa agora esclarecer em que medida os conceitos assim definidos, poderiam ser utilizados num futuro conflito e daí tirar as conseqüências.

O INIMIGO EVENTUAL

A história do Mundo é considerada como tendo partido do Oriente. Na origem foi a guerra, e desde a origem, os povos das estepes imprimiram-lhe um caráter particular, porque o Oriente é, antes de tudo, o país das estepes, dos espaços infinitos, onde a lei é imposta pela mobilidade, pela miséria que inspira o desprezo das vidas e dos bens, pela relatividade do tempo que suscita a paciência e dá o sabor das combinações.

Convém, em primeiro lugar, notar que o inimigo eventual não pode ser senão oriental. A Rússia moderna não é um Oriental propriamente dito, mas procede, em boa parte, do Oriente.

O substrato da população russa, antes do estabelecimento, no século IX, dos princípios normandos, era constituído por tribos diversas — Hunos, Turcos e outros — que substituíram no princípio da nossa era, os nômades de raça ariana.

(1) "A Arte Militar Oriental", A Defesa Nacional, n. 602, Jul-Agô 65, páginas 63-75.

Depois, de 1280 a 1485, foi a ocupação da Horda de Ouro, que teve o triplo resultado de arrancar, economicamente, a Rússia à Europa, de empreender a unificação da terra russa e de sobrepor ao cunho espiritual de Bizâncio, as frias concepções mongóis. A partir do século XVI, a Rússia abriu-se à Europa, mas a influência ocidental não fez mais que sobrepor-se aos precedentes, sem os eliminar.

Por outro lado, é incontestável que a Rússia se mantém o país das estepes, desde os Cárpatos ao Oceano Pacífico. Se nós calcularmos que a ameaça principal é constituída, a longo prazo, pela China, por uma coligação de países islâmicos ou por um bloco afro-asiático qualquer, não há qualquer dúvida: o inimigo eventual será decerto um Oriental.

Assim "a priori", êle será conduzido para a guerra indireta. Devemos, pois, adaptar-nos a esta idéia, a fim de "não fazer o que o inimigo quer, mas sim de poder fazer tudo o que êle faz", segundo uma fórmula de Jang-Kin. "O lobo afegão caça-se com um cão do afeganistão", diz um provérbio de Kipling.

Outras razões, entretanto, incitam a pensar que no futuro — e desde já — os conflitos serão todos de estilo indireto. Uma evocação rápida da estratégia geral moderna, segundo o exame das conseqüências da aparição do fato atômico e da generalização do fato subversivo no domínio da estratégia militar e da tática, conduzem a idéias que militam em favor desta concepção.

ESTRATÉGIA GERAL

Fatores novos

A estratégia geral tem por fim avaliar os riscos e as probabilidades de estabelecer a decisão política que comandará a ação do estratega. Ainda que, na nossa época, ela seja um recurso exclusivo da política, não será inútil considerar as tendências atuais. Dois fatos novos, que parecem irreversíveis, têm incidências profundas sobre a estratégia geral.

O primeiro é o aspecto ideológico ou racial dos conflitos. Não se insiste mais em questões de fronteira ou de limites, mas na defesa ou na propagação de uma ideologia ou ainda em nome duma antinomia de côr. Este aspecto — recente, na sua generalidade — confere aos conflitos um caráter de fanatismo ou de exacerbação que exclui toda a noção de respeito por bens ou por vidas. A mentalidade do sedentário tende, neste plano, a reatar a do nômade...

Bater-se-á em nome do comunismo, do pan-arabismo, do subdesenvolvimento ou do humanismo cristão, como se bateu pela universalidade do Yassa ou do Islão.

O segundo fato, que poderá ser considerado como um corolário do primeiro, é a opinião — mais ou menos comum — de que não haverá mais "guerra pagante". Os dois últimos conflitos mundiais deixaram

exangue a maioria dos protagonistas, vencedores e vencidos. Que subsistirá dum nôvo afrontamento guerreiro, no decurso do qual os adversários resistiriam mal ao receio de esgotar os seus "stocks" nucleares? Mesmo que a bomba atômica estivesse anatematizada, como sucedeu com os gases de combate, que restaria duma troca de golpes "clássicos", dados com o fanatismo que caracteriza os antagonistas?

A estratégia total

Por razões diferentes, mas evidentes, êstes dois dados acentuam o caráter total da estratégia geral. A guerra tornou-se total. Também a estratégia geral combina ações políticas, psicológicas, diplomáticas, econômicas, sociais e militares, sendo as últimas em desfavor das menos "pagantes". Ora, o que é a estratégia total senão uma estratégia indireta? Ela pretende obter a decisão fora dos campos de batalha. Responde ao ideal de Sun-Tsé: vencer sem derramar sangue. Estratégia longa e paciente: para nós, como para os Orientais, o tempo deve tornar-se absolutamente relativo. Vale mais vencer a longo prazo e com pouco desgaste, do que rapidamente e sem poder recompor-se.

A estratégia global da U.R.S.S.

O que é a estratégia "global" da U.R.S.S., senão uma estratégia indireta, à escala mundial, posta em ação desde os tempos de paz? A paz é a continuação da luta, por outros meios (Chapochnikov). Estudando as direções de esforço, uma constatação se impõe: o esforço principal aplica-se sobre o elo mais importante do encadeamento capitalista, Grécia-Turquia, na junção da O.T.A.N. e do Pacto de Bagdad, e, graças ao pan-arabismo e aos movimentos de emancipação da África Negra, passa pelo Oriente Médio e pela África, em direção à América do Sul. No Extremo Oriente, o comparsa chinês desencadeia, periodicamente, ações de diversão... Uma série de ações preventivas tem sido desencadeada sobre a direção perigosa (Europa Ocidental). Eis, perfeitamente, o que correspondente a um dos procedimentos preferidos pelos Orientais.

— Considerando os meios e o seu emprêgo, verifica-se que papel principal tem sido e continua a ser desempenhado pela ideologia comunista que, apoiando-se na potência do império soviético, com a ajuda direta dos partidos comunistas, oficiais e clandestinos, e concurso indireto de "correias de transmissão", se esforça por dismantelar o campo ocidental, utilizando, pelo melhor, as suas contradições internas e os "movimentos de libertação" de povos coloniais ou semicoloniais. Isto não exclui o emprêgo da força: "mas sendo a guerra o procedimento mais oneroso e o mais arriscado, o recurso à força só será empregado em "última instância", quando todos os outros meios tenham sido esgotados e isto unicamente sobre a direção principal de esforço... Abstraindo desta

eventualidade extrema, a simples ameaça da força deve bastar para reforçar, psicologicamente, todos os outros processos. Encontramos aqui os motivos de desagregação psicológica, de divisão e de terror.

Num tempo em que a guerra se tornou um meio muito oneroso de continuar a política, em que o adversário, declarado ou eventual, pratica, abertamente, uma estratégia indireta, parece claro que guardar-se unicamente contra a ameaça das forças adversas, equivale a expor-se aos golpes lançados por outros meios, e a deixar-se surpreender ou ultrapassar nos planos, político, diplomático, psicológico, econômico e social. Nós devemos, portanto, saber — nós também — praticar uma estratégia indireta e defender-nos e contra-atacar, até à decisão, sobre um ou vários destes planos.

ESTRATÉGIA MILITAR

Uma estratégia geral indireta não pode excluir a hipótese da guerra, localizada ou mesmo geral. Voltemos, pois, à arte propriamente militar e, em primeiro lugar, à estratégia militar. Considerando, sucessivamente, as três formas previsíveis de combate — a guerra nuclear, a guerra subversiva e contra-subversiva, a guerra convencional — verifica-se que a diversão do espaço de manobra nos três casos, torna inevitável um recurso ao estilo indireto. Por outro lado, nas três hipóteses, a importância nova dada à arma psicológica, acentua esta necessidade.

A GUERRA NUCLEAR

É muito possível que a guerra nuclear não chegue a ter lugar. A prudência das nações devia dissuadi-las de recorrer a ela. Mas o fato nuclear existe.

O engenho atômico será o engenho estratégico supremo ou atuar-se-á somente pela forma mais moderna do fogo tático? — No primeiro caso, nós teremos uma guerra nuclear generalizada, no segundo uma guerra nuclear limitada, esta podendo conduzir àquela pelo problema da “espiralização”. Na primeira hipótese, admite-se geralmente que a fase decisiva principiará por uma troca. Uma troca apocalíptica.

Que restará disso? É difícil de prever, mas é certo que as forças armadas e as infra-estruturas estarão numa grande desordem. A última palavra pertencerá às forças restantes, possantes e móveis, e às forças morais. Por forças restantes, possantes e móveis, é preciso entender-se os elementos blindados ou aeroterrestres ainda em estado de combater.

É evidente que, para estes elementos, o espaço de manobra terá de ser gigantesco, englobando imensas extensões devastadas, mais ou menos contaminadas, e “ilhas” de resistência, neutralizadas ou indenes. É inútil analisar mais além, esta perspectiva: o mundo sedentário voltará à estepe; a estratégia a aplicar será a da estepe.

Ao caos material sobrepor-se-á o caos psicológico. O terror terá invadido os dois campos. Convirá, depois, empenhar as próprias forças

na empresa do terror e prolongar a ação dêste último até ao seio do adversário ou de lhe substituir a da surpresa, de forma a retomar e a conservar o ascendente moral, a prolongar a desagregação psicológica do inimigo até que lhe seja atestado o golpe final. Assim, em guerra nuclear generalizada, a estratégia indireta será de aplicar depois do grande revés. Tratando-se da guerra nuclear limitada, chega-se à mesma conclusão.

O fogo atômico paralisará a manobra ou, pelo contrário, dar-lhe-á possibilidades novas? Noutros termos: postulará a guerra estabilizada ou a guerra de movimento? As opiniões dividem-se. Alguns inclinam-se para a primeira hipótese, para a do fogo que detém e militam por uma batalha estabilizada. Outros, em conformidade com a doutrina soviética, supõem que é preciso adotar a segunda hipótese, a do fogo que conquista. Parece, entretanto, que não está nisso propriamente a questão. Para o assaltante, o engenho atômico representa uma arma ofensiva extremamente potente, permitindo fazer o vácuo sobre superfícies extensas do dispositivo adversário. Mas é também uma arma defensiva, temível, permitindo, em contra-preparação quase instantânea, atacar os dispositivos ofensivos inimigos ou os preparativos de transposição de obstáculos, e atomizar as forças assaltantes que tenham conseguido penetrar no dispositivo amigo. Nestas condições, não pode afirmar-se que, por causa do fato nuclear, a estratégia tenha de ser necessariamente ofensiva ou defensiva. Ressalta, simplesmente, que a aparição do engenho atômico provocará um aumento notável da potência de fogo e, conjugada com o aperfeiçoamento dos vectores, uma quase ubiquidade dêste último. Isto afetará profundamente a tática — arte de emprego das armas. Ora a tática não vale senão conforme a do adversário: isto bem se viu na Indochina ou na Argélia, onde aviões e carros de combate estavam em inferioridade perante os guerrilheiros, enquanto que, esses aviões e esses mesmos carros, tinham permitido a vitória dos alemães na Polónia e em França. Uma escolha de táticas impõe-se, pois que é da atividade da estratégia. É a estratégia, e não a tática, e ainda menos uma determinada arma, ainda que seja a arma nuclear, que decidirá a conduta da guerra: ofensiva ou defensiva, insidiosa ou violenta, direta ou indireta?

A estratégia deverá definir o domínio no qual o sucesso tático deverá ser procurado, ou onde será preciso ser ofensivo e onde será necessário ser defensivo..

Na era nuclear, quais serão os critérios sobre os quais se baseará? Estes critérios são em número de dois, que se imporão aos dois adversários: a sobrevivência e o cumprimento da missão.

Sobrevivência

À sobrevivência procura-se pela dispersão, pela mobilidade, pela dissimulação, admitindo-se que o procedimento do contato estreito ou da imbricação dos dispositivos, é de ordem puramente tática.

Dispersão e mobilidade. Se se admite que está, êle também, submetido à ameaça atômica, concebe-se que o campo de batalha toma dimensões consideráveis em largura e em profundidade e fornece tôdas as possibilidades à aproximação indireta sob diversas formas que temos visto ser praticadas pelos Orientais: dispersão amiga — dispersão inimiga — concentração amiga, alteração do dispositivo inimigo por mudança de frente ou diversão, ameaça sôbre as retaguardas, retirada estratégica e contra-ataque, guerrilha: só o método da "guarnição-isca" se mostra inoportuno.

Ora, se o espaço de manobra a tornar possível, a aproximação indireta é nitidamente preferível à aproximação direta, "porque o fato de avançar diretamente sôbre um adversário, fortalece o equilíbrio físico e psicológico dêste e, por esta consolidação, aumenta o seu poder de resistência" (Liddel Hart).

A dissimulação abrange a camuflagem e o segredo. Visa a criar surpresa, a enganar o inimigo. É um outro elemento importante da estratégia oriental e indireta. Assim, os processos aos quais os dois adversários deverão recorrer para assegurar a sobrevivência das suas forças, imporão à estratégia da era nuclear, a escolha do estilo indireto e as combinações de ações. Os velhos princípios continuam válidos: realizar a economia das forças, permitindo a concentração dos efeitos das ações combinadas, dispersando as ações inimigas e conservar a sua liberdade de ação, restringindo a do adversário: iludir, surpreender e agir de forma que cada ação vise vários objetivos, ser o mais forte onde o inimigo é o mais fraco e explorar a fundo. Nenhum eixo de esforço imperativo nem fixo; aplicar as reservas onde o inimigo cede. Qualquer outra atitude não faria senão conduzir à destruição ou à usura, porque o inimigo concentraria os seus fogos e precipitaria as suas reservas sôbre o eixo de esforço desde que êste se apresentasse fixo: isto tenderia muito rapidamente à manobra do forte contra o forte.

Missão

A sobrevivência não poderá ser, em si, só um fim. O imperativo de viver deve ser associado ao da missão. A missão dada às forças armadas é fixada pela estratégia geral. Ora, nós sabemos que esta dispõe dum vasto teclado, do qual o contato não constitui senão uma das teclas. Optará, ela, pela guerra ofensiva? Será correr os maiores riscos, se o moral do inimigo está intato e se o adversário dispõe de importantes reservas humanas e materiais, dispersas sôbre um vasto território de estruturas sólidas. Optará, ela, pela defensiva pura, estática, para a batalha de suspensão? É um procedimento frágil, à mercê duma fraqueza duma porção mínima do dispositivo. Parece, pois, que será preciso escolher uma estratégia militar "defensiva-ofensiva", combinando judiciosamente a economia das forças e a ação preventiva, assentando sôbre uma grande mobilidade e tendo o poder de uma resposta rápida

e decisiva. O critério "missão" reporta-se, pois, ao estilo indireto, ao qual tinha já conduzido o critério "sobrevivência". Sobrevivência e missão, são condicionadas pelo espaço de manobra que o fato atômico cria e que nós temos apreciado à base das concepções estratégicas orientais.

GUERRA SUBVERSIVA E CONTRA-SUBVERSIVA

O fato subversivo requer igualmente, espaço de manobra. Consideremo-lo, pois, na fase insurrecional, a única a falar, propriamente, dentro da competência da estratégia militar. Trata-se, então, do terrorismo generalizado, da guerrilha, da insurreição geral. O conjunto do território afetado vai nivelar-se em muitos pontos, subversivos e contra subversivos. Para os primeiros, o objetivo é dispersar as forças da ordem, para atacar com uma infinidade de "alfinetadas", para, em definitivo, excluir a relação geral das forças. Para os segundos, é preciso dispor duma quadrícula e de elementos de reserva, para isolar os destacamentos adversos e destruí-los, em pormenor.

Nos dois casos, encontramos-nos perante a plena estratégia indireta. Os processos diretos estão excluídos pela natureza do conflito, que se caracteriza não somente por um espaço não saturado, mas ainda pela relatividade do tempo, pelo desprezo dos bens e das pessoas e a agilidade tática. São as características que se encontram no quadro das guerras orientais. Importa assinalar que a conduta de uma guerra subversiva ou contra-subversiva, não pode unicamente relacionar-se com a estratégia militar. Na época em que a subversão tem sido remodelada pelos peritos marxistas-leninistas da guerra revolucionária, ela não pode ser senão um recurso da estratégia geral e esta não pode ser senão total, portanto indireta: a decisão será obtida, a maior parte das vezes, sobre um outro plano que não apenas pelo militar.

GUERRA CONVENCIONAL

Resta considerar a eventualidade duma guerra do tipo convencional. Esta desenvolver-se-á sob o signo da duração e serão postas em presença massas humanas consideráveis. Bastarão estas duas características para fazer prevalecer uma estratégia indireta.

Depois da lição da guerra de 1914 a 1918, no decorrer da qual se tinha perdido a compreensão da aproximação indireta, a ponto de se chegar a "uma luta de elefantes que se comprimem, num túnel, para a morte", os alemães adotaram, em 1940, uma brihante fórmula de estratégia indireta, conhecida pelo nome de "Blitz-Krieg": distrair o inimigo sobre a Linha Siegfried, torneá-lo e surpreendê-lo irrompendo através dos países neutros, destroçar as suas forças e explorar sem demora, tôdas as possibilidades táticas e fazer-se infiltrar, enfim, por uma chamada "quinta coluna"... com o intuito de visar o desmembramento físico e material e a desagregação psicológica.

Entretanto, subsistente o fato nuclear, é preciso admitir que todo o conflito convencional, de qualquer envergadura, se desenrolará sob a ameaça atômica.

Se os protagonistas não dispuserem, pròpriamente, da arma atômica, eles terão a possibilidade, em caso de crise, de a pedir emprestada a um "protetor" que a possua (quando de Dien-Bien-Fu, a França teria estado bem perto de obter algumas bombas A). Por outro lado, as divergências ideológicas estando de futuro, tanto na origem das guerras como as divergências de interesses, um tal conflito se desenvolverá, igualmente, sob a ameaça da subversão. Assim desenvolvida debaixo duma dupla ameaça, atômica e subversiva, uma guerra convencional terá por cenário, um espaço alargado, onde as noções de dispersão, de mobilidade e dissimulação, recobram todo o seu valor. Reportamo-nos aos dois casos precedentemente analisados. Além disso, dotadas de meios que lhes permitam utilizar a terceira, as forças armadas modernas terão acrescidas possibilidades de praticar a aproximação indireta.

A arma psicológica

Com a reaparição do espaço de manobra, um outro fato influenciará as guerras do futuro: é o renascimento da arma psicológica. Nunca completamente abandonada, ela tem sido, muitas vèzes, arma secundária no arsenal dos homens de guerra.

O progresso das ciências humanas, rejuvenesceu-a. Tornada realidade concreta, técnica elaborada, ela não será mais esquecida pelo estratega.

O seu papel mantém-se proeminente na guerra subversiva, onde o primeiro passo para a tomada do poder, é o contròle das populações. A noção de contròle decompõe-se nas de organização e de adesão: subversão e contra-subversão disputam-se na adesão das multidões, quer dizer, afrontam-se num domínio de ordem psicológica. Na guerra atômica, aprecia-se que pêso terão as forças morais, o seu apoio entre os amigos, o seu desmembramento entre os inimigos; aprecia-se a amplitude do terror que poderá ser suscitado e as conseqüências da surpresa estratégica. Na própria guerra convencional, com o desenvolvimento dos meios de difusão do pensamento — imprensa, rádio, etc. — as idéias transmitir-se-ão com uma facilidade nunca igualada e constituirão uma arma eficaz contra o moral do adversário. Ciência de recursos intelectuais e afetivos, "a dialética de Círo" que outra não é senão a nossa arma psicológica, retomou tôda a sua força, para dividir, reunir, enganar, surpreender, com o fim de persuadir ou dissuadir os indivíduos e as multidões, os chefes e as tropas, os amigos e os inimigos. É um elemento indireto, cuja admissão entre os meios da estratégia, tornará esta mais conforme com a estratégia oriental e mais inclinada para o estilo indireto.

CONSEQUÊNCIAS

As conseqüências implicadas pela adoção duma estratégia indireta, são extremamente importantes:

- Num conflito nuclear, ou sob ameaça nuclear, a França não se defenderá sobre a cortina de ferro, nem sobre o Reno, nem sobre uma qualquer posição estratégica destinada a salvaguardar a integridade duma porção de território: o espaço de manobra estender-se-á a todo o teatro europeu e, provavelmente, bem mais além.
- As forças morais e, principalmente, as que garantem a coesão nacional, serão primordiais. Será preferível combater com granadas, mas com uma vontade feroz de lutar, do que combater com projéteis atômicos, mas sem fé.
- A estratégia militar deverá adaptar o seu fim aos seus meios. A ambição do primeiro dependerá da importância dos segundos, "porque o princípio da ciência militar, é o sentido do possível".
- As forças armadas deverão reencontrar, nos planos que lhes dizem respeito, a fórmula das ações ou das combinações de ações, para diversos fins, a das direções inesperadas, de preferência à das direções naturais, a dos dispositivos maleáveis e adaptáveis às circunstâncias.
- A massa principal não deverá ser empenhada num ataque contra um adversário sobre as suas guardas. O ataque não poderá ser lançado senão quando as possibilidades inimigas de resistência ou de esquiva, estejam paralisadas pela desorganização material ou pela desmoralização.
- Todo o sucesso tático deverá ser explorado a fundo, com a condição de se dirigir a um fim útil, ao objetivo final.
- Sobre o plano da organização, a mobilidade estratégica será imperativa: será precisa uma logística maleável, inspirada na dos russos, em 1942-1945, ou na dos ingleses na Tripolitânia.

TÁTICA

O que caracteriza a época atual é, essencialmente, a aceleração da evolução das técnicas. Os técnicos têm uma influência profunda sobre a tática: a aparição do canhão, da metralhadora e do carro de combate, tem modificado consideravelmente as formas táticas da guerra. Os fatos nucleares e subversivos conduzirão a tática moderna a plagiar dos Orientais, os processos do tipo "bate e foge" e o recurso à astúcia, isto é, a tornar-se uma tática indireta ou uma combinação dos estilos direto e indireto.

GUERRA NUCLEAR

Em tática como em estratégia, nucleares, a sobrevivência é um imperativo. Ela será procurada por meio da dispersão, da mobilidade, da dissimulação, pelo contato estreito até à sobreposição dos dispositivos amigo e inimigo e pela organização do terreno. Assim condicionará a execução da missão.

A maior parte das vezes, a execução da missão exigirá uma concentração, seja para atacar seja para conter o ataque, quer dizer, a constituição dum objetivo nuclear. Mesmo se se recorrer à infiltração na ofensiva ou ao dispositivo defensivo alargado, a decisão não poderá ser obtida senão confrontando o encontro do forte com o fraco, do concentrado com o disperso.

É preciso, pois, em primeiro lugar, interdizer ao inimigo a localização prematura desta concentração. É o papel da dissimulação, com os seus processos: segredo, camuflagem, decepção, que encontram a sua aplicação tanto na ofensiva como na defensiva. Em superfície, junta-se à noção de dissimulação a da segurança: é preciso interpor entre si e o inimigo, um dispositivo de segurança sucetível de enganar o inimigo durante todo o tempo necessário, sem se deixar fixar e sem constituir, ele próprio, um objetivo nuclear: este dispositivo será pois votado à ida e à volta dos esbirros persas ou mongóis; ida para definir a linha de contato com o adversário; volta para escapar à destruição clássica ou atômica.

O combate procurando a decisão local, será também modificável e móbil. A concentração — ela própria à base de movimento, realizada a partir da dispersão — desde que seja revelada ao inimigo, ou quando o seja, deverá procurar a sua sobrevivência na sobreposição, portanto no movimento para a frente. Depois, se o choque não conduz à decisão, será necessário, feito o apêlo ao fogo, recorrer ao movimento à retaguarda para criar o vácuo atomizável. O fato do defensor se abrigar em subterrâneos o tornar menos vulnerável do que o assaltante ou que o fogo se tornou todo poderoso, não é um argumento que justifique a estabilização tática. O objetivo do combate é a decisão; esta pode ser preparada, mas não adquirida, por uma guerra de posições. O caso extremo é o da "posição-isca", que temos citado e da qual é preciso pensar que ela não é concebível senão com a condição de possuir um poder técnico de destruição superior ao do adversário. Para as concentrações, como para os destacamentos de segurança, a manobra em ambiente atômico será uma perpétua ida e volta. Será uma ressurreição do que nós temos chamado, entre os Orientais, o "bate e foge". Tratar-se-á de combinar, na ofensiva, a segurança pelo contato e a esquivia, permitindo atomizar as concentrações adversas localizadas e, na defensiva, a atração do inimigo para os vácuos atomizáveis e o esvaecimento no caso em que o contato não possa ser restabelecido... Combinações cujo fim é de desequilibrar o adversário, levando-o a concentrar-se a contratempo.

Mas este desequilíbrio será difícil de obter. A nossa inteligência opor-se-á a do inimigo. Cada um dos dois adversários procurará colocar-se no lugar do outro e se eles forem de valor igual, criar-se-á uma espécie de equilíbrio. Os partidários da investigação operacional pretendem demonstrar que, neste caso, existe uma tática ótima permitindo a exploração do equilíbrio, a que eles chamam "acaso calculado" ou "cálculo das probabilidades". É permitido pensar que será mais oportuno e eficiente confiar na sorte de uma batalha de astúcia, sobre a qual Sun-Tsé diz que ela tem por fim conduzir o adversário a cometer uma falta. Liddel Hart escreve a este respeito: "A instrução militar forma chefes cuidadosos para não cometer erros — segundo o regulamento — não esquecendo a necessidades de induzir o inimigo a cometê-los. Porque na guerra é, a maior parte das vezes, constringendo o inimigo a cometer faltas, que se faz pender a balança". Na guerra atômica será necessário substituir o culto da ortodoxia pelo da astúcia. É preciso ser "velhaco, dissimulado, enganador, larápio, ladrão; numa palavra: "mais esperto que o inimigo, em todas as coisas". O objetivo será duplo: dum lado conduzir o chefe a cair no erro fatal; por outro lado, romper o equilíbrio mental da tropa. Se este último ponto for realizado, a explosão atômica poderá mesmo, em certos casos, ser economizada.

GUERRA SUBVERSIVA E CONTRA-SUBVERSIVA

Uma tal concepção da tática atômica, nos parece bem longe das concepções que animaram a cavalaria. Que dizer, então, da tática subversiva e contra-subversiva? Ela não está no domínio da especulação: os oficiais franceses todos o têm provado. Consideramo-la limitada ao seu contorno militar. É oportuno que ela faz apêlo, ela também, à técnica do "bate e foge". A guerrilha é completamente concebida segundo esta técnica: ataques aos postos e aos comboios, emboscadas, desenvolvimento duma operação de cerco...

A experiência tem demonstrado que a melhor forma de combater a guerrilha é a de copiar os seus próprios processos, estando o problema em habituar a estes últimos os soldados instruídos no estilo direto. Quem não tem podido julgar da eficácia das "equipes especiais", dos "comandos negros", dos "comandos de caça"? É aqui que se vê quanto estão ligadas esta técnica e a astúcia de guerra. Na realidade, por sua natureza, a primeira procede já da segunda. A astúcia domina toda a guerrilha.

Se nós revermos os ardis de guerra empregados pelos orientais, nós constatamos que eles são sempre de atualidade, quer se trate de zombar de um espião ou de apanhar numa ratoeira um daí-doï ou uma katiba.

Isto explica a importância atribuída aos oficiais de informações: importância que será desde já justificada pela própria importância da informação mas que é decuplicada na ação, pelo conhecimento mais ou menos consciente que eles têm do comportamento possível do adver-

sário. Daí a sua eficácia na elaboração das astúcias ou das armadilhas, na prática duma política de divisão ou de reunião. Pode objetar-se que as últimas fases duma subversão, comportam a constituição de forças armadas regulares e a insurreição geral e que não é mais, então, questão de guerra indireta, de ida e volta, de astúcias.

É ver! Os técnicos de guerrilha que se transformam em comandantes de grande unidade, estão necessariamente impregnados do estilo indireto. Quanto às forças da ordem, é ainda pela armadilha que elas podem esperar a decisão: Dien-Bien-Fu era uma ratoeira estendida às divisões V.M. e se isto se voltou contra nós, não foi tanto por causa da sua natureza como pelos erros de que estava eivada a sua concepção. E quanto à insurreição geral, qual é a melhor parada senão provocar o seu desenvolvimento a contratempo ou deixá-la desenvolver no vácuo, para melhor a esmiagar?

GUERRA CONVENCIONAL

Encarando a hipótese da guerra convencional, é mais fácil afirmar que a tática será obrigatoriamente indireta. O que é certo é que o estilo indireto se imporá ao mais fraco, como isto tem sido sempre de regra: a astúcia — ou a inteligência — tem sido sempre a arma do fraco; tanto se pode dizer da técnica do “bate e fuge”. Por outro lado, mas se o projétil atômico não entra em linha de conta, a potência dos fogos clássicos deveria conduzir à adoção de processos indiretos, para não se chegar às batalhas de usura, que são a negação da arte militar.

Enfim, os exércitos modernos voltaram ao “cavaleiro armado” dos Mongóis, dos Bizantinos e dos Turcos: o carro de grande potência, em superfície, e o avião lançador de engenhos, na terceira dimensão, não são versões atuais? Ou ainda o transporte de tropa blindado e o helicóptero. Nós dispomos de instrumentos excelentes para praticar o “bate e fuge” dos Orientais.

CONSEQUÊNCIAS

Quais serão as consequências resultantes da aplicação duma tática indireta? Sobre o plano tático, os velhos princípios da economia das forças, de concentração dos efeitos e da liberdade de ação, mantêm-se válidos. A sua aplicação poderia enunciar-se sob a forma de três axiomas:

- Enganar, surpreender e agir, de forma que cada ação ponha um dilema ao inimigo.
- Ser o mais forte, além, onde o inimigo é mais fraco e explorar, a fundo, o que pode traduzir tática nuclear por: agir pelo fogo nuclear na direção onde o inimigo está concentrado e pelo movimento onde ela está diluído.
- Estar sempre em segurança.

Sôbre o plano técnico, as condições a realizar são os corolários da mobilidade tática, necessária à prática do "bate e foge" que admite ir depressa e bater longe:

- Mecanização e motorização que permitam as concentrações e as dispersões, alternadas, os avanços e as esquivas, a utilização de terrenos pouco vulneráveis à observação e aos projéteis nucleares e a proteção contra a radioatividade.
- Uma infantaria endurecida, rústica, astuciosa, sabendo manobrar em veículos, tanto quanto isto é possível, mas também a pé, para realizar o efeito de surpresa e de abordagem, tendo um moral de ferro para afrontar, vitoriosamente, o medo e o sofrimento, tão confiante no movimento para a retaguarda como no movimento para a frente.
- Um sistema de unidades de tôdas as armas, autônomas e polivalentes, graças à sua capacidade de fogo, de velocidade e de proteção, exigência dos dispositivos arejados.
- Uma logística aligeirada, cujas cargas incompressíveis serão tomadas em conta para um serviço das retaguardas, do tipo russo ou do tipo inglês.

CONCLUSÃO

Praticada pelos maiores conquistadores do Mundo, por Ciro e por Alexandre, por Átila, Gingis Khan e Tamerlão, por Cartago e pela China, por Bizâncio e pelo Islão, a guerra indireta é-no ensinada pelo Oriente.

No momento em que o Oriente e o Ocidente se defrontam, quando o fato nuclear e o fato subversivo, alargam ao infinito, o espaço de manobra e enquanto que a arma psicológica torna a dar a primazia aos recursos do espírito, o conhecimento e a prática dos processos indiretos aparecem-nos como uma exigência dos conflitos futuros, tanto no domínio estratégico como no domínio tático.

O ensino militar francês deveria ter isso em conta. Consiste, essencialmente, em inculcar uma "técnica tática" supondo sempre que as tropas estão em contato, numa situação definida do espaço-tempo e tratar de maneira muito discreta, dois problemas fundamentais: o do desmembramento do adversário antes do defrontamento (não bater o inimigo antes de ter criado a oportunidade) e o de exploração depois do defrontamento (tornar o efeito decisivo, aproveitando uma segunda ocasião antes que o inimigo se tenha refeito).

Sôbre um plano mais geral, é permitido procurar se será possível aos Ocidentais adaptar-se ao tipo de guerra oriental, de passar do estilo direto, que lhes é natural, ao indireto. É isso uma questão vital. A resposta a dar-lhe é simples; reportamo-nos a uma conferência pronunciada em 1961, pelo General Dulac, perante a Escola Superior de Guerra.

"Para ganhar é preciso querer e ser inteligente."

REPRESENTANTE!

1. Prestígie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 51 anos a serviço da cultura militar.
2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a ele e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.
3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:
 - a) Se há assinante em débito com a Revista;
 - b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
 - c) Se o desconto mínimo em folha está sendo de Cr\$ 200;
 - d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
 - e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nosso preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.
4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO BLOCO OCIDENTAL

Pelo Prof. A. Guimarães Natal — Sociólogo

Todos sabemos, ou devíamos saber, que o Marxismo é doutrina de Economia Política com pretensões ao campo da Sociologia e que, criada por Marx e Engels, interpretada por Lênine e outros, teve a sua primeira experiência no seio do povo russo.

Contudo, apesar dos quatro decênios dessa "experiência", ainda não conseguiu se firmar nessa nação, conforme o figurino de Marx, modificado ou não; e sabemos, também, que êsse país, pouco a pouco se aproxima da Democracia, não podendo fazê-lo mais rapidamente porque a férrea ditadura existente na Rússia impede essa evolução mais célere em seu campo social.

Entretanto, mesmo como doutrina incapacitada como ciência, dado o fato de não atender aos principais requisitos necessários a qualquer obra sociológica, pois contraria as cinco leis bio-sociais fundamentais, *mesmo assim*, tem se difundido pelo mundo afora, tanto nos países subdesenvolvidos como em alguns enfraquecidos pela guerra. E, não fôsse o Plano Marshal, a Europa inteira, hoje, seria marxista, tal o estado de caos a que foi levada pela última Grande Guerra.

Como, pois, se explicar que uma doutrina que não obedece aos princípios básicos da Sociologia se difunda com tamanha eficiência por todos os recantos do mundo?

Simples é a resposta: em tôdas as nações desorganizadas, onde campeia o mal-estar social, o "meio" permite a infiltração de *qualquer doutrina*, mesmo falsa, mas que *apresente a esperança de melhores dias* para a massa popular.

Então, a perfeita e sistemática propaganda comunista entra em ação.

Nessa oportunidade, as classes pobres, mercê de seu mal-estar social, são hábilmente jogadas contra as classes mais desenvolvidas, provocando-se um estado de fermentação no seio das massas que, ao tornar-se maduro, explode como um tumor.

É chegada, então, a decisiva e final fase social do povo visado pelos vermelhos: os comunistas, em meio ao caos, se apossam do governo e dêle não saem mais...

Posteriormente, êsse mesmo povo, que ansiava pelo bem-estar a que tem direito, verifica o seu trágico engano, e é submetido a uma férrea ditadura, onde toda a liberdade desaparece, menos a de sofrer e a de ser escravo; onde o "paredon", a Sibéria, etc. se situam como "prêmio" ao triste engano em que se deixou cair...

Mas aí já é tarde demais para se tomar o caminho que o levaria à Democracia; e somente depois de muitos e muitos anos de sofrimento, de um sofrimento bem maior do que antes o afligia, é que esse povo poderá, muito vagarosamente, ir conquistando, de uma a uma, com muitas dificuldades, algumas das liberdades que, por ignorância e imprevidência, perdeu um dia.

Esse fenômeno social tem-se passado em muitas nações da Europa, da Ásia, da África e em uma da América: Cuba; estando a se preparar em outras, menos prudentes, que ainda se deixam minar, ativamente, pela propaganda comunista.

As Potências Ocidentais, lideradas pela grande Nação Americana, vêm enfrentando esse sério problema em todos os recantos do mundo, principalmente na América Latina, já bem minada, como se vê, claramente, principalmente depois que se instalou em nosso continente a cabeça de ponte cubana.

Mas, a que causa se pode atribuir tal fenômeno social? Se a "coisa" não presta, como tem aceitação?

É simples o conhecimento da causa dêsse fenômeno e de sua aceitação. O fator principal é o subdesenvolvimento, que acarreta o mal-estar social, em vez de seu bem-estar, como deveria ser.

Mas, as causas do subdesenvolvimento estão mais na desonestidade dos governantes das nações subdesenvolvidas do que em sua incompetência, estão mais na desorganização dessas nações do que na concorrência estrangeira.

Por outro lado, a propaganda vermelha, *excelentemente organizada*, com um terreno tão fértil ao seu progresso, aproveita-se, então, dessas vantagens mesológicas e vai solapando os frágeis e incipientes traços da Democracia em nascimento.

O absurdo *excesso de liberdade*, dado por uma *falsa interpretação dos princípios democráticos*, permite nesses povos o suicídio da própria Democracia. deixando que a propaganda marxista a mine de todas as formas.

A par disso, o nosso Bloco Ocidental vai perdendo, de um a um, os seus aliados de ontem; enquanto o Oriental se fortalece com os aliados conseguidos.

Habilmente, vai sendo cercada e enfraquecida a nossa grande Nação Líder, que é nossa mais forte cidadela contra a implantação do comunismo em todo o mundo.

Os Estados Unidos, apesar de gastarem imensas fortunas com os subdesenvolvidos, não resolvem, somente com isso, o problema marxista. Falta alguma coisa mais: *falta um sistema de propaganda da Democracia e que esteja à altura do entendimento dos povos subdesenvolvidos*, para que com tal sistema se possam combater eficientemente os resultados da e a propaganda comunista, tão perfeita em sua rudimentar maneira de se expor aos olhos dessas massas, rudimentarismo que é o único que está à altura do seu entendimento.

Que pensem os chefes da Democracia, antes que seja tarde demais.

ASPECTOS ATUAIS DA ENGENHARIA DIVISIONÁRIA

Ten-Cel Eng RÂUL MESQUITA
Inst Chefe do Curso de Eng da EsAO

1 — ESTRUTURA GERAL

O conhecimento da Estrutura Geral da Eng é necessário para bem entender o papel da Eng Div, porquanto a Eng, embora com vários ramos de atividades, tem uma interdependência de missões e a sua organização lhe dá uma estrutura que permite o cumprimento dessas missões ou trabalhos, dentro do escalão de comando a que pertence. Assim, vamos encontrar vários tipos de unidades, como:

CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES

Classificação	Divisionárias	Não Divisionárias	Construção	Topográfica e Camuflagem	Manutenção e Suprimento
CATEGORIA I	<ul style="list-style-type: none"> — BE Bld (Div Bld e Mec) — BE/DI — BE/Div Aet 	<ul style="list-style-type: none"> — Cmdo E. de Apoio Anfíbio — BE Cmb/Ex, C Ex e de Cmdo Missil — Cia E/Cmdo Missil Aero-Transp 	—	—	—
CATEGORIA II	—	<ul style="list-style-type: none"> — Cmdo e Cia Cmdo Bda E — Cmdo e Cia Cmd Gpt E — Cia Eq L — Cia Pnt Pa — Cia Pnt Flut 	<ul style="list-style-type: none"> — Cmdo e Cia Cmdo do Gpt E Cnst — BE Cnst — Cia Eq — Cia Cnst Ap 	<ul style="list-style-type: none"> — Btl Top de Ex — Cia Top de C Ex 	<ul style="list-style-type: none"> — Cia Mnt Ap Dto — Cia Eng REDSTONE — Cia P Sup — Cia Sup Agu

Classificação	Divisórias	Não Divisórias	Construção	Topográfica e Camuflagem	Manutenção e Suprimento
CATEGORIA III	—	—	— Cia Cam Bas — Cia Cnst Pôrto	— Btl Cmf — Btl To-Base	— Gpt Mnt Sup — Btl Dep — Cia Dep — Cia Mnt Pesada — Cia Dep Sobr — Cia Flo.

Observações :

1 — Além dessas, podemos ter outras Unidades. Há também equipes altamente especializadas, como: Cmdo e Administração — Manutenção e sobressalentes — Suprimentos Operações de equipamento — Bombeiro — de Construção — Serviços Gerais e Instalação Elétrica — de Topografia — de Informações.

2 — Algumas Unidades podem ser destacadas para apoiar a F Aé isoladamente ou em grupamentos, principalmente BE Cmb não divisionário e Unidades de Construção.

Com essa estrutura, está a Eng capacitada a cumprir missões, tanto em largura como em profundidade, dentro dos escalões (Div-CEX-Ex-ZA), pelo que, de modo geral, assim possamos expressar a sua missão:

Aumentar o poder combativo das forças em campanha, por meio de construções e destruições, principalmente as que facilitam o esforço ofensivo, ampliam a capacidade defensiva e melhoram as condições de bem-estar das forças em campanha.

2 — A DIVISÃO

- a — *Organização:* A nova Divisão (ROAD) possui uma organização mais ou menos fixa, no que diz respeito ao Cmdo e EM, apoios de combate, apoio logístico e reconhecimento, variando os tipos de unidades combatentes (Batalhões) que são orgânicos, permitindo ter-se: Div Infantaria — Div Mecanizada — Div Blindada e Div Aeroterrestre.

Eis o organograma:

- 1) A combinação das Unidades de Combate permite a diferenciação do tipo das Divisões. Assim:

DI — 8 BI e 2 BCC.

DB — 6 BCC e 5 BIB.

D Mec — 7 BIB e 3 BCC.

D Aet — 9 BI e 1 BCC.

b — Aspectos operacionais

1) A Div é apta para:

- Emprêgo nas operações terrestres, sob condição convencional ou nuclear, inclusive operações antiguerrilhas
- Operar como parte de uma força conjunta anfíbia
- Receber e controlar reforços
- Contrôlê de população inimiga
- Restabelecer e manter a ordem
- Emprêgo nas operações aeroterrestres
- Patrulhamento extenso
- Manter em serviço cêrca de 75% de seus próprios veículos e equipamentos

2) A Divisão não tem uma organização fixa para o combate, porquanto os seus meios permitem o seu emprêgo como uma força flexível de combinação de Armas. Ela pode ser empregada isoladamente ou sob o contrôlê de CEx ou Ex.

3) Dentro da Divisão o contrôlê é feito através de 6 (seis) QG: Div Art, 3 Brigadas e Cmdo de Apoio. Durante as operações normalmente são formados 5 grupos operacionais, como: Tropas Divisionárias (Art — Eng — Cav — Com — Aviação — Três Brigadas e o Cmdo de Apoio).

4) A Brigada, principal comando para o emprêgo de elementos básicos (Inf — Bld — Mecanizados), tem um comando fixo, permitindo o enquadramento de elementos de combate e de apoio ao combate como também de elementos logísticos.

Dentro da Brigada, é normal o emprêgo de Fôrças-Tarefas, à base de Batalhões ou mesmo de Cia.

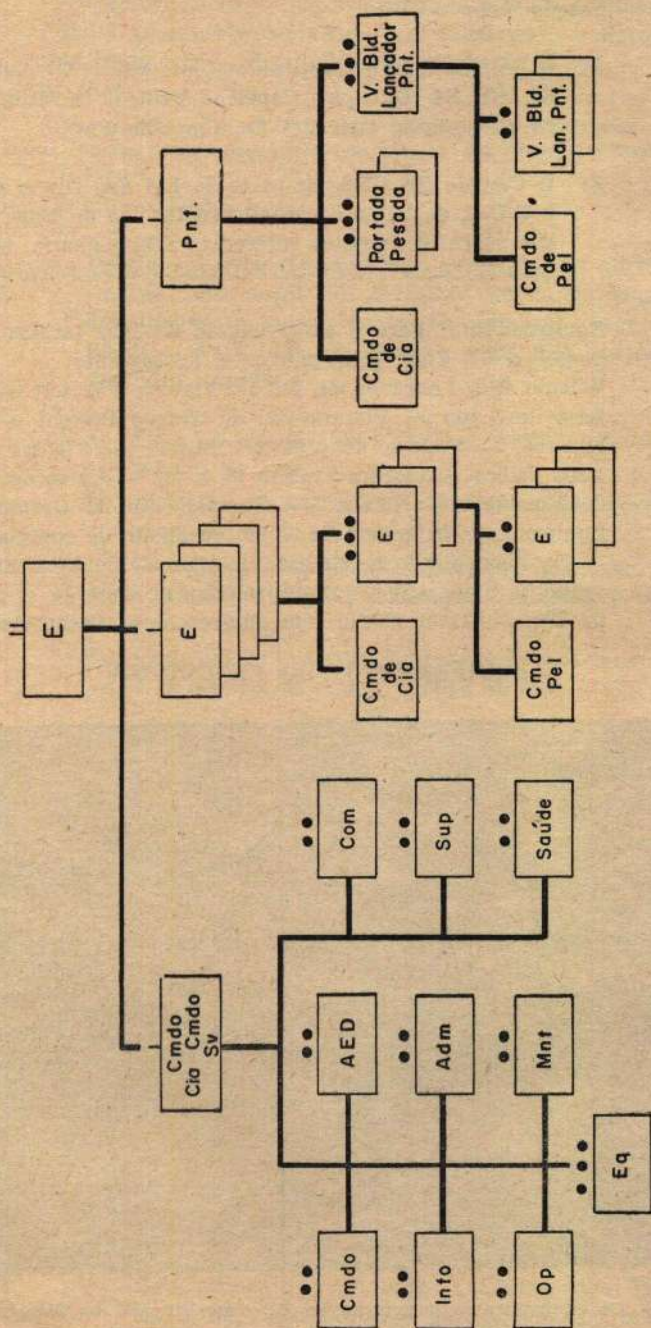
5) Fôrças-Tarefas, à base de Btl, Regimento de Cav ou mesmo de Cia, podem operar sôbre o contrôlê direto da Divisão.

3 — BATALHÃO DE ENGENHARIA DIVISIONÁRIO

a — *Organização*: Tendo em vista a simplificação organizacional da Div, a tendência seria, lógicamente, chegar-se a uma organização típica de Unidade de Engenharia Divisionária. Dentro da estrutura geral da ARMA, é uma unidade *Categoria I*, especialmente treinada, organizada e equipada para tomar parte nas missões de combate, através de construções e destruições, particularmente.

O organograma abaixo nos dá a exata idéla do BE Cmb/Div.

Obs.: Na Div Aet sômente existe 3 Cias E Cmb e não há Cia Pnt.

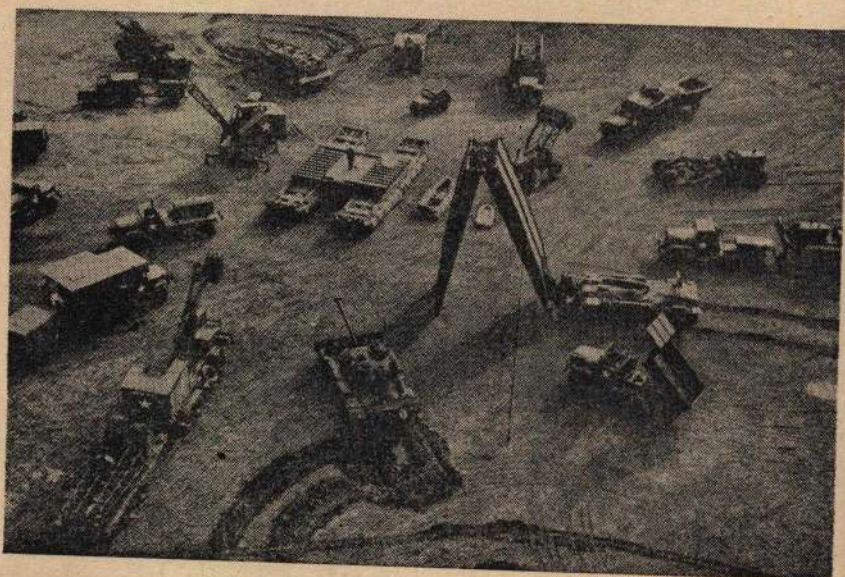


b — Estado-Maior

- 1) O EM/BE Cmb é constituído: Cmt, Assist/ED, Subcmt, S1, S2, S3, S4, Of Com, Capelão, Médico, Of Equipamento, Of G Química, Cmt Pel Eq, Cmt Cia Pnt.
- 2) O Cmt do BE Cmb faz parte do EM Esp Div e, como tal, é o Cmt da ED e o conselheiro técnico do Cmt e EM da Div sobre os assuntos referentes à Engenharia. O EM/BE Cmb assessora o Cmt, permitindo-lhe o exercício do Cmdo.

c — *Equipamento*: Para o cumprimento de suas tarefas técnicas, dispõe o BE Cmb, principalmente, do seguinte:

Veículo Bld, Lançador de Pnt — Viatura 2 ½ ton — Viatura Base de 5 ton — Viatura Bld de Transp Pessoal — Viatura Socorro — Viatura de Mnt 2º Escalão — Viatura Cisterna 1.200 galões — Viatura Tratora de 5 ton — Carro de Combate de Engenharia c/lâmina — Equipamento de Carpinteiro — Equipamento de destruição — Equipamento de energia elétrica — Equipamento de suprimento de água — Equipamento de desenho e topografia — Equipamento de detecção e marcação de CM — Trator médio com angledozer — Compressor de ar

EQUIPAMENTOS DO BE CMB/DIV

- Obs.: 1) Os equipamentos pertencem ao BE Cmb/Div Bld ou Mec, pois há o Veículo Blindado Transporte de Pessoal.
- 2) O material de Pnt é da Equipagem M4T6.

— Motoniveladora — Escavadeira — Viatura anfíbia de Pnt Assalto (é suporte conjugado com tabuleiro) — Portada leve tipo Infantaria — Semi-reboque leito baixo 25 ton — Material de Com.

Obs.: O Btl é 100% motorizado e 90% aerotransportado. As viaturas Bld de Transp Pessoal são de dotação das Div Bld e Mec.

d — Aspectos Operacionais

1) Missão — Aumentar o poder combativo da Divisão pelo emprêgo dos meios nos trabalhos gerais de Engenharia. Eventualmente tomar parte no combate, como ARMA BÁSICA. Para isso, êle cumpre, mais detalhadamente as seguintes missões:

- a) Estradas e Pontes para atender, estritamente, às necessidades da Div.
- b) Sistemas de Barreiras e Obstáculos, inclusive o emprêgo de explosivos atômicos;
- c) Construções Gerais e Instalações, tais como abrigos e instalação de PC, instalações logísticas e pistas de aterrissagem;
- d) Camuflagem, no que se refere a conselhos técnicos e assistência às demais tropas da Div;
- e) Topografia, referente a pequenos levantamentos e atualização de cartas;
- f) Informações de Engenharia para a Div e também dentro dos canais técnicos de Eng;
- g) Suprimento de água;
- h) Apoio às unidades das Armas, empregando pessoal e material, sob forma de Conselhos técnicos ou mesmo realizando trabalhos em benefício das mesmas.

2) Formas de Emprêgo — O BE Cmb emprega os seus elementos operacionais sob as formas clássicas:

- Apoio Direto — Apoio ao Conjunto
- Apoio Suplementar e Refôrço

3) Apoio do Escalão Superior — Compete à Eng do Escalão Superior apoiar a ED, sob um dos seguintes aspectos:

- Estabelecimento do Limite Avançado dos Trabalhos (LAT), de modo a liberar parcialmente ou totalmente a responsabilidade da ED.

- Realizando trabalhos específicos na Z Aç da Div.
- Reforçando a Div com novos meios.
- Combinando os processos acima.

4) Desdobramento dos meios

- a) O desdobramento dos meios é fundamentalmente dependente da organização para o combate da Divisão. Cada elemento operacional divisionário, empenhado propriamente no combate, deve receber o conveniente apoio de Engenharia. Esses apoios são estabelecidos dentro de uma dosagem básica, que é a seguinte:

— Brigada	— 3 Bel Eng
— R Cav Mec	— 1 a 3 Pel Eng
— BI ou BIB	— 1 Pel Eng
— BCC	— 1 a 3 Pel Eng
— Cia Inf CC ou Esq Cav Mec	— 0 a 1 Pel Eng

Essas dosagens sofrem alterações face à missão, terreno, condições meteorológicas, apoio do Escalão Superior, disponibilidades e inimigo.

- b) Dentro do BE Cmb são considerados operacionais:

- as Cias E Cmb com seus Pel
- Cia Pnt
- Pel Equipamento

Obs.: O menor elemento a receber missão tática é o Pel Eng.

- c) As Cias de Engenharia ou Pel, quando empregados em apoio a Brigadas ou Unidades, cumprem tôdas as missões de Engenharia para o escalão e o Cmt dessa Eng é o conselheiro técnico do Cmt do mesmo escalão.

A Cia E Cmb pode ser empregada em Ap Dto ou em Refôrço a uma Brigada ou a uma Fôrça-Tarefa e, geralmente, recebe reforços de equipamento (do Pel Eq), para trabalhos em estradas e de Elm de Pnts, quando necessários.

Os Pel da Cia E Cmb podem ser empregados centralizados ou descentralizados, dependendo do dispositivo adotado. O Pel E Cmb também pode ser reforçado com Elm de Pnt ou Eq Mecânico.

O Grupo de Operações deve ser empregado sòmente na execução de trabalhos e no âmbito do Pel; o emprêgo em missões independentes é eventual.

d) A Cia Pnt desdobra os seus meios para atender à Engenharia que apóia os elementos de combate empenhados, ou é empregada como um todo, em benefício da Divisão. Assim, para os elementos de 1º Escalão geralmente são dados Elemts de Pnts que asseguram o movimento e a Cia Pnt (—) fica sob o controle do Cmt do BE Cmb. O melhor elemento a ser empregado com o 1º Escalão é o Veículo Blindado Lançador de Pnt (Conjugado Viatura — Pnt), que permite vencer vãos até 18 metros para Pnt Classe 60 t. O Material de Pnt destacado para apoiar Unidades ou Brigadas deve ficar sob o controle da Eng que apóia aquelas Unidades, pois a missão do pessoal é transportar e manter o material de Pnts. O emprêgo do pessoal de Pnt em outras missões, mesmo de construção de Pnt, é eventual.

e) As possibilidades da Cia Pnt são:

- 144 metros Pnt classe 60 (Pnt Móvel de Assalto)
- 2 Pnts 72 metros Classe 60
- 4 Portados Pesados Classe 60 (48 metros cada)
- 4 Veículos Bld Lançador Pnt (6 elementos Pnts com 18 metros, Classe 60, cada)
- Material leve que permite empregar: 18 botes de assalto, duas Portadas de 4 Pontões Classe 12, Pnt leve Classe 11 t, com 28 metros; 8 botes equipados com motor de pôpa.

Obs.: A Cia de Pnt pode ser equipada com outro material, principalmente M4T6 Classe 50.

f) Após os elementos operacionais serem destacados para apoiar os elementos de combate, sob a forma de Apoio Direto ou Refôrço, compete ao restante da ED, isto é ao BE Cmb (—) fazer o Apoio ao Conjunto, em benefício da Divisão e ainda prestar apoio suplementar, quando necessário.

g) O Pel de Equipamento é apto ao emprêgo em trabalhos que exijam grandes rendimentos.

Pode ser empregado como um todo, isoladamente, ou reforçando uma Cia de Engenharia, geralmente em Apoio ao Conjunto. Algumas de suas máquinas podem reforçar a Engenharia que apóia as Unidades. Quando empregado isoladamente, em trabalhos de retaguarda, deve receber reforços de mão-de-obra e viaturas basculantes.

- h) A Cia de Cmdo e Serviços presta o apoio logístico e administrativo ao BE Cmb. É ela que fornece o pessoal para a instalação e funcionamento de PC, bem como instalação e exploração dos meios de comunicações. O seu emprêgo em outras missões é eventual.
- 5) Desdobramento do PC. A localização do PC/BE Cmb é função do desdobramento do PC/Div. Assim, junto ao PC da Divisão deve ficar o PC do BE Cmb e junto ao PCR, ou nas suas proximidades, o Esc Recuado do BE Cmb. Caso a Div se articule em três escalões de PC, isto é, PCA (tático), PCP e PCR, o BE Cmb também desdobra os seus elementos junto aos mesmo.
- Dêsse modo, podemos ter o PC/BE Cmb articulado:

a) Em dois escalões:

- PC (junto ao PC/Div): Cmt, Subcmt, AED (no PC/Div), S1, S3, Of Rec, Of GQ, Of Com, Of Eq Eng, médico, Cmt Cia Cmdo e Cmt Cia Pnt.
- Esc. Recuado do BE (junto ao PCR/Div): S4 (Responsável pelo Escalão Recuado), Of Mnt, Aux Com, Cmt, Pel Eq, Capelão, Subcmt, Cia Cmdo Sv.

Obs.: O Esc Recuado fica na área de Sv/Div sob o controle do Cmdo de Apoio da Divisão. Os Cmts da Cia Pnt e do Pel Eq permanecem com seus elementos, exceto quando necessários nos PC.

b) Em três escalões:

- PCA (junto PCA/Div): Cmt, AED, S2, Assist S3, Of Com, Of Rec, Cmt Pel Pnt ou Subcmt Cia Pnt.
- PC (junto PC/Div): Subcmt, AED (quando não estiver no PCA), S3, Of GQ, Aux Com, Subcmt, Cia Cmdo Sv, Cmt Cia Pnt, Of Eq Eng, médico.
- Esc Recuado: S4, Cmt Cia Cmdo Sv, Of Mnt, Cmt Pel Eq e Capelão.

4 — ALGUMAS OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- a — Vemos que, estruturalmente, a organização do BE Cmb/Div pouco alterou, porquanto foram mantidos os órgãos operacionais e logísticos. Também isso observamos dentro das Cias (Cmdo Sv e de Eng). Houve o acréscimo da Cia Pnt, que somente era previsto no BE/DB. Entretanto, a uniformidade da organização, isto é, pessoal fixo, variando algum material é considerado como simplificação, que poderá mesmo evoluir, no futuro, para o tipo único, com pessoal e material idênticos para todas as divisões.

- b — Para atender às condições nucleares da guerra, exigindo rapidez, dispersão e proteção, deveremos ter os meios adequados para o apoio de Engenharia, proteção da tropa e exercício do Cmdo.

É importante ressaltar a responsabilidade da Engenharia no que se refere ao emprêgo do explosivo atômico, como meio de destruição e interdição, pois lhe cabe q manuseio desse explosivo nas operações.

Com isto, há encargos de EM e missões à tropa. O ED, como oficial de EM, é o conselheiro técnico do Cmt e EM Div para a análise de alvos e ainda:

- Influência dos explosivos atômicos nas operações táticas
- Locais selecionados.
- Tipos de explosivos, dados sôbre crateras e localização do Ponto Zero.
- Estimativas de efeitos
- Medida de Segurança
- Hora de explosão e meios de detonação.

- c — Dentro do EM:

- O S3 estabelece o plano para o emprêgo do explosivo atômico e coordena a segurança com o S2 e transporte e armazenamento com o S4.
- O oficial QBR (Adj S3) é também o oficial do EM Especial, sendo, portanto, o conselheiro técnico para as operações químicas, bacteriológicas e radiológicas.
- A tropa executante, isto é, que instala e aciona o dispositivo, é especialmente treinada para isso. A princípio, designava-se uma equipe de valor Pel de Engenharia. Hoje, em princípio, em cada Cia há um Pel especialmente treinado, sendo mesmo admissível que todos os Pel Eng sejam instruídos nesse mister.

5 — CONCLUSÃO

O Btl de Engenharia Divisionária é uma Unidade equilibrada e padronizada, permitindo o apoio normal a tôdas as operações divisionárias. Sempre que necessário, deve receber apoio do escalão superior.

É uma Unidade especializada, treinada para o emprêgo a que se destina, isto é, como arma de apoio e como tal deve ser empregada.

- Possui elementos que possibilitam o emprêgo nas operações, bem como manter o apoio administrativo e logístico.
- O seu EM permite o exercício do Cmdo e ainda trabalha tècnica-mente para o EM da Div, através do ED, que é o Cmt do Btl.

- Os encargos de Serviços de Engenharia são reduzidos dentro da Divisão. O suprimento de cartas e material padronizado é afeto ao Btl Suprimento e Transporte e a manutenção do material está a cargo do Btl Manutenção.

Fontes de Consulta:

F M 5 — 135

F M 5 — 1

T M 61 — 100

T E 5 — 01 (ECEME)



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

EVOLUÇÃO DAS ARMAS DE FOGO

Maj Inf JOÃO CHAVES DE CARVALHO

("Jornal do Exército", Portugal, Junho e Julho de 1965)

APRESENTAÇÃO

EVOLUÇÃO DAS ARMAS DE FOGO — evolução da própria Guerra — porque, em síntese, ela depende das Armas que se utilizam, de seu alcance, de seu poder de destruição, da mobilidade do material, da mobilidade e da precisão do tiro... Entretanto, o estudo, simplístico e isolado, do armamento, não concede, a quem a ele se entrega, o sentido da evolução da Guerra — por ele proporcionada. Não notabiliza os principais efeitos; não revela a íntima razão de determinados êxitos políticos na História dos povos; não permite que se desvendem várias das causas internas, ocultas, da mesma História. O muito interessante artigo do Major de Infantaria de Portugal JOÃO CHAVES DE CARVALHO, a par de objetivo, alia a evolução aos fenômenos psicossociais, os políticos, os subjetivos. E, sobre tal aliança, muito ainda poderíamos dizer — para montagem de livros — e o distinto Major português o faz com inteligente concisão. E-nos, todavia, feito, já que disso nos ocupamos, colocar em pauta um exemplo muito chegado ao Brasil: a ação dominante de Portugal na Índia, entre Vasco da Gama e Albuquerque, o Terrível. Do à-vontade com que Vasco chega a Calicut, bombardeia a cidade, destrói navios, causa o pânico e domina uma região territorial com as guarnições de duas únicas caravelas. E Albuquerque dilatando, à base da bala dos canhões que possui, o domínio lusitano ali. Também: há pouco mais de um século, 1852, em Caseros, quando nosso pequeno contingente de mercenários alemães, usando a espingarda Dreyser, com cerca de 200 metros de alça, domina, pelo fogo, o centro de Rosas, e o aniquila e abre, em consequência disso, uma brecha no dispositivo argentino. E, tudo isso, porque a Artilharia do ditador Rosas lança, com tiro lento, projéteis de alcance menor, acontecimento histórico que mostra uma razão de superioridade de fogo, encontrada na diferença de alcances. Assim encarando a **EVOLUÇÃO DAS ARMAS DE FOGO**, o ilustrado Major CARVALHO condensou, nas poucas linhas de um artigo, tudo o que, de essencial, existe na História da evolução técnica do armamento portátil. Aconselhamos, do presente artigo, a leitura, o estudo, a análise, a anotação e a transferência da aprendizagem ainda em tão proveitosa leitura militar especializada.

Cel J. V. PORTELLA F. ALVES

As origens da pólvora são muito imprecisas, havendo notícia da existência de produtos inflamáveis que datam do século VII, importados da Ásia, e que foram utilizados pelos gregos e cruzados, em princípios do século XIII.

Parece, contudo, que a pólvora, como substância química explosiva e com a aplicação na balística, será devida ao inglês Roger Bacon, que viveu de 1214 a 1292 (século XIII), ou ao frade alemão Berthold Schwartz, que a teria descoberto cerca do ano de 1354 (século XIV).

No entanto, um dos primeiros documentos relatando o uso de uma arma de fogo é árabe e data de 1304, apesar de a tradição assinalar como tendo sido na batalha de Crécy, em 1246, que se teria feito pela primeira vez o emprêgo da arma de fogo no campo de batalha.

É um fato, porém, que no século XIV se chegou ao emprêgo prático da pólvora negra para lançamento de projéteis, assinalando-se neste século a utilização das bombardas, dos arcabuzes, dos canhões de mão e de uma arma constituída por determinado número de canos montados sobre um eixo e com duas rodas ("ribaudequin"), e que se pode considerar como a versão mais antiga duma metralhadora.

Em Portugal assinala-se pela primeira vez a presença de uma arma de fogo, em campo de batalha, em 1385, na Batalha de Aljubarrota, com o aparecimento dos Trons espanhóis.

As primeiras armas de fogo empregadas pela infantaria foram não só imprecisas como muito pesadas, apresentando ainda vários outros inconvenientes, que as tornavam de difícil utilização, nomeadamente no que respeita ao sistema de inflamação da pólvora como carga propulsora. Para o atirador fazer partir um tiro, era necessário utilizar uma mecha previamente acesa, com a qual se comunicava o fogo a uma pequena porção de pólvora, que servia de *escorva*. Como exemplo destas armas podemos tomar o *arcabuz*.

Só nos princípios do século XVI a arma de fogo começou a ser realmente utilizável com eficiência, após a invenção da *çaçoleta* e do *porta-morrão*.

A *çaçoleta* era constituída por um recipiente lateral, que veio a ter uma tampa e no qual era introduzida a pólvora de *escorva*. Ficou assim resolvido o inconveniente de a *escorva* cair com os movimentos do atirador e de se molhar com a chuva. A *çaçoleta* comunicava com a carga propulsora por meio de um orifício chamado *ouvido*, através do qual era transmitido o fogo da *escorva* àquela carga.

O *porta-morrão*, constituído por uma alavanca, que sustinha numa das extremidades o *morrão*, era manejável pela mão direita do atirador, sem que êste deixasse de apontar a arma; ao ser acionado no momento em que o atirador desejasse, ia encontrar a pólvora contida na *çaçoleta* — a *escorva* — e o fogo, passando através do *ouvido*, inflamava a carga propulsora.

Nos princípios do século XVI, as armas de fogo portáteis tinham calibres à volta de 18 mm, que aliás se mantiveram até cêrca de 1850, e um alcance máximo da ordem dos 200 metros. A sua velocidade de tiro era muito fraca, em virtude de o sistema de inflamação ser moroso e falível. Só nos princípios do século XVII se obtém uma melhoria sensível nas armas de fogo com a invenção do *fecho de roda* — solução do relojoeiro alemão Kiefus — e, depois, do *fecho de sílex*.

O *fecho de roda* era constituído por um sistema que permitia a uma *pederneira* ser levada ao contato com uma roda serrilhada, que, por ação de uma mola tipo relógio, previamente enrolada pelo atirador por meio duma pequena chave, adquiria movimento de rotação, provocando uma faísca que inflamava a *escorva* contida na *caçoleta*. O atirador, acionando o gatilho, podia fazer iniciar ou terminar aquele movimento.

O *fecho de sílex* era constituído por um sistema que fazia roçar enérgicamente, por ação de uma mola, uma *pederneira* numa peça metálica — o *fuzil* — que simultaneamente servia de tampa à *caçoleta*. Pela ação do atirador no gatilho, o *cão*, impulsionado pela mola laminar, que prende entre os seus *dentes* a *pederneira*, solta-se e esta fere o *fuzil* produzindo-se a faísca, ao mesmo tempo que, por movimento de rotação do *fuzil*, a *caçoleta* fica aberta, dando-se então a inflamação da *escorva*.

É interessante notar que este último sistema deu origem a que, no Brasil, a palavra *fuzil* substitua normalmente a palavra portuguesa *espingarda*.

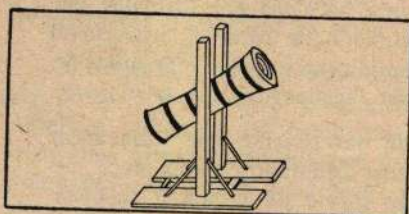
Também nesta época surge o *cartucho*, que constitui outro grande melhoramento, não ainda com a forma corrente de hoje, mas sob uma forma de transportar, reunido num cartucho de papel, tudo o que era necessário à execução de um tiro; bala, *escorva*, pólvora e bucha. O atirador tinha de rasgar, com os dentes, o papel e depois carregar a arma com o material contido no cartucho. Portanto este melhoramento consistia fundamentalmente em libertar o atirador da perda de tempo que representava a reunião de todos os elementos necessários a um tiro, transportados em recipientes distintos.

Chegamos a 1777 com uma arma de fogo para a infantaria que ainda usa projéteis esféricos, com cerca de 27 gramas de peso, de calibre 17,5 mm, uma velocidade inicial de 450 m/s, um alcance eficaz de 250 metros e uma cadência de dois tiros por minuto. No entanto, a precisão deixava muito a desejar, e para se fazer uma idéia bastará referir que a 200 metros um atirador normal podia falhar dois tiros em três, num alvo constituído por uma casa de dois andares...

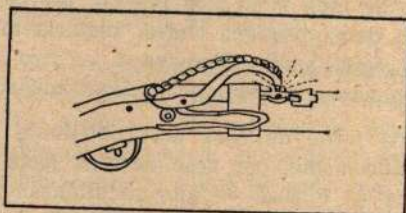
Só no século XIX, cerca de 1820, aparecem três melhoramentos revolucionários na arma de fogo portátil: a *escorva* de percussão, as estrias e o carregamento pela parte posterior do cano.

É por aquela data que nas armas de caça aparecem as *escorvas* de fulminato de mercúrio que, percutidas por um *cão*, provocariam o fogo necessário à explosão da carga propulsora.

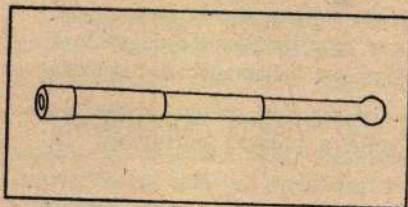
As estrias já anteriormente tinham sido experimentadas, mas sem resultados satisfatórios, por o carregamento se fazer pela boca do cano e surgirem problemas de ajustamento entre o projétil e o cano. O estriamento, como meio de se conseguir a estabilização do projétil no ar, está intimamente ligado ao carregamento pela parte posterior do cano, chamado carregamento pela culatra.



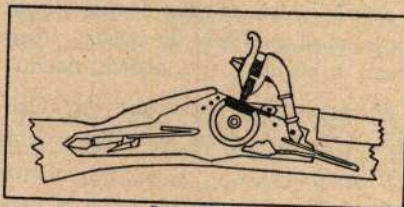
Bombarda



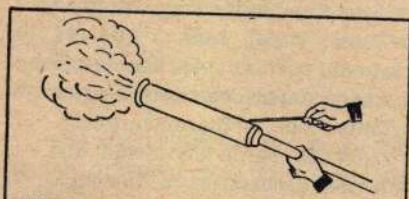
O porta-morrão e a caçoleta



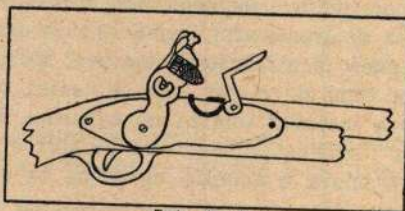
Bombarda



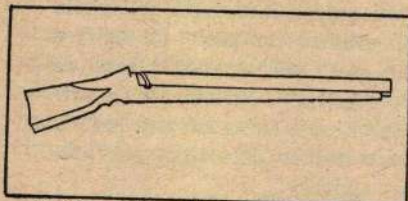
Fecho de roda



Canhão de mão



Fecho de sílex

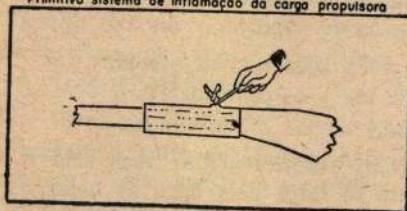


Arcobuz, na mais primitiva das suas formas

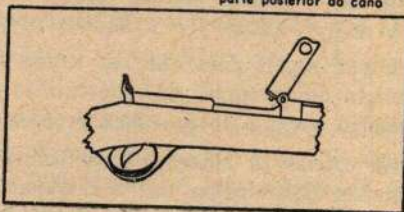


Fecho de percussão. Escarvade fulminato de mercúrio

Primitivo sistema de inflamação da carga propulsora



Um dos primeiros tipos de arma de carregamento pela parte posterior do cano



Como não podia deixar de ser, a evolução da arma e a do projétil estão intimamente ligadas, e assim, quando se adota o estriamento também se adota em definitivo o projétil oblongo.

A primeira e verdadeira arma de guerra, de carregamento pela culatra, é adotada em 1844, numa invenção do prussiano Dreyse, antigo operário de Pauly, tendo sido este o inventor duma espingarda de carregamento pela culatra e estriada, mas que foi rejeitada por permitir uma grande fuga de gases.

Os aperfeiçoamentos vão-se seguindo até que, em 1880, Vieille inventa a pólvora coloidal, que permitirá uma grande evolução nas armas e nas munições, passando estas a apresentar muito menores calibres.

Esta tendência de redução de calibres acelera-se com o aparecimento das armas de repetição, cuja realização só foi eficiente com o aparecimento dos *fechos de percussão*, pela utilização de fulminato de mercúrio, e depois de se ter conseguido a unidade do cartucho metálico.

As primeiras armas de repetição adotadas foram as carabinas COLT, em 1840, a HENRY AND SPENCER, em 1860. e a WINCHESTER, em 1862, que apareceram na América do Norte durante as lutas entre brancos e índios.

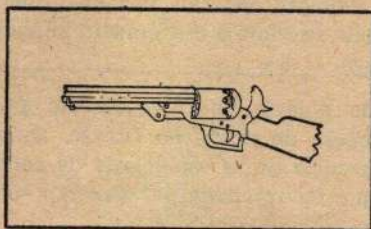
É de fazer notar que a arma de repetição, ou seja preparada para fazer muitos tiros seguidos, de que há notícia mais remota, é de invenção de ZURKINDEN, em 1584, mas, nas experiências realizadas, não provou, tendo-lhe rebentado o cano e ferido muitas pessoas. Esta arma era bastante semelhante à carabina COLT de 1840, mas, como é evidente, não dispunha de *fecho de percussão*, pois naquela época ainda se não conhecia o fulminato de mercúrio.

No entanto, na Europa, não foram adotadas as armas de repetição, que eram consideradas curiosidades. Só o conflito de 1877-78, entre russos e turcos modificou aquele ponto de vista, quando na batalha de PLEWNA os turcos, empregando aquelas armas, infligiram perdas enormes aos russos.

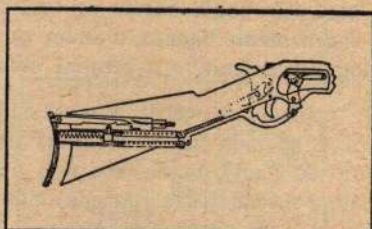
Em face deste fato, a arma de repetição ganhou a sua inscrição na "ordem do dia" de todos os países.

Como era de prever, começam a surgir na Europa as armas de repetição e, assim, em França, em 1886, aparece a famosa espingarda LEBEL, de calibre 8 mm, e a fábrica STEYR, lança a também famosa KROPATCHEK, que, como a espingarda anterior, utiliza o sistema de depósito ao longo do fuste, assim como aparecem alguns modelos providos de depósitos no coice, como sistema de conseguir a repetição.

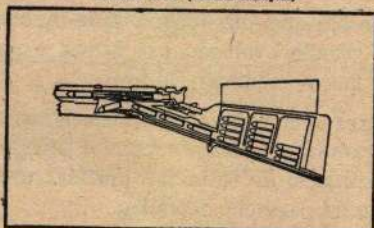
Pelos inconvenientes que apresentavam, nomeadamente por provocarem um sensível deslocamento do centro de gravidade da arma, aqueles sistemas foram sendo postos de parte e substituídos pelo sistema de *depósito central*, fixo ou amovível, situado por baixo da caixa da culatra.



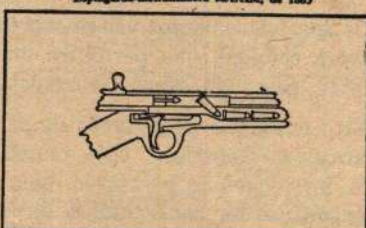
Carabina COLT (câmaras múltiplas)



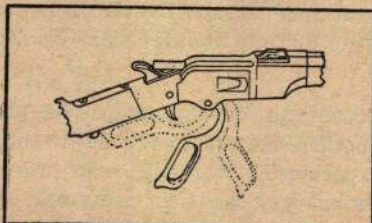
Espingarda-metralhadora MAXIM, de 1883



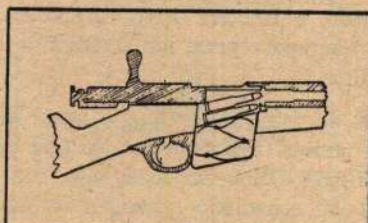
Carabina SPENCER (depósito no coice)



Espingarda com depósito ao longo do fuste



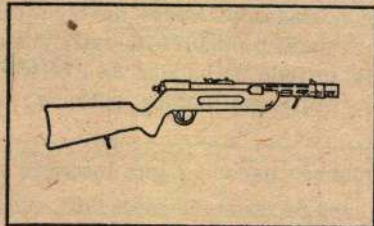
Carabina WINCHESTER (depósito ao longo do fuste. Movimento da culatra comandado por uma alavanca-guarda-mato)



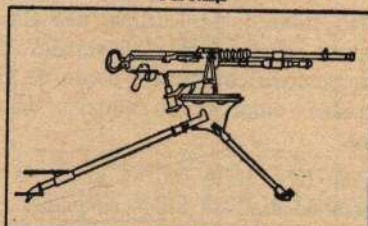
Espingarda com depósito central

Pistola-metralhadora BERGMAN MUSHETE, de 1918, construída por Hugo Schmeisser

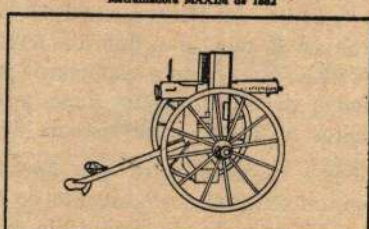
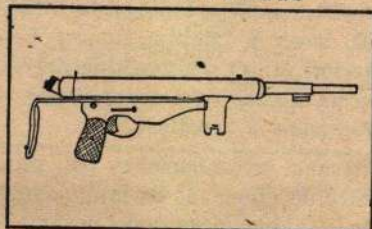
Metralhadora HOTCHKISS (francesa). Utilizada na Guerra de 1914-18, pelos Exércitos dos E. U. A., da Inglaterra, do Japão e da França



Pistola-metralhadora F. B. P. de 1948



Metralhadora MAXIM de 1882



O tipo de arma com depósito central fixo já esteve generalizado na guerra de 1914-18 e mantém-se nos nossos dias.

A adoção das armas de repetição provocou várias teorias no respeitante ao consumo de munições, o que já se verificara quando no século XVII se adotaram os fechos de sílex e voltou a verificar-se quando se generalizaram as armas automáticas.

Apesar do grande sucesso causado pelo aparecimento da primeira metralhadora em 1882, da invenção de MAXIM, a maior parte dos exércitos europeus teve relutância em adotar aquela arma, provavelmente pelo já referido problema do consumo de munições.

Com os ensinamentos colhidos na guerra russo-japonesa, sobre a eficácia das metralhadoras, as grandes potências generalizaram o seu emprego. Primeiramente adotaram metralhadoras cujo peso estava compreendido entre os 50 e os 60 kg, o que lhes limitava a mobilidade e as tornava fundamentalmente armas defensivas.

A guerra de 1914-18 confirma categoricamente o emprego das metralhadoras e de tal forma que a tática se modifica, adaptando-se ao seu real poder defensivo. Continuam, contudo, a ser armas com pouca mobilidade e, como tal, impróprias para o combate ofensivo, a não ser na sua preparação.

Por outro lado, dada a generalização das metralhadoras, tornou-se necessária uma arma automática para, na ofensiva, neutralizar aquelas.

Daqui a necessidade de utilizar e aperfeiçoar as espingardas-metralhadoras e metralhadoras-ligeiras, que, embora estudadas e realizadas antes da guerra de 1914-18, foram abandonadas perante o sucesso alcançado pelas metralhadoras-pesadas. Entre elas conta-se a espingarda-metralhadora MAXIM, parece que fundamentada na carabina WINCHESTER, utilizando o sistema de automatismo em que recua toda a arma, recuo este que vai acionar a culatra por intermédio de uma alavanca guarda-mato.

Depois da guerra de 1914-18, verificam-se grandes progressos técnicos nas armas automáticas, especialmente no que diz respeito à segurança de funcionamento e ao aumento da cadência de tiro.

Também após aquela guerra, surge a *pistola-metralhadora*, pois que as metralhadoras-ligeiras são pouco próprias para o combate a curtas distâncias, especialmente quando for necessário o tiro marchando, e para o combate no interior de bosques ou povoações.

Quase a par da pistola-metralhadora, aparece a carabina automática, que apresenta como vantagens sobre a primeira uma maior precisão e um maior alcance mas que, nos primeiros modelos, apresentava a desvantagem de uma menor cadência de tiro, pois eram armas semi-automáticas, isto é, só faziam o tiro a tiro. Esta desvantagem fundamentava-se na impossibilidade de estas armas poderem possuir um cano suficientemente espesso para absorver o calor proveniente do atrito do projétil ao per-

correr o cano ou um sistema de arrefecimento do cano, o que iria tornar a arma muito pesada, uma vez que êste teria de ser bastante mais comprido do que o das pistolas-metralhadoras, justamente para que tivessem uma maior precisão.

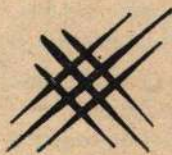
Hoje todos os países adotam as carabinas automáticas, que têm beneficiado de vários aperfeiçoamentos, que, contudo, não eliminaram ainda o inconveniente do aquecimento do cano, pelo que se verifica estarem estas armas organizadas de modo a poderem executar tanto o tiro semi-automático como o tiro automático, havendo sempre a preocupação de limitar a utilização desta última modalidade de tiro.

Os E.U.A. adotaram durante a segunda guerra mundial, de 1939-45, uma carabina automática que tinha a característica especial de apresentar um reduzido pêso, cêrca de 2,300 kg, mas que era pouco robusta.

As espingardas ou carabinas automáticas em uso atualmente nos vários exércitos do mundo apresentam um pêso idêntico às espingardas de repetição, comprimentos de cano que lhes permitem um bom alcance e uma boa precisão, e boa robustez e o seu aspecto é semelhante às referidas espingardas de repetição.

Muito resumidamente, é esta a evolução da arma de fogo, desde a invenção da pólvora até aos nossos dias, embora apresentada em sentido determinado, pois não se considerou a evolução que nos levaria às armas de tiro curvo, lança-granadas-foguete, canhões sem recuo, todo o material de artilharia, etc.

Se bem que tôdas as armas de fogo evoluam a partir dum ponto comum, cada um tem a sua evolução própria, conforme o fim específico a que se destinam.



VOCÊ QUE JÁ É ASSINANTE, faça mais um assinante para **A DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCÊ.

O SERVIÇO NACIONAL

Relatório sobre o 1.º ano de execução do Serviço de Defesa — pelo Inspetor desse serviço, General GENEREY — “Revue de Défense Nationale”, agosto-setembro de 1964. Trad. do Mal R1 ARMANDO PEREIRA DE VASCONCELLOS.

APRESENTAÇÃO

UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO

Assíduo leitor da conceituada REVUE DE DÉFENSE NATIONALE, editada na França, deparei com uma série de artigos muito interessantes, publicados em números de 1964, versando assunto que reputo da mais alta relevância para a Segurança Nacional.

Com a devida autorização da ilustrada direção da mencionada revista, propomo-nos a divulgar pelas páginas da nossa querida “A DEFESA NACIONAL” alguns desses magníficos trabalhos, dado o interesse especial que julgo possa despertar o tema focalizado — a MOBILIZAÇÃO CIVIL.

Os artigos que me permiti selecionar para oferecer ao estudo e discussão dos estudiosos, espero e muito me alegraria, que possam motivar proveitosos e amplos debates, aos quais, certamente, não faltará a inteligência, a experiência e o entusiasmo de quantos se interessem por ele, por força de responsabilidade funcional ou simples curiosidade, ao travar contato com tão complexo e difícil problema, o qual não deve nem pode ficar confinado ao âmbito restrito dos órgãos técnicos especializados, mas interessar ao maior número de concidadãos. Entre nós infelizmente o assunto é tratado com certa reserva e sem merecer maior atenção, talvez por falta de oportunidade para cogitar desses estudos, especialmente no meio civil, por certo esquecido de que a Segurança Nacional não é mais tarefa exclusiva dos militares... Por conseguinte, a sua divulgação pelos diversos setores da atividade nacional, englobando os vários campos específicos de âmbito político, econômico, psico-social e militar, torna-se um imperativo da segurança e condição irrefutável para sua perfeita compreensão, sem o que a cooperação imprescindível de todos ficará dificultada, com grave prejuízo para o eficiente rendimento de qualquer sistema funcional.

A gloriosa França, de cuja civilização herdamos a base de nossa formação profissional e cultural, tem uma luminosa tradição e uma experiência vivida na heróica e cruenta luta que sempre sustentou em defesa da liberdade democrática dos povos na sua evolução histórica, as quais não podemos desprezar, particularmente porque sua valiosa bibliografia encerra um manancial inesgotável de ensinamentos que precisam ser estudados e meditados, consoante os fatores circunstanciais de tempo, espaço e meios que influenciaram os acontecimentos, a fim de que, assim dimensionados, possam ser confrontados com os que nos poderão apresentar também outros centros culturais de grande interesse.

Os artigos mencionados são os seguintes:

- o SERVIÇO NACIONAL — Pelo Inspetor General GENEREY — N.º da Revista de outubro de 1964 (1)
- a MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA — em 2 partes — Por Mr. MICHEL LOMBARES — N.º da Revista de Agô-Set de 1964 (2)

(1) Neste número.

(2) A publicar no próximo número.

O mérito desses trabalhos está no fato de refletirem uma experiência vivida nas mais duras contingências, de forma que as observações e conclusões, que deles possam fluir, poderão, na justa medida, influenciar a nossa evolução, cujos métodos e processos de estudo, doutrinariamente, precisam modernizar-se e adequar-se às nossas peculiaridades e estágio de desenvolvimento.

As bruscas mutações que se operam no quadro conjuntural das relações internacionais são, sem dúvida, reflexos do maravilhoso progresso alcançado pela ciência e pela tecnologia de que se vão beneficiando constantemente os meios materiais disponíveis a serviço do homem, os quais já deram nova dimensão às distâncias, com o desenvolvimento surpreendente do fator velocidade, possibilitando já ao homem projetar-se no espaço sideral cujos mistérios vai desvendando com relativa facilidade e segurança. Na sua ânsia incontida de domínio o homem moderno vai abrindo constantemente novos horizontes à ampla investigação nos diversos campos do conhecimento humano, com o que se torna cada vez mais complexo e difícil o acesso a eles para os povos de fraco índice de desenvolvimento. Todo esse progresso se vai operando em um lapso de tempo tão curto que parece não mais surpreender à percepção do homem comum.

Essas considerações nos conduzem a ter que encarar com objetividade e realismo esses problemas, subordinando as soluções plausíveis aos exatos limites de nossas possibilidades efetivas de — PODER SER — A escala com que se medem é ditada pelo grau de desenvolvimento atingido pela nação que lhe dá capacidade para agir e reagir dentro da potencialidade relativa e progressivamente crescente dos instrumentos de ação, tornados disponíveis, e pela inelutável determinação do povo de impulsioná-lo vigorosamente no rumo de seus objetivos, a despeito dos antagonismos que possam contrariá-la.

O problema da segurança nacional, dentro desses condicionamentos, precisa ser compreendido na sua caracterização geral e peculiar a cada nação considerada, à luz de seus objetivos nacionais, e das circunstâncias decorrentes da situação conjuntural, em determinado período. As soluções, necessariamente, devem variar em cada caso, considerada a diferenciação de condições existenciais, possibilidades de meios, cultura e desenvolvimento atingidos, tradições e recursos naturais que representam as peculiaridades de cada nação quanto a sua capacidade de realizar e defender-se.

O essencial no trato desse problema está na capacidade de assimilação de suas finalidades, na metodologia a observar na análise dos fatores condicionantes, nas suas implicações na vida interna e no quadro das relações internacionais em vista do jôgo permanente de interesses que quase sempre não se conciliam com os de outras nações produzindo choques e conflitos de extensão e intensidade variáveis. Só então, será possível promover as adaptações convenientes a sua aplicação. Esse tem sido o desafio permanente à capacidade intelectual do homem no processo inexorável da evolução histórica dos povos.

Que o leitor amigo releve a minha ousada tentativa de procurar um debate responsável sobre assunto tão transcendente, mas vital para a vida nacional, recompensando-me com sua benevolente atenção e fornecendo novos subsídios ao ensino do exame da matéria versada nos artigos que a seguir reproduziremos, com a devida vênia de seus autores renomados.

Tendo em vista a doutrina de Segurança Nacional que a benemérita Escola Superior de Guerra vem porfiando, com indiscutível autoridade, por estabelecer entre nós, convidaria aos leitores fixar certos conceitos e terminologia já consagrados por ela, a fim de bem compreender e assimilar as idéias ventiladas nos artigos em pauta.

Com o término da 2.ª Guerra Mundial, como sói acontecer após um conflito armado de proporções consideráveis, os estudiosos debruçaram-se sobre os volumosos arquivos para pesquisar, no documentário mais idôneo, dados e informações autênticos sobre atos e fatos ocorridos durante os acontecimentos e que decorreram de decisões, tomadas por

força das circunstâncias para confrontá-las com as que resultaram das diretrizes do governo em que se basearam os planejamentos em vista dessa eventualidade. O planejamento da Segurança Nacional baseia-se nas Diretrizes Governamentais, decorrentes da Política de Segurança Nacional que lhe fixa os objetivos e obedecem a uma técnica específica capaz de lhe dar expressão e dinamismo em determinado período conjuntural. Por isso mesmo, ele varia para cada Estado, (embora sujeito aos condicionamentos dos acordos de segurança regionais de coalizões), por força da diversidade de interesses em jogo, expressos nos respectivos objetivos nacionais e da concepção estratégica formulada em função do pensamento político-militar dominante na época considerada, além dos fundamentos doutrinários estabelecidos de acordo com as peculiaridades de ser e de viver de cada povo e de suas determinações de agir para a consecução do bem comum.

Que dessa iniciativa possam surgir ensinamentos valiosos e úteis às nossas preocupações e atribuições funcionais como órgãos interessados e responsáveis por um dos setores importantes da Segurança Nacional, são a melhor recompensa que aspiro.

Mal ARMANDO P. VASCONCELLOS

A — HISTÓRICO DO PROBLEMA

1 — Na França, ele foi imposto no final da 2.^a Guerra Mundial.

Em 1947, o Gen DE LATTRE DE TASSIGNY lançou a idéia do serviço nacional, ao pronunciar uma conferência na Escola de Estado-Maior de França, quando afirmou:

“— Durante toda a duração de sua existência ativa, cada homem ou mulher tem o dever eventual de, na guerra, participar da produção, da administração ou incorporar-se aos Exércitos, de forma que as obrigações daí decorrentes devem ser igualmente imperativas para todos os cidadãos válidos.”

Nesse mesmo ano, foi apresentado ao Parlamento um projeto de lei, visando a “ORGANIZAÇÃO GERAL DA DEFESA NACIONAL”, em que o SERVIÇO NACIONAL era definido em suas grandes linhas. Apesar de ter sido relatado, em 1949, perante a Assembléia Nacional, com grande ardor, a iniciativa não teve qualquer resultado. Argüia-se que, evidentemente, era ainda muito cedo para se decidir sobre a fisionomia dos futuros exércitos e, mais genericamente, da nação em pé de guerra. Não obstante, os estudos prosseguiram sem alarde.

De 1955 a 1957, uma Comissão, especialmente designada, funcionando no SECRETARIADO GERAL PERMANENTE DA DEFESA NACIONAL, elaborou um novo projeto de lei que foi apresentado ao governo, o qual decidiria sobre a oportunidade de ser discutida. A ocasião para encaminhá-lo seria a da aprovação da Ordenança de 7 de janeiro de 1959 e que regulava a Organização Geral da Nação para a Defesa. Sofreu várias modificações, mas acabou salvando-se.

Assim surgiu o SERVIÇO NACIONAL, concebido na 4.^a, mas que teve a paternidade da 5.^a República. Na realidade, corresponde antes de tudo

a uma tomada de consciência para os que têm responsabilidade de defesa, fixando novos aspectos para a utilização do pessoal em tempo de guerra. Em 1.º de janeiro de 1964, foram postas em vigor as disposições fundamentais do SERVIÇO NACIONAL. (3)

B — FINALIDADE E OBJETIVOS DO SERVIÇO NACIONAL FRANCES

Finalidade — O serviço nacional é impôsto aos cidadãos em tempo de paz, tendo em vista o *preparo da mobilização do pessoal* para satisfazer as necessidades previstas pela “ORGANIZAÇÃO GERAL DA NAÇÃO EM TEMPO DE GUERRA”. Seus objetivos decorrem das exigências da mobilização do pessoal civil para satisfazer as necessidades fixadas pelo planejamento da defesa.

O título V da Ordenança de 7/1/1959 submete ao serviço nacional os cidadãos, do sexo masculino, obrigatoriamente dos 18 aos 60 anos e define o Serviço Nacional como compreendendo dois ramos: o *serviço militar* e o *serviço de defesa* (S.D.).

Por falta de preparação da opinião pública, o nôvo dispositivo legal foi mal compreendido e criticado severamente, distorcendo-se mesmo o seu alcance. O público faz dêle um juízo precário. Veja o que êsse serviço não é, para melhor explicá-lo.

Na Alemanha de Hitler, antes da remilitarização, os homens marchavam com a mochila às costas e a rêde de estradas era obra do *serviço do trabalho*.

A França, de 1940 a 1944, conheceu os canteiros de trabalho da juventude.

Em Israel, as môças armam-se com fuzis e aprendem a servir com êles, incorporadas. Os exércitos as mobilizam. Para muita gente, o serviço nacional é *um serviço de trabalho* para utilizar os homens e o *serviço militar* para empenhar as mulheres. Pela manhã de 7/1/59, certos jornais franceses afirmavam que as mulheres a partir da Ordenança, posta em vigor, ficariam sujeitas ao serviço militar dos 18 aos 60 anos.

Isto é absolutamente inexato; esclareçamos o caso.

O Serviço Nacional, nos termos da Ordenança, aplica-se apenas aos homens. Dada a natureza das obrigações impostas pelo serviço nacional e as severas sanções que sua execução importa, parece normal que a êle não se submetam, indistintamente, ao mesmo regime de trabalho, ambos os sexos. A êsse propósito, aliás, a Ordenança não é omissa: recebeu um complemento muito importante que regula a situação anterior à sua vigência. Durante a vigência da lei de 11/VII/938, as mulheres, por ocasião da mobilização, sômente podiam ser empregadas (em requisição coletiva) em emprêsas, e na administração. Agora, em virtude do art. 43 da Ordenança, a requisição das mulheres torna-se possível, não sômente a título coletivo, mas também individual, o que lhes oferece as mesmas possibilidades, mas menores sanções do que ao regime do serviço nacional. Além disso, uma lei de 21/VII/962 autorizava o recrutamento das

mulheres por categorias de profissões, assim como facultava convocá-las para sessões de instrução — anteriormente correspondia ao controle de aptidão — durante 3 dias ao ano. Todas essas disposições legais visam, essencialmente, atender às necessidades em pessoal hospitalar.

No que tange aos homens, os equívocos de interpretação não são menores. Várias organizações da juventude, notadamente estudantis, viam, antes de tudo, com o estabelecimento do serviço nacional obrigatório, ocasião propícia a contatos e trocas de impressões entre as pessoas diferenciadas pelas funções, pelo meio social a que pertencem, pela orientação própria. A vida em comum indubitavelmente favorece melhor compreensão entre os homens e reforça a solidariedade e a coesão nacionais. É pois, com excelentes intenções que, muitas vezes, se preconiza instituir, *paralelamente ao serviço militar, o serviço do trabalho*, sem se dar conta dos inconvenientes de tal sistema, o qual, financeiramente, seria oneroso e economicamente ineficaz, além de trazer consigo o efeito danoso de desvalorizar o serviço militar.

Abrimos êsse longo parêntese no intuito de penetrar ao vivo no assunto e deixar bem claro que o *serviço nacional* é para homens e assume especialmente uma nova forma com o *serviço de defesa*. Por conseguinte, de agora por diante, a *mobilização militar* será acompanhada da *mobilização para a defesa*, constituindo no todo a *mobilização civil* que atenderá, assim, a todas as necessidades de defesa.

Esta mobilização civil pode, aliás, tal como a militar, ter implicações em tempo de paz e comportar um serviço ativo. Em 1959 foi assim que o problema foi apresentado pela Ordenança de 7-I-59.

Mais tarde, com o prosseguimento das operações na ARGÉLIA, o retardo havido na renovação do sistema militar faz com que o aspecto "mobilização" pudesse ser tratado, no todo, sem considerar-se o *serviço ativo*. Dêsse modo, teríamos tomado o problema invertido? De acordo com a boa lógica, deve-se, de início, definir o fim a atingir.

Seja como fôr, na oportunidade, não nos foi facultada a escolha. Segundo essa mesma lógica, examinaremos, de início, os *problemas da mobilização* para depois considerar os do *serviço ativo*, restritos aos aspectos não militares do serviço nacional, que constituem o *serviço de defesa*.

C — MOBILIZAÇÃO DA DEFESA

Antigamente o preparo para a guerra resumia-se na *preparação do instrumento militar*. Entre as duas Guerras Mundiais, porém, surgiu nova necessidade: uma verdadeira *mobilização civil* foi também preparada. Todavia, o seu objetivo era ainda essencialmente militar. Tratava-se, então, de assegurar as provisões dos exércitos mobilizados, ou em mobilização, de modo a supri-los em armas, munições, equipamentos e materiais de toda a espécie para poder empreender e desenvolver as operações previstas no curso da guerra admitida, a qual se supunha de longa duração.

Em 1940, a França designou para as usinas de guerra 500.000 operários especiais. A tendência geral, hoje, é admitir que a próxima conflagração, se houver, será de curta duração em face da expectativa da destruição das armas atômicas, embora não haja realmente qualquer indício que permita supô-la curta ou longa. O que se tem como certo é que os primeiros golpes deverão ser decisivos, de modo que, numa *estratégia de dissuasão*, o que mais importa é possuir previamente o *armamento* capaz de desfechar êsses golpes decisivos.

O esforço para realizar as fabricações de guerra não pode mais ser executado em tempo de guerra, êle deve e precisa ser feito desde o tempo de paz, como um imperativo para sua efetiva preparação.

Para êsse efeito, concebe-se perfeitamente u'a *mobilização* civil que deve ser orientada, tanto para satisfazer as necessidades específicas dos exércitos mobilizados, como, sobretudo, para atender às necessidades da nação, no conjunto. Eclodindo um conflito de grandes proporções, o verdadeiro problema não consiste apenas em suprir os exércitos de alimentos, armas e munições, mas sim em fazer a nação continuar a viver e produzir, assegurando a sobrevivência do que restar da população, após os esperados golpes decisivos.

De certa forma, êsses novos aspectos da mobilização civil trouxeram problemas difíceis de solucionar. Não se trata de inovar no tempo de guerra, mas apenas de ativar as soluções encontradas. Êsse é o fim do *serviço da defesa*, englobando os seguintes encargos: *fazer frente à desordem e à indisciplina*; manter a população ativa empenhada no trabalho em todos os setores; *ativar os setores econômico e administrativo e um novo setor — o da proteção em tempo de guerra*. O serviço da defesa (S.D.) para atender a essas necessidades absorverá efetivos muito maiores do que os do próprio serviço militar (S.M.).

Os exércitos de amanhã serão essencialmente ativos, dispondo de um pequeno complemento de reservistas, ao passo que o serviço da defesa fará apêlo à população masculina ativa, podendo empenhar nas suas atividades de conjunto, cêrca de 6 a 7 milhões de pessoas. Já é coisa do passado o levantamento de exércitos com 5 milhões de homens, como a França teve que mobilizar nas duas últimas guerras.

Nesse conjunto heterogêneo, em que estão representadas as atividades mais diversas, dois setores se distinguem:

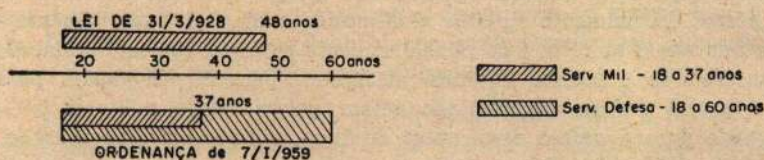
- o primeiro engloba a *proteção, a segurança, o restabelecimento das comunicações* e deve fazer frente, em tempo de guerra, a novas missões ou, pelo menos, a missões cuja amplitude não tem nenhuma medida comum com as necessidades de tempo de paz;
- o segundo abrange o *setor administrativo* e o vasto *setor econômico* nos quais os problemas se apresentam inteiramente diferentes.

Para atender às missões do 1º grupo foram criados os CORPOS DA RESERVA, que têm uma organização própria, obedecem a uma hierarquia correspondente e se submetem a um Estatuto normativo que os aproxima muito das formações militares. Nesse setor, a *mobilização* será preparada e desencadeada, tal como a militar, por via da designação e convocação individual, prevista desde o tempo de paz.

Para atender as missões do 2º grupo, a quem compete fazer as designações individuais para manter os indivíduos nos respectivos empregos do tempo de paz? Uma *designação coletiva* desses indivíduos parece suficiente.

Para preparar a mobilização desse pessoal, ou melhor, a sua "imobilização", as operações, de acordo com o processo indicado, ficarão muito simplificadas. As administrações e as empresas ficarão incumbidas de confirmar as atividades a serem continuadas em tempo de guerra. Para isso, receberão com a devida antecedência, em tempo de paz, a notificação de que seu pessoal está enquadrado no *regime de designação coletiva de defesa*. Os interessados são designados por si mesmos, consoante a hierarquia de sua profissão. Em caso de a mobilização tornar-se efetiva é que sua situação individual ficará registrada.

Um outro fator de simplificação e que previne certos inconvenientes de uma convocação individual anterior consiste no abaixamento do limite de idade com que o cidadão permanece sujeito a prestação do serviço militar (período de indisponibilidade do reservista, no nosso sistema). Esse limite na França passou de 48 anos para 37 anos. O gráfico abaixo mostra claramente a modificação decorrente dos textos legais.



Pelo exposto, as designações individuais, de modo geral, não serão mais necessárias, salvo nos seguintes casos:

- para completar a organização dos Corpos de Defesa;
- para impedir a designação de pessoal julgado mais útil ao emprego civil do que à incorporação em unidades militares e nos corpos de defesa (antigos mobilizados especiais);
- para orientar os que terão emprego designado, diferente dos que vêm exercendo habitualmente.

O conjunto dessas disposições foi objeto de uma regulamentação da administração pública, datado de 28-XI-962 e de uma instrução intermediária, datada de 10-VII-963, postas em vigor desde 1-I-964.

Para que se possa apreciar o grau de simplificação dêsse novo sistema, é necessário reportar-se ao sistema das *designações especiais* em que cada indivíduo exigia: o estabelecimento de uma chamada, o exame do dossiê ou fichário, enfim a consulta e a notificação sobre uma decisão individual que se venha a tomar.

Na *mobilização da defesa*, pela nova modalidade, as chamadas individuais passaram a ser exceção. Como primeira aproximação, pode-se estimar que as *notificações individuais* não ultrapassarão 5 a 10% do total de pessoal designado para a defesa.

D — O ESTATUTO DA DEFESA

O Estatuto da Defesa inspirou-se no do “destino especial”, Estatuto meio civil, meio militar; em verdade, bastante híbrido e que aliás deve evoluir com o tempo da sua aplicação.

Pode-se definir o Estatuto por comparação com o de “*destino especial*”. O pessoal com “destino especial” recebia ordem de designação em caráter individual. O pessoal designado para o serviço de defesa somente receberá ordem individual em casos particulares; na maioria dos casos, caberá ao seu empregador designá-lo para as funções de mobilização, em vista da notificação de designação coletiva que receber.

Quanto a disciplina: Os homens com destino especial eram militares e, dentro dos limites legais de idade, pertenciam aos exércitos. Para serem utilizados num emprego civil, tinham que ser considerados “destacados”, por uma decisão da autoridade competente. Em realidade, eram militares, inicialmente sujeitos a disciplina militar e, paralelamente, subordinavam-se também a do estabelecimento para que fôsem “destacados”. Conservou-se o mesmo Estatuto disciplinar para os designados para o serviço de defesa, embora não sejam propriamente militares. O designado para a defesa será, antes de tudo, obrigado a subordinar-se ao *regime disciplinar da empresa ou administração* em que trabalhar, mas poderá, nos casos correntes ou de falta grave, sofrer *sanções da disciplina militar*, por via da autoridade militar territorial.

Quanto ao regime penal — Os indivíduos com *destino especial* eram juridicamente militares e, de fato, eram jurisdicionados pelos tribunais militares. Os homens designados para o serviço da defesa são *jurisdicionados pelos tribunais militares* por tôdas as infrações que cometerem contra o código de justiça militar, modificado ou, de preferência, adaptado à sua intenção. Para as outras transgressões, ficam sob a *alçada dos tribunais ordinários*.

Uma lei, de 28-VII-962, regulou o processo e definiu as incriminações referentes ao serviço de defesa.

Regime de remuneração — O pessoal com destino especial conheceu vários regimes a que foram submetidos. Desde a lei de recrutamento obrigatório de 1928 passaram a ser considerados militares, de forma que tinham direito a remuneração correspondente à sua graduação militar. Em 1940, porém, com a vigência do decreto que aprovou seu Estatuto, ficou revogada aquela regra de remuneração. Desde então, os com destino especial passaram a perceber salário correspondente a seu emprego, tal como percebiam os homens atribuídos à defesa, isto é, de acordo com o salário pago pela função que tivessem no emprego.

Regime de pensões militares — Os homens com destino especial não têm direito a pensão militar. Os indivíduos designados para a defesa só desfrutam do direito de perceber pensões militares quando tiverem sido designados para corpo de defesa (serviço ativo).

Por que se decidiu assim?

Porque os homens incorporados nos corpos de defesa, servem em formações consideradas militares e, talvez, sujeitas a riscos maiores do que os de outras modalidades de serviço. É lógico, portanto, que em caso de invalidez venham a fazer jus a essa pensão.

E — ALCANCE DO SISTEMA

Seria um exagero dizer que, aos olhos do povo, alguma coisa mudou na França com a entrada em vigor da lei que, a 1-I-964, instituiu a designação para o serviço da defesa. Em realidade, as coisas se passam despercebidas do povo; mas todos sabem que, a partir daquela data, a quase totalidade da população masculina ativa, existente no país, ficará sujeita a ser mobilizada, em caso de necessidade.

Certamente que alguns poucos indivíduos não deixaram de estigmatizar a amplitude e as excessivas regras do sistema, ao mesmo tempo que não deixaram de criticá-la, denunciando a imprecisão que reina, de um modo geral, para sua conveniente aplicação.

Não se teria dado ao governo um poder exorbitante a ponto de outorgar-lhe o direito de submeter o mercado de trabalho a uma lei pouco diferente da militar? Que uso faria dela, em tempo de paz? Por exemplo, caberia o seu recurso para romper uma greve geral?

A resposta a essas indagações parece simples. Há duas coisas distintas que convém separar. Uma coisa é dispor de poder e outra é fazer uso dele inconsideradamente. Basta lembrar o fracasso de uma recente requisição coletiva no setor das minas para estar certo de que nenhum governo recorreria a um meio coletivo de coerção, por mais rigoroso que seja, sem contar com o apoio da opinião pública. O que deve, sem embargo, estarem seguros esses opositores é da que a ignorância do povo em relação aos problemas do serviço de defesa irá se dissipando aos poucos, na medida em que se exercitarem as obrigações de cada

um para o preparo da mobilização da defesa. Dentre essas obrigações destacam-se:

- *Obrigações impostas aos indivíduos* para declarar seu domicílio, profissão, emprego e informar a seu empregador sobre a sua situação militar;
- *Obrigações das administrações*, não só de preparar a mobilização da defesa quanto ao seu próprio pessoal, mas também a das empresas privadas sobre que exercerem controle, em decorrência das responsabilidades que lhe atribuem a lei;
- *Obrigações dos empregadores* que dirigem as empresas reconhecidas como de interesse para a defesa e as designadas especialmente para esse efeito, e que correspondem ao encargo de manterem em dia listas do seu pessoal designado para a defesa e o de lhe notificar sobre a conduta que deverão adotar em caso de mobilização.

F — SERVIÇO ATIVO DE DEFESA

Retornemos às obrigações do tempo de paz. A distinção feita entre o setor da "mobilização" e o da "imobilização", só tem cabimento, grosso modo, quando se consideram não mais o tempo de guerra, mas o tempo de paz; não mais as obrigações excepcionais, mas as do serviço ativo.

A Ordenança de 7-I-959 previu bem um serviço ativo de defesa, destinado a "preparar os cidadãos sujeitos a serem empregados eventualmente" nessas tarefas.

Se é assim, em que casos essa preparação se impõe?

Certamente que não se dirigirá aos que, na mobilização da defesa, devam continuar a servir no seu mesmo posto de tempo de paz. Para estes, com efeito, a passagem do tempo de paz para o de guerra far-se-á sem descontinuidade, quer esteja na administração, em uma empresa, numa usina, pois o exercício quotidiano da profissão corresponde a melhor preparação para o serviço da defesa. Para os demais casos, há que distinguir, dentre os que exercem em tempo normal um emprego da defesa: os que servem em missões de *proteção e de segurança*.

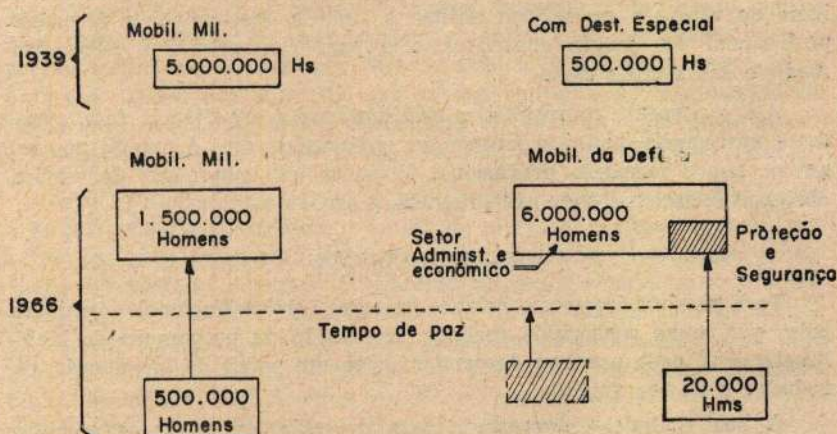
As missões relacionadas com a *proteção civil* exigem efetivos instruídos e exercitados para que adquiram as especializações que são de sua atividade corrente. É óbvio que não há necessidade de imaginar uma situação de guerra para convencer-se disso. Cremos que o espetáculo tenebroso das catástrofes quotidianas é suficiente para uma orientação: tremores de terra, inundações, incêndios em florestas, desastres de grandes proporções, etc.

A necessidade da existência de equipes móveis, faz-se reclamada a cada dia, exigindo que sejam treinadas, bem dirigidas e dispostas de material possante, de que os sapadores-bombeiros profissionais são o

protótipo. Uma proteção, digna dêsse nome, deveria dispor de núcleos tão bem treinados quanto mais numerosos, dentro de proporção razoável, diante dos bens a preservar. O esquema abaixo dá uma idéia dos efetivos necessários. Para o *serviço de defesa*, a *eficiência* dêsses *núcleos de proteção* constitui a tarefa primordial.

Há uma notável convergência entre as necessidades de tempo de guerra e as do tempo de paz. Para o atendimento de umas e outras, torna-se indispensável a existência de um sistema permanente e altamente qualificado para realizar a proteção, devendo-se mante-los adequadamente repartidos sobre o território. Todavia, não é para desprezar a importância dos *efetivos permanentes* que as *missões de proteção e segurança* exigem para o seu eficiente desempenho. Os homens, que adquirem essas especialidades no decorrer do serviço ativo da defesa, deverão, com efeito, permanecer constantemente disponíveis, a maneira de uma milícia, pronta a atender ao primeiro apêlo.

PREVISÃO DE EFETIVOS



Como estimativa razoável, pode-se avaliar em uma vintena de milhar o efetivo global do *núcleo ativo* que deveria ser reservado para exercer essas missões em cada contingente. Comparando-se os efetivos do serviço militar com o serviço da defesa, vê-se que, do tempo de paz ao de guerra, as grandezas relativas foram invertidas. Para um serviço de defesa considerável em efetivos, em tempo de guerra, não se prevê mais a mobilização de pessoal para os exércitos senão com números modestos, em relação aos efetivos reclamados pelas duas últimas guerras. Ao revés, em tempo de paz, a maior parte do contingente de conscritos continuará a ser incorporada nos exércitos, ao passo que o serviço de defesa absorverá dele uma parcela mínima nas suas unidades ativas. Por mais modestas que sejam suas necessidades, o que é certo é que até o presente não têm sido satisfeitas.

Para dar um grau de eficiência satisfatório aos núcleos ativos do serviço de defesa, no setor proteção, faz-se necessário realizar despesas com sua infra-estrutura e seu equipamento que julgam ser muito pesadas, em relação ao total das despesas com o serviço de defesa naquilo que foi julgado prioritário.

Seja como fôr, mesmo que se supere este obstáculo surgido com a falta de recursos, convém ter em vista que o *serviço de defesa ativo* será sempre reduzido, tanto em volume quanto nos seus fins. Dentro dos próximos 2 ou 3 anos, as classes por idade ultrapassarão numéricamente as necessidades dos exércitos, numa convocação anual de 100.000. Para absorver esse excesso, apartando o serviço de trabalho, que não tem absolutamente chance de ser mantida, várias modalidades foram tentadas. Nem o serviço de ultramar à guisa de colaboração, nem o serviço ativo de defesa nem, a título excepcional, o serviço prestado na própria profissão de que a França tomou conhecimento, como exemplo convincente, após a 2ª Guerra Mundial, (aplicando o regime especial dos mineradores de fundos), absolutamente nenhum desses serviços poderia absorver o excesso da classe. Quanto aos excedentes em si, surgiu a idéia de utilizá-lo no serviço militar a fim de desenvolver a formação profissional dos jovens conscritos, mas para concretizá-la é necessário medir o seu sentido exato.

Até o presente os resultados colhidos com a experiência foram bastante apreciáveis, podendo mesmo ser melhorados, mas é preciso não esquecer que a formação profissional é apenas um subproduto do serviço obrigatório nacional, mas não preenche o seu objeto.

G — CONCLUSÃO

Para concluir façamos o balanço do atual Serviço Nacional. Qualquer coisa que tenha conseguido realizar, no sentido da preparação da Mobilização civil, nada precisou despendar, salvo um pouco de imaginação, de trabalho e de boa vontade.

A boa vontade é encontrada, sem excessão, em tôdas as administrações bem como no setor privado, em grande parte devido a existência do INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS DA DEFESA NACIONAL e a mútua compreensão, decorrente do confronto das partes e do estudo em comum que realizam sobre os problemas da defesa, integrando os participantes ou ouvintes num mesmo pensamento. O que resta a fazer para o perfeito funcionamento do serviço, não se mede em sacrifício mas pela falta de dinheiro ainda não creditado. De tudo que se tem constatado pode-se recolher uma conclusão negativa sobre as alegações feitas: não tem sentido e é inverossímil mesmo, que a obrigação militar imposta aos jovens viria servir de pretexto para se usar o artifício de com eles alimentar outras modalidades de serviço, como o serviço de trabalho ou um sistema generalizado de formação profissional, soluções que, entre outros inconvenientes, apresentam o de serem onerosos e não preencherem os fins a que se devem destinar na defesa.

O serviço militar e o serviço da defesa são os únicos a justificarem a obrigação legal da prestação de serviço ativo pelos jovens conscritos e as despesas correspondentes ao seu funcionamento, autorizadas na lei de meios. (4)

NOTAS DO TRADUTOR

(3) O assunto foi também ventilado entre nós, por volta de 1950, pelo Marechal Honorato Pradel, com base na faculdade que o art. 181 de nossa Constituição concede ao estabelecer a "obrigatoriedade da prestação de serviços à Pátria", além do que está expressamente definido na Lei do Serviço Militar, quando determina que essa obrigatoriedade é extensiva "a outros encargos necessários à defesa da Pátria". Houve debates pela imprensa e órgãos de estudos, merecendo mesmo expediente especial para apreciação dos órgãos técnicos com vistas a concretização de um projeto de lei a respeito. Fora dos meios militares não teve a esperada repercussão. Argüia-se que era inoportuna a medida: 1.º) pelo caráter de obrigatoriedade sem uma delimitação razoável dos setores a serem atingidos; 2.º) pelas deficiências financeiras do Estado, pois a efetivação da obrigatoriedade implicaria em novos compromissos para o governo; 3.º) não estava bem caracterizada a finalidade desses "outros encargos" talvez por falta de um quadro conjunto de organização da nação para a defesa; 4.º) a dificuldade do exército, com mais experiência na aplicação da lei do serviço militar, assumir mais esse encargo.

Sem embargo, eram reconhecidos, de modo geral, os benefícios que a medida poderia acarretar no sentido de melhorar o nosso homem, proporcionando-lhe assistência médica, educacional e de orientação profissional e, sobretudo, alimentar tão carente entre nós, como país com lamentáveis desníveis sociais. As estatísticas do serviço militar revelam, anualmente, um considerável contingente de jovens incapacitados físicos para o serviço militar, mas que poderiam ser absorvidos por outras atividades úteis, desde que devidamente assistidos. Presentemente são recusados pela incorporação, declarados incapazes definitiva ou temporariamente, quando não passam ao excesso do contingente. Além disso, há que considerar a alta percentagem de analfabetos, que deixam de incorporar-se por essa circunstância, para não citar o trágico problema do menor abandonado que poderia talvez encontrar sua oportunidade nessa convocação. Entre as populações rurais qualquer iniciativa nesse sentido traria benefícios consideráveis, tendo em vista sua condição, de modo geral, sub-humana por falta de aperfeiçoamento de seus conhecimentos técnicos de cultura da terra, além do analfabetismo, da desnutrição ou doenças regionais. Suas condições de vida são as mais miseráveis. Quanto aos menores abandonados, os sentenciados após o cumprimento das penas ou com liberdade condicional, há necessidade de providências das autoridades responsáveis para proporcionar-lhes oportunidades de se ajustarem e se recuperarem na Sociedade. Há grandes espaços vazios a serem povoados e as nossas fronteiras precisam ser dinamizadas com gente capacitada.

Há, portanto, muitas iniciativas a tomar em vários setores com relação a valorização do nosso homem, fator básico de fortalecimento do Poder Nacional que, provavelmente, possam ser adotadas sem o recurso da obrigatoriedade do serviço, como se encarava.

Isto pôsto, pensamos que, no momento, com um governo responsável e honesto, decidido a reformular a política nacional no sentido do atendimento dos interesses nacionais, o problema poderia ser retomado para uma solução plausível e progressivamente ampliada, de acôrdo com as dimensões e peculiaridades nacionais, visando precipuamente aos elevados fins do Estado.

O marechal Estevão de Rezende, pelos idos de 1959, sugeriu uma solução parcial que visava, à semelhança de alguns países americanos, a criação de unidades agrícolas do exército para o aproveitamento de terras, inicialmente disponíveis, nas diversas guarnições destinadas ao cultivo de forragens, gêneros alimentícios e outras, incorporando gente sujeita a conscrição militar. Houve reações à adoção da medida que não logrou aprovação do Congresso.

(4) O assunto foi também ventilado entre nós, por volta de 1950, cente decisão do governo da Alemanha Ocidental, no sentido da organização da defesa passiva, na expectativa de guerra atômica. Diz o articulista que o Governo de Bonn baseia-se no princípio de que, num "conflito moderno, a *proteção* da população civil não é uma empresa ilusória e, que é possível, através de medidas adequadas, salvar milhões de sobreviventes aos efeitos letais das armas atômicas".

Essa impressão otimista talvez resulte dos resultados obtidos nos anos de 1940 a 1945 em que, graças a perfeita organização da defesa passiva, as perdas sofridas pela população civil foram muito menores do que se poderia esperar em decorrência da intensidade dos bombardeios aliados. Os esforços nesse sentido, sôbre sofrerem limitações quanto aos sacrifícios financeiros reclamados para uma eficiente organização, não excluem certas precauções úteis que poderiam ser adotadas, desde já, sem despesas excessivas. Ao parlamento de Bonn foi submetido um projeto de lei visando a "proteção individual" contra os efeitos dos ataques atômicos.

A operação foi batizada de "operação esquilo", porque se baseia a "organização geral de defesa civil" na estocagem de víveres e demais meios de subsistência.

A organização restabelece os podêres às autoridades. Prevê, como na época da 2.^a Guerra Mundial, a divisão das aglomerações populacionais em *setores de defesa passiva* e articula os imóveis "*em blocos de imóveis*". Cada um desses blocos terá um "chefe de bloco", eleito pelos seus governados, ao invés de designado pela autoridade política, como ocorreu com o regime nazista.

As usinas industriais deverão criar suas próprias "equipes especiais de proteção". Outra evocação do passado — deverão ser tomadas me-

didadas no sentido de afastar, quando soar a hora, todos os materiais inflamáveis.

Haverá um organismo civil (a ser criado) de defesa passiva, a fim de fornecer o pessoal especializado indispensável.

A nova lei deve estabelecer que "todos os alemães, de ambos os sexos ficam obrigados a atender a chamado do serviço, desde que tenham mais de 16 anos e menos de 65, exceto os casos de debilidade física ou "motivos graves". A instrução compreenderá 10 horas de reuniões para os auxiliares ordinários e 50 horas para os dirigentes.

O material previsto para a proteção será de 3 espécies: a) material necessário à luta "ABC", isto é, contra a radioatividade e os meios de combate biológicos e químicos, abrangendo máscaras e variações, contadores "Geiger", etc.; b) material destinado a assegurar a sobrevivência em condições pós-atômica, água potável, mineral, suco de frutas, víveres, de preferência desidratados; c) material próprio para a luta contra incêndios e aos trabalhos de salvamento: extintores, machados, pás, enxadões, perfuradoras, serras, barras de ferro, etc.

Os materiais dos grupos a) e b) ficarão a cargo dos interessados e os do grupo c) deverão ser fornecidos pelos proprietários de imóveis. A despesa total, está orçada em 4 milhões de marcos, saldáveis em cinco anos. Cada indivíduo fica com o encargo de contribuir com 72 marcos. Uma subvenção de 150 milhões de marcos permitirá facultar aos pobres sua participação no programa de defesa.

Além disso, 75 milhões serão previstos no orçamento para a formação das equipes de proteção. Além dos materiais acima mencionados os comissários acharam indispensável acrescentar ao projeto de lei em discussão, e com parecer favorável, um novo item relativo aos materiais da "operação sobrevivência" e que consiste em um rádio transistor, único material que, na opinião dos técnicos, poderá restabelecer as comunicações entre as autoridades e os habitantes, após a passagem da razia da maré atômica.

Eis o que se passa nos diversos países do ocidente em torno de problema importante da mobilização civil. Os Estados Unidos cogitam seriamente do problema. Já se tem notícia de exercícios especiais realizados por esse grande líder, em caráter periódico e parcial. Se me não equivoco anualmente realizam um exercício geral abrangendo uma região de defesa.

Aí fica a motivação para o estudo. Eia, pois camaradas!





URUGUAIANA LIBERTADA

Neste número, A Defesa Nacional celebra a efeméride da “Rendição de Uruguaiana”, também chamada por alguns, e com boas razões, de “Redenção da Uruguaiana” (sic). A 18 de setembro de 1865 — hoje, cem anos depois do evento, e na data, cem dias depois da invasão do solo brasileiro — rendiam-se cerca de 6.000 paraguaios sitiados, a quase 18.000 aliados (dos quais mais de dois terços eram brasileiros). O teatro desse ato decisivo e prenunciador foram as coxilhas que envolvem Uruguaiana, e essa cidade, desde 5 de agosto sob domínio inimigo. Nela, na “Princesa do Rio Uruguai”, ainda agora se pode sentir o entusiasmo e o orgulho nacional, pelo privilégio de haver sido a barreira onde a vaga se deteve inapelavelmente e o refluxo começou, até a vitória final.

O fato histórico foi proclamado em prosa e verso, por militares e literatos. Na pintura, deu-lhe fama o grande Pedro Américo, com o desenho a carvão que reproduzimos ao lado, e que saiu publicado após finda a guerra. Aí vemos, devidamente indicados pela legenda: (da esquerda para a direita)

- primeiros contatos dos cavalarianos rio-grandenses com os paraguaios, já rendidos;
- casario de Uruguaiana, sobressaindo as torres da Matriz (ainda hoje existente, remodelada, na Praça Rio Branco — ex-Praça da Rendição);
- o famigerado padre Duarte, que acompanhou a coluna adversária;
- Estigarribia, o comandante paraguaio;
- o Conselheiro Ferraz, futuro Barão da Uruguaiana, então Ministro da Guerra, apresentando ao Imperador a espada do vencido, a qual lhe seria ofertada (note-se: o copo voltado para baixo...);
- D. Pedro II;
- Flôres, Mitre, o Conde d’Eu, Caxias e o magnífico Porto-Alegre.

Os anos devem apagar, do sentimento dos povos, os ódios, os ressentimentos, as idéias revanchistas — que podem ser gérmenes de lutas fratricidas. Mas não devem, sob fracos pretextos, levar ao esquecimento os fatos memoráveis, traindo a memória dos heróis que um dia bem mereceram da Pátria. Eis porque abrimos, na nossa Revista, esta página de reverência ao feito e aos vultos da epopeia de Uruguaiana.

Ten-Cel Jonas Correia Neto

(do Instituto de Geografia e História Militar
do Brasil — do Instituto Histórico e Geográfico
de Uruguaiana).

PORQUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 51 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

<i>Página</i>	<i>Cr\$</i>
Inteira	90.000
$\frac{1}{2}$	60.000
$\frac{1}{4}$	40.000
2ª capa	110.000
3ª capa	120.000
Contracapa	130.000

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida mais 100%.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras

"El Caballo" — Argentina (maio-junho de 1965).

"Revista Militare" — Itália (maio-junho, julho-agosto de 1965).

"Revista del Suboficial" — Argentina (1964, n. 536, janeiro-março de 1965).

"Jornal do Exército" — Portugal (maio-junho de 1965).

"TAM" (Terre — Air — Mer) — Bimensuel des Forces Armées — França (n. 69, 10 de junho de 1965; n. 70, 25 de junho de 1965; n. 71, 10 de julho de 1965).

"Revista Militar" — Portugal (n. 6, junho; n. 7, julho de 1965; número comemorativo do centenário de nascimento do General José Justino Teixeira Botelho).

"Ejército" — Espanha (n. 304, maio; n. 305, junho; n. 306, julho de 1965).

"Guión" — Espanha (n. 276, maio; n. 277, junho; n. 278, julho de 1965).

"Military Review" — Edição Brasileira (dezembro de 1964; janeiro de 1965).

Nacionais

"Revista da Es Gom" (n. 2, janeiro-fevereiro-março de 1965).

"Revista do Conselho Nacional de Economia" (n. 1, janeiro-abril de 1965).

"Digesto Econômico" (n. 184, julho-agosto de 1965).

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **Mato Grosso e as Fôrças Armadas** —
Ten-Cel Octávio Pereira da Costa.
- **Fronteira Brasil-Blívia** — **Histórico** — **Formação** — **Questões de Limites** — Major
Childerico Fernandes de Carvalho.
- **Rondon** — **O mestre** — Gen. F. Jaguaribe
Gomes de Mattos.
- **Exército de ontem x Exército de hoje** —
Cap Luiz Paulo Macedo de Carvalho.
- **A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis** — Umberto Peregrino.
- **A Heveicultura no Vale do Tapajós** —
Maj Darino Castro Rebelo.
- **Análise Histórica da Bandeira do Brasil** —
Cap Inf Filadelfo Reis Damasceno.
- **Prisioneiro de Guerra** — 1º Ten A. Machado de Paiva.
- **Origem dos Postos Militares** — 2º Sgt
Adolpho Avóglcio Hecht.
- **Origem dos Nomes das Capitais, Estados e Territórios Brasileiros** — 2º Sgt Adolpho
Avoglio Hecht.

A COMISSÃO COORDENADORA DA CRIAÇÃO DO CAVALO NACIONAL

(CCCCN)

criada pelas Leis 2.820, de 10 Jul 56,
e 4.096, de 18 Jul 62,
encarregada de coordenar as atividades dos
órgãos que cuidam do fomento da criação do
CAVALO NACIONAL,

realizará na

Semana de 7 a 14 Nov 65

na Cidade de S. Paulo a

SEMANA DO CAVALO

em patriótico culto ao Cavalo
como elemento contribuinte da
formação histórica do país,
através das heróicas tradições
a ele ligadas, e como fator do
desenvolvimento nacional, pelo
trabalho dado à nossa pecuária
e agricultura, no comêço do
Século.



Preço dêste exemplar
Cr\$ 200

SMG
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1965